UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

JOSÉ ROMÉLIO RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

ENTRE A FÉ E O PARTIDO: Mulheres Evangélicas, Conservadoras e Progressistas, e os Conflitos de Discursos Político-Religiosos no Governo Bolsonaro (2018–2022).

RECIFE/2026

JOSÉ ROMÉLIO RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

ENTRE A FÉ E O PARTIDO: Mulheres Evangélicas, Conservadoras e Progressistas, e os Conflitos de Discursos Político-Religiosos no Governo Bolsonaro (2018–2022).

Dissertação apresentada como requisito final para avaliação da banca do curso de Mestrado em Ciências da Religião, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.
Linha de pesquisa: Campo Religioso Brasileiro, Cultura e Sociedade.
Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

RECIFE/2026

S237e Santos Júnior, José Romélio Rodrigues dos.
Entre a fé e o partido : mulheres evangélicas, conservadoras e progressistas, e os conflitos de discursos político-religiosos no governo Bolsonaro (2018–2022) / José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior, 2026.
137 f. : il.

Orientador: Newton Darwin de Andrade Cabral.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2026.

1. Religião e política. 2. Mulheres na política.
3. Evangelicalismo - Aspectos políticos.
4. Bolsonaro, Jair Messias, 1955 - Política e governo.
5. Poder. I. Título.

CDU 2:32

Luciana Vidal - CRB 4/1338

JOSÉ ROMÉLIO RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

ENTRE A FÉ E O PARTIDO: MULHERES EVANGÉLICAS, CONSERVADORAS E PROGRESSISTAS, E OS CONFLITOS DE DISCURSOS POLÍTICO-RELIGIOSOS NO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)

Dissertação **aprovada** como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
MARINA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS CO
Data: 15/06/2026 16:27:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Drª Marina Aparecida Oliveira dos Santos Corrêa – UMESP Avaliadora externa

gov.br Documento assinado digitalmente
VALDENICE JOSE RAIMUNDO
Data: 16/06/2026 12:14:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Drª Valdenice José Raimundo – UNICAP Avaliadora interna

gov.br Documento assinado digitalmente
NEWTON DARWIN DE ANDRADE CABRAL
Data: 14/06/2026 11:31:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral – UNICAP Orientador

Dedico à Suzana Gomes, mainha, e a José Romélio, papai, que sempre viram em mim um potencial diante do amor aos livros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha mãe Suzana Gomes, meu pai José Romélio e meu irmão José Milton, que estiveram sempre ao meu lado nessa trajetória, em conversas, abraços, orações e por partilhar coragem e afeto. Como canta BK, “Tudo tem que começar de algum lugar, lembra de nós sem a chuteira? Só a vontade de jogar, só a vontade de ganhar”. Vocês são o início de tudo!

Aos meus parentes, que alcançam avós, tios, tias e primos. Em especial, minhas avós Ivone Rodrigues e Maria José, assim como minha tia Vandecarmen Rodrigues, que são educadoras, da vida e de formação, e sempre acreditaram em mim e me incentivaram no mundo acadêmico. Vocês são ancestrais para o meu caminhar.

Aos meus amigos, que estiveram e estão comigo em vários contextos da minha vida, como a infância, a vivência escolar, a acadêmica, a vida religiosa e conversas despretensiosas. Especialmente, Camilla Ferreira, Giovanna Paes, João Victor, Maycke Danielly, Celly Monike, Lissandra Corrêa, Filipe Henrique, Camily Vitória, Marcely Eduarda, Silvia Ranielle, Vitória Nunes, Luana Lima, Regina Filha, Diogo Lima, Weslley Pimentel, Luciano Júnior, Júnior Santos, Manoelle Soares, Esther Souza e Aline Lima. Com vocês a vida presta, pois, como canta Emicida, “se o poço devorar, ele busca no fundo. [...] É um ombro pra chorar depois do fim do mundo”. Vocês foram abraço nos dias difíceis e celebração nos momentos de conquistas.

Aos amigos que a Academia trouxe como um alento, um fervor de frevo e um constante lugar seguro para se aprender sobre o viver, a pesquisa científica e o ócio que a vida nos exige. Obrigado pela parceria e aprendizados, Sarah Lima, Vera Herculano, Padre Sandro Lemos e Cyntia Farias, pois, em vocês encontrei o amor em pessoa em meio aos livros.

Ao ambiente escolar, que se estende entre colegas de trabalho e estudantes que tive o prazer de ensinar, pois, entre as aulas e conversas na sala dos professores, há o afeto que nos impulsiona e acolhe. Em especial, Bernardo Tenório, que tive o prazer de ser aluno e hoje companheiro de trabalho. Minha referência.

À psicóloga Eduarda Urbano, que, com uma escuta ímpar, foi necessária para esta jornada. Sou grato por cada fala, sentimento e presença.

Ao meu orientador, Newton Darwin, pela paciência, conselhos, orientações, escuta e motivação. Minha gratidão alcança o respeito e admiração que tenho ao senhor como intelectual e amigo, que me orienta nas pesquisas acadêmicas desde 2019.

À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), que tornou-se uma casa desde o período da graduação. Um homem negro e pobre ocupar este espaço universitário é fruto de políticas públicas e, assim, permaneço na luta e defesa de uma educação acessível. Gratidão a cada professora e professor desta querida universidade, tanto do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião quanto do Programa da Pós-Graduação em História. Destaco Afonso Chaves, Drance Elias, Helder Remigio, Rosário Silva e Walter do Amaral.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da bolsa, que foi de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa e que possibilitou a conclusão do trabalho.

Por fim, ao Deus Emanuel, que, na minha espiritualidade, acredito ser o que está entre os marginalizados da sociedade. A minha relação com o divino atravessa a coletividade do meu próximo.

Pra que o amanhã não seja só
um ontem com um novo nome
- Emicida, AmarElo

RESUMO

Através de estudos sobre política, religião e gênero, este trabalho analisa os discursos construídos por determinadas mulheres evangélicas na política institucional brasileira, com recorte temporal entre 2018 e 2022. Nesse sentido, a problemática reside na significativa presença de mulheres evangélicas no cenário político brasileiro, situada na relação entre igreja e Estado por meio de discursos ideológicos heterogêneos. Como objetivo, a dissertação buscou examinar os discursos político-religiosos de mulheres evangélicas com filiação partidária, considerando posições de apoio ou crítica ao presidente, bem como os sentidos atribuídos à relação entre gênero, religião e política nas eleições de 2022. Quanto à metodologia, o trabalho recorre à pesquisa qualitativa, com a finalidade de realizar análise de discursos, fundamentando-se em consistente revisão bibliográfica e em um conjunto diversificado de fontes, como documentos digitais, revistas e jornais. Destaca-se, ainda, a forma como os espectros político-sociais, conservador e progressista, compreendem a relação entre fé e política. Assim, a análise foi elaborada por meio da comparação entre discursos favoráveis e contrários ao ex-presidente, considerando a pluralidade de mulheres evangélicas inseridas em diferentes partidos e tradições denominacionais, que divergem acerca de temas como gênero, sexualidade, família, violência, ação social e a própria participação dos evangélicos na política. A análise, com o intuito de compreender o contexto histórico, perpassa o período da Ditadura Militar (1964–1985), a redemocratização e os governos recentes no Brasil, além de problematizar a aproximação entre Estados Unidos e Brasil no campo da fé evangélica e mobilizar conceitos como Direita Cristã, anticomunismo, disputa de narrativas e guerra espiritual. Conclui-se que, para o campo conservador, ocupar a política é um meio de proteger a fé e promover pautas morais. Já a oposição valoriza a fé como prática coletiva e ética, voltada à promoção da justiça social e ao apoio a grupos marginalizados.

Palavras-chave: Mulheres Evangélicas. Governo Bolsonaro. Gênero. Religião. Poder.

ABSTRACT

Through studies on politics, religion, and gender, this work analyzes the discourses constructed by certain evangelical women within Brazilian institutional politics, focusing on the period between 2018 and 2022. In this context, the central problem lies in the significant presence of evangelical women in the Brazilian political landscape, situated within the relationship between church and state through heterogeneous ideological discourses. The dissertation aims to examine the political-religious discourses of evangelical women with party affiliation, considering positions of support for or opposition to the president, as well as the meanings attributed to the relationship between gender, religion, and politics in the 2022 elections. Regarding methodology, the study adopts a qualitative research approach in order to conduct discourse analysis, grounded in a robust bibliographic review and a diverse set of sources, including digital documents, magazines, and newspapers. It also highlights how conservative and progressive socio-political spectrums interpret the relationship between faith and politics. Therefore, the analysis was developed through a comparison between discourses favorable and unfavorable to the former president, taking into account the plurality of evangelical women affiliated with different political parties and denominational traditions, who diverge on issues such as gender, sexuality, family, violence, social action, and the very participation of evangelicals in politics. In order to understand the historical context, the analysis spans the period of the Military Dictatorship (1964–1985), the redemocratization process, and recent governments in Brazil. It also problematizes the rapprochement between the United States and Brazil within the field of evangelical faith, mobilizing concepts such as the Christian Right, anti-communism, narrative disputes, and spiritual warfare. It is concluded that, within the conservative field, political engagement is understood as a means of protecting the faith and promoting moral agendas. In contrast, the opposition values faith as a collective and ethical practice, oriented toward promoting social justice and supporting marginalized groups.

Keywords: Evangelical Women. Bolsonaro Government. Gender. Religion. Power.

LISTA DE QUADROS

QUADRO	ASSUNTO	PÁGINA
01	Frases de Bolsonaro acerca da pandemia.	68
02	Representação do conteúdo da revista do 3º Trimestre de 2023, lição 06, “A desconstrução da masculinidade bíblica”, e lição 07, “A desconstrução da feminilidade bíblica”.	73
03	Tipologia: mulher evangélica enquanto sujeito político ambíguo.	78
04	Intenção de voto entre eleitores evangélicos – Datafolha (2022).	107
05	Expressões utilizadas por parlamentares cristãs nas eleições de 2022 – campo conservador.	109
06	Expressões utilizadas por parlamentares cristãs nas eleições de 2022 – campo progressista.	111

LISTA DE GRÁFICOS

QUADRO	ASSUNTO	PÁGINA
01	Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero e Raça (2022).	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO 01: GÊNERO E RELIGIÃO: CONCEITOS EM DISPUTA 18
1.1 Gênero em debate nas Ciências da Religião 21
1.2 Gênero e religião nas discussões políticas 25
1.3 Os discursos e suas representações 30
1.4 A trajetória da pesquisa 35
CAPÍTULO 02: O BRASIL E A DIREITA CRISTÃ: ENTRE A DITADURA MILITAR E Jair Bolsonaro 44
2.1 O fantasma do comunismo: da Ditadura Militar ao governo Lula 47
2.2 A década de 2010 e o sentimento antiesquerda no Brasil 53
2.3 A direita cristã: entre os Estados Unidos e a política brasileira ……..... 58
2.4 O governo Bolsonaro (2019–2022) 64
CAPÍTULO 03: AS MULHERES EVANGÉLICAS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA BRASILEIRA: IDENTIDADE, CONSERVADORISMO, PROGRESSISMO E A DISPUTA DE NARRATIVAS 71
3.1 O que é ser mulher evangélica no Brasil contemporâneo? 73
3.2 Do privado ao público: as mulheres evangélicas e a participação na história da política brasileira 80
3.3 Deus, Pátria e Família: a ala conservadora feminina e o partidarismo 86
3.4 Esquerda evangélica: mulheres progressistas contra Bolsonaro 97
3.5 Entre os partidos e os templos: discursos femininos em choque e as fiéis evangélicas nas eleições de 2022 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS 117
REFERÊNCIAS 120

INTRODUÇÃO

Os evangélicos são uma chave fundamental para compreender a história do Brasil, embora, até o presente, a Igreja Católica seja majoritária em número de fiéis. Ao mesmo tempo em que cresce o número de adeptos do movimento evangélico, em suas diversas tradições, diminui o contingente de fiéis do catolicismo. Além disso, não reconhecer a heterogeneidade do cristianismo protestante no Brasil e no mundo implica limitar as pesquisas voltadas à religião, correndo o risco de produzir uma narrativa que não reflita a representação plural desse segmento religioso (Spyer, 2020).

Diante disso, o trabalho se volta para uma Análise do Discurso, visto que esta se configura como uma abordagem metodológica que busca compreender a funcionalidade do discurso e a forma como ele promove ideologias. Isso ocorre porque o discurso se constitui a partir do modo pelo qual os indivíduos produzem e aprendem a linguagem enquanto prática sócio-histórica. Ao citar Eni Orlandi, a historiadora Kalina Vanderlei Silva e o historiador Maciel Henrique Silva comentam que:

> O discurso é a prática da linguagem, isto é, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas. Para ela, todo discurso materializa determinada ideologia na fala a partir de um idioma específico. Desse modo, todo discurso possui uma ideologia, e é a língua que permite aos indivíduos compreenderem e assimilarem tal ideologia (2009, p. 101).

Será discutido o conceito de discurso em falas públicas, linguagens simbólicas, performances e estratégias políticas de diversos espectros políticos e religiosos, considerando que não se limita ao nível do particular, mas se constitui a partir do imaginário dominante que alcança cada indivíduo.

No que diz respeito à política, a década de 2010 – período mais próximo ao recorte temporal deste trabalho, que se concentra no governo Bolsonaro (2019-2022) – fortaleceu a presença dos evangélicos como atores políticos, organizados em duas frentes principais: a antiesquerda e a direita cristã. Apesar do fortalecimento, nessa década, de uma direita cristã caracterizada pelo antiesquerdismo, pelo antipetismo e pela estruturação de pautas morais e de comportamento, diversos atores do meio evangélico foram aliados ao governo Lula (2003–2010) e Dilma (2011–2016).

Todavia, os evangélicos encontraram um terreno fértil com o advento do bolsonarismo, tanto no período pré-eleitoral quanto, sobretudo, durante o governo Bolsonaro. Assim, para compreender as eleições de 2022, faz-se necessário uma contextualização de

outros períodos históricos, que serão detalhados mais à frente, como a Ditadura Militar, a redemocratização e os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, pois, houve uma disputa de narrativas[1] e a construção da memória coletiva é um elemento bastante presente no campo político, visto que os interesses das figuras públicas também são alcançados pela articulação com o povo.

O bolsonarismo surge diante de vários fatores, que se encontram no contexto cultural, religioso e político. O saudosismo diante da Ditadura Militar, os interesses políticos e morais dos evangélicos diante de um crescimento entre o final do século XX e início dos anos 2000, a promoção de pautas de gênero e sociais, os discursos de comportamento, as manifestações de 2013, o impeachment de Dilma, o fortalecimento da direita cristã e as redes sociais foram basilares na consolidação do bolsonarismo.

As eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, romperam com o eixo político-partidário que esteve estruturado no Brasil desde 1994, o qual polarizava as disputas presidenciais entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além desse rompimento, Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), levou, pela primeira vez, o PSDB a ficar de fora do segundo turno de uma eleição presidencial, disputada entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). O vencedor das eleições de 2018 organizou sua campanha em torno de um discurso político que afirmava romper com o sistema e com a tradicional disputa entre PT e PSDB (Abranches, 2019).

Toda essa conjuntura abriu espaço para o crescimento da intolerância no espaço público, pois, como aponta Schwarcz, “o que eram antes manifestações recônditas e apenas furtivas agora se tornaram ocasiões de orgulho e autocelebração” (2019, p. 215). Embora Fernando Haddad tenha obtido cerca de um terço do eleitorado evangélico em 2018, a maior parcela desse grupo religioso apoiou Jair Messias Bolsonaro.

A rejeição a Bolsonaro entre as mulheres intensificou-se ao longo de seu governo, chegando, em 2022, a uma média de 57%. Diante desse cenário, o slogan “Mulheres com Bolsonaro” foi mobilizado por Michelle Bolsonaro (PL) e pela ex-ministra Damares Alves (Republicanos). Elas, juntamente com outras aliadas – parlamentares, pastoras, esposas de pastores, bispas, cantoras, entre outras –, estiveram à frente dessa campanha. Com a derrota

[1]Leia-se este conceito, ao longo de todo o trabalho, como o confronto entre diferentes formas de interpretar, explicar e atribuir sentido à realidade social, política e religiosa. Para tanto, recorre-se à noção de disputa por hegemonia de sentidos. Assim, levam-se em consideração: 1) a construção e interpretação de acontecimentos e categorias analíticas; 2) a atribuição de responsabilidades e a delimitação de agentes sociais; 3) a mobilização e articulação de valores simbólicos e morais; 4) a produção de efeitos na formação e orientação da opinião e do imaginário público.

no primeiro turno e diante da elevada rejeição entre o público feminino, Bolsonaro buscou apresentar-se como um político favorável às mulheres.

Somado a isso, não bastava alcançar o eleitorado feminino de forma ampla; tornava-se necessário dialogar especificamente com as mulheres evangélicas, consideradas estratégicas naquele contexto eleitoral. Nesse sentido, a campanha buscou mobilizar referências bíblicas e elementos do discurso religioso como forma de aproximação simbólica com esse público. Assim, uma das falas da primeira-dama, durante a campanha, foi: "Uma mulher sábia edifica a sua casa. Mulheres sábias edificam seu país" (Bolsonaro, 2022).

Por outro lado, diante dessa conjuntura, outras parlamentares posicionaram-se de forma contrária ao governo e à candidatura à reeleição do então presidente. Entre elas, destacam-se Benedita da Silva (PT) e Marina Silva (Rede). O posicionamento dessas lideranças, enquanto figuras públicas e evangélicas, voltou-se ao antibolsonarismo e à defesa de políticas públicas que alcancem os grupos socialmente marginalizados. Trata-se, contudo, de duas personagens com filiação partidária definida que, nas eleições de 2022, manifestaram apoio à candidatura de Lula. Ademais, ambas estiveram à frente da articulação de estratégias que construíssem uma comunicação entre o candidato petista e o eleitorado evangélico.

Com isso, discursos foram produzidos por ambas as partes, sendo possível observar que, tanto no campo conservador quanto no progressista, os interesses políticos em torno das discussões de gênero e do público evangélico estiveram presentes no pleito de 2022. Assim, as disputas de narrativas foram construídas conforme as estratégias e interesses de cada grupo, de modo a alcançar os fiéis evangélicos e as mulheres.

Nossa abordagem qualitativa se volta à análise da lógica comparativa entre campos ideológicos distintos e recorre a fontes digitais – como publicações em redes sociais, vídeos, pronunciamentos públicos, além de matérias de revistas e jornais –, com foco no período eleitoral de 2022. Desse modo, busca-se compreender como diferentes estratégias discursivas se articulam na produção de sentidos e na disputa por legitimidade no espaço público.

Para tal, os nomes aqui citados, situados na pluralidade dos espectros políticos à direita e à esquerda, evidenciam a relevância da posição das mulheres – neste caso, evangélicas – no Brasil contemporâneo, especialmente quando se discute eleições e o voto feminino e evangélico. Isso nos leva a refletir que essa visibilidade não implica, necessariamente, uma ampliação efetiva das oportunidades para candidaturas femininas, a ocupação de espaços de poder na política brasileira e a proteção aos direitos das mulheres.

Desse modo, a pesquisa buscou realizar um estudo acerca dos discursos de mulheres evangélicas envolvidas na política partidária durante o governo Bolsonaro e as eleições de 2022, com vistas a analisar como seus espectros políticos, situados entre a direita e a esquerda, foram manifestados. Desse modo, procura-se compreender os sentidos de uma relação político-religiosa atravessada pelo debate de gênero, tanto no campo conservador quanto no progressista. Para tanto, pretende-se responder às seguintes questões: como, por que e em que contexto histórico essas narrativas foram fomentadas? Quais identidades compõem o ser mulher evangélica? Quais sentidos político-religiosos se buscou mobilizar a partir dos discursos analisados?

Por meio dessas perguntas, estabelecemos, para a pesquisa, os seguintes objetivos: geral: Analisar os discursos político-religiosos produzidos por mulheres evangélicas com filiação partidária ao considerar os distintos posicionamentos de apoio e de crítica ao então presidente, bem como os sentidos atribuídos à relação entre gênero, religião e política no contexto do governo e das eleições de 2022; específicos: 1. Discutir abordagens teóricas que problematizam a relação entre religião, gênero e política, destacando como essas categorias se articulam na constituição de discursos e práticas no espaço público brasileiro; 2. Contextualizar historicamente a presença dos evangélicos na esfera política brasileira, entre a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, enfatizando a heterogeneidade desse segmento religioso e sua atuação como ator político relevante; 3. Analisar a pluralidade da identidade da mulher evangélica e os conteúdos dos discursos de determinadas mulheres com filiação partidária acerca do governo, da figura de Bolsonaro e da disputa eleitoral de 2022, estejam elas vinculadas a espectros considerados conservadores (Damares Alves e Michelle Bolsonaro) ou progressistas (Benedita da Silva e Marina Silva).

Com o propósito de abordar o tema de maneira sistemática e cumprir os objetivos delineados, este trabalho foi organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “GÊNERO E RELIGIÃO: CONCEITOS EM DISPUTA”, discutem-se as bases teóricas e a metodologia da pesquisa. Nele, problematizam-se os conceitos de gênero, religião e política, a partir da compreensão de que a articulação entre esses campos é de fundamental relevância para o embasamento teórico do objeto de estudo. Além disso, são explicitados os caminhos metodológicos adotados, bem como as fontes e a abordagem utilizadas na pesquisa.

Os estudos de gênero atravessam as relações sociais entre homens e mulheres (Cruz, 2013), as quais são marcadas por desigualdades; portanto, não se restringem à análise das “mulheres”, mas abrangem outras pautas (masculinidades, sexualidades, educação, raça,

classe, poder, público e privado etc.). Assim, as relações estruturadas a partir do gênero podem dificultar, como de fato ocorre, a participação feminina no campo político e em outros espaços sociais.

No segundo capítulo, intitulado “O BRASIL E A DIREITA CRISTÃ: ENTRE A DITADURA MILITAR E JAIR BOLSONARO”, realiza-se um apanhado histórico com o objetivo de contextualizar o advento do bolsonarismo, fenômeno que mantém estreita relação com a memória da Ditadura Militar de 1964, bem como com os governos petistas de Lula e Dilma. Essa conjuntura constitui o pano de fundo das análises desenvolvidas no terceiro capítulo, de modo a alcançar as questões de gênero e religião diante do governo Bolsonaro.

Nesse sentido, problematiza-se inicialmente o período da Ditadura Militar (1964–1985), inserido, em âmbito internacional, no contexto da Guerra Fria, que marcou a segunda metade do século XX. Em seguida, abordam-se os processos de redemocratização, os governos Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), bem como o governo Temer (2016–2018).

Ainda no segundo capítulo, considerando tratar-se de uma temática política que envolve o segmento evangélico, discute-se a influência histórica dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil. A partir de uma perspectiva voltada ao campo religioso, analisa-se como o protestantismo estadunidense exerceu influência tanto durante o período ditatorial quanto na década de 2010, no Brasil, ao contribuir para a formação e consolidação da chamada direita cristã no país, que, em sua complexidade, apropriou-se, ressignificou e adaptou ao contexto brasileiro discursos políticos, religiosos e de gênero dos EUA.

Por fim, examinam-se o governo Bolsonaro (2019–2022) e as eleições de 2022, com o intuito de compreender as práticas governamentais do então presidente e sua aproximação com o eleitorado evangélico, processo que resultou na produção de um intenso discurso político-religioso.

O terceiro capítulo, intitulado “AS MULHERES EVANGÉLICAS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA BRASILEIRA: IDENTIDADE, CONSERVADORISMO, PROGRESSISMO E A DISPUTA DE NARRATIVAS”, concentra os resultados e as discussões da pesquisa, constituindo o núcleo analítico do trabalho. A partir do referencial teórico e da contextualização histórica anteriormente apresentada, são analisadas as identidades da mulher evangélica, por meio do conceito de interseccionalidade – que aborda diversas categorias (gênero, raça e classe) –, e as trajetórias de personagens já mencionadas, situadas tanto no campo conservador quanto no progressista. Essas categorias mencionadas

foram mobilizadas, nesta pesquisa, como eixos analíticos fundamentais, ao orientar a interpretação das fontes.

Por fim, o foco recai sobre as eleições de 2022, momento em que se evidenciam os embates discursivos entre diferentes parlamentares, permitindo compreender a disputa pelo eleitorado evangélico e as estratégias adotadas por cada grupo (bolsonarismo e petismo), por meio dessas mulheres, para construir uma linguagem politicamente alinhada ao universo evangélico.

Para a produção deste trabalho, recorremos a uma bibliografia que pudesse fornecer uma base teórica, metodológica e de contextualização histórica, a fim de compreender os aspectos políticos e sociais, os elementos religiosos, as matrizes ideológicas e a produção dos discursos. Além disso, recorremos a fontes de material digital, tais como redes sociais, jornais, revistas e documentos oficiais.

A representação feminina no campo político pode apontar para uma maior visibilidade e legitimidade do feminino enquanto sujeito político. Contudo, trata-se também de um espaço que tende a operar de forma normativa – visto como natural, padrão e universal – em relação às mulheres, na medida em que reproduz e mantém as estruturas misóginas, machistas e sexistas (Butler, 2020). Ou seja, a ocupação do espaço público pelas mulheres também é atravessada pelo controle masculino sobre o que elas podem ou não fazer no campo político, o que acaba por limitar e, muitas vezes, anular o protagonismo feminino.

Posto isto, a inserção das mulheres na política partidária deve ser analisada a partir da problematização das condições impostas ao feminino – como a naturalização, a padronização e a universalização – por meio da dominação masculina (Bourdieu, 2022). Ademais, a ocupação do espaço público pelas mulheres é frequentemente vista com desconfiança pela sociedade patriarcal; desse modo, o campo político lhes é constantemente negado em razão da histórica separação entre as esferas do privado e do público (Costa, 1998). Apesar de ocuparem dezenas de cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado, a política brasileira permanece estruturalmente masculina (Souza, 2015).

Justificamos este trabalho por sua parcela somativa às produções no âmbito acadêmico e social, especialmente para os estudos sobre religião, política e gênero, tendo em vista a contribuição analítica em relação ao objeto aqui proposto. Cada capítulo é de suma importância para a construção desta pesquisa, pois, para a produção de um trabalho científico é preciso recorrer ao campo teórico-metodológico, realizar um recorte temporal e espacial e, por fim, como realizamos neste material, a discussão dos resultados.

Para compreender a política e a religiosidade no Brasil contemporâneo, torna-se imprescindível analisar o papel dos evangélicos e as discussões de gênero de forma comparativa entre campos ideológicos distintos. Nesse sentido, tal abordagem permite evidenciar tensões, convergências e disputas simbólicas que atravessam o espaço público e influenciam a construção de agendas políticas e morais.

Embora já existam diversas produções sobre o governo Bolsonaro e sua relação com segmentos religiosos, esta pesquisa se propõe a uma abordagem inédita ao analisar o discurso político-religioso sob uma perspectiva de gênero durante esse governo, confrontando duas posições distintas – uma favorável e outra de oposição – por meio de uma leitura a contrapelo (Montenegro, 2010), com o intuito de tensionar os discursos de determinadas personagens evangélicas com filiação partidária. O conceito de discurso será posto como uma ação social contextualizada, que integra linguagem, referências religiosas e táticas políticas na construção de significados no espaço público.

CAPÍTULO 01: GÊNERO E RELIGIÃO: CONCEITOS EM DISPUTA

O que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história.
Michelle Perrot[2]

Este capítulo tem por objetivo percorrer as discussões teórico-metodológicas que fundamentam a análise desenvolvida neste trabalho. Nesse sentido, destacam-se as principais categorias analíticas que sustentam a pesquisa, tais como gênero, religião, discurso e poder, articuladas de modo a orientar a interpretação das fontes. Ademais, neste primeiro capítulo, delineia-se a trajetória metodológica adotada, ao explicitar os critérios de seleção das fontes, bem como os procedimentos e práticas mobilizados ao longo da pesquisa, ao garantir rigor e transparência ao percurso analítico.

Ao discutir gênero[3], é necessário visualizar este conceito a partir de outros que o compõem, como masculinidades, feminilidades, sexualidades, identidades, corpos, entre tantos. Por meio de uma dominação masculina, os papéis e status sociais que são formados e estabelecidos, socialmente e historicamente, a partir das relações de poder entre homens e mulheres, devem ser questionados, pois sustentam o discurso e prática da submissão feminina e padronizam a masculinidade com imagem de virilidade – forte, violenta, superior, cis e heterossexual (Saffioti, 2004).

Na relação binária que se constrói entre homem e mulher, o sujeito masculino, posto como universal, afirma-se em oposição ao "Outro", a mulher (De Beauvoir, 1967), reforçando o falocentrismo e a cisheteronormatividade. Assim, o "Outro" é definido e reconhecido pelo olhar do sujeito cuja identidade foi estabelecida como universal. Nessa perspectiva, ao recorrer a Simone de Beauvoir, compreende-se que essa construção não é natural, mas historicamente produzida, revelando os mecanismos sociais e culturais que

[2] 2020, p. 199.
[3] "'Gênero' foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções ou regras (feitas pelo homem do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de "gênero" possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o aspecto relacionado do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança" (Scott, 2011, p. 89).

sustentam a subordinação feminina; neste caso, na conjuntura das mulheres evangélicas brasileiras no espaço político-religioso.

Judith Butler (2020), em seu livro "Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade", corrobora com esta análise ao trazer à tona o conceito de "gêneros inteligíveis", que "são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo" (p. 43). Ou seja, padrões sociais – por meio de uma dominação heterossexual e cisgênero – que são estabelecidos a partir de uma ideia de coerência, normalização e naturalização. Logo, o que foge desta coerência são incoerentes, ininteligíveis e indignas de existência (mulher, negro, homossexual, transgênero, indígena, pessoas com deficiência etc.).

Nesse proceder, a análise de Butler evidencia que o gênero não deve ser compreendido como uma essência fixa ou natural, mas como uma construção produzida e reiterada por práticas discursivas e estruturas sociais que regulam os corpos e delimitam as possibilidades de existência. Assim, ao problematizar os regimes de inteligibilidade, a autora revela como determinadas identidades são legitimadas enquanto outras são marginalizadas, contribuindo para a manutenção de hierarquias e relações de poder que atravessam diferentes marcadores sociais na política, na sociedade e na igreja evangélica brasileira.

A história das mulheres, campo de estudo que ganha força a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, consolida-se cada vez mais nos estudos das ciências humanas. Nomes como Joan Scott[4] e Michelle Perrot[5] são pioneiros ao se referir a este campo de estudo, pois, elas e tantas outras, promoveram, nas discussões de gênero, a faísca para uma escrita das e sobre as mulheres, posto que a historiografia e outras ciências dentro das humanidades sempre tiveram uma análise, metodologia, teoria e escrita masculina.

Joan Scott (2011), no texto "História das mulheres", resume bem o objetivo deste campo:

---

[4]Joan Scott é uma historiadora norte-americana, nascida em 18 de dezembro de 1941, no Brooklyn, em Nova York (EUA). É professora emérita do Institute for Advanced Study, em Princeton, uma das mais prestigiadas instituições acadêmicas dos Estados Unidos. Reconhecida mundialmente por suas contribuições teóricas aos estudos de gênero, Scott é autora do influente artigo "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" (1986), que revolucionou a historiografia ao propor o gênero como uma categoria fundamental de análise histórica. Entre suas principais obras destacam-se: Somente Paradoxos a Oferecer: As Feministas Francesas e os Direitos do Homem (1996); A Fantasia da História Feminista (2011); Sexo e Secularismo (2017).

[5] Renomada historiadora francesa, nascida em 18 de maio de 1928, em Paris. Professora emérita da Universidade Paris Diderot (Paris VII), foi uma das pioneiras no desenvolvimento da história das mulheres e da história do cotidiano na França. Entre suas principais obras destacam-se Os Excluídos da História (1974), História das Mulheres no Ocidente (organizada em cinco volumes com Georges Duby, 1991–1992) e Minha História das Mulheres (2006). Seu trabalho foi fundamental para consolidar os estudos de gênero e a história social das mulheres como campos legítimos e indispensáveis à historiografia contemporânea.

> Questiona a prioridade relativa dada à "história do homem", em oposição à "história da mulher", expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal (p. 80).

De acordo com Michelle Perrot (2020), ao problematizar o ofício e as fontes utilizadas pelos historiadores, aponta que:

> Da História, muitas vezes a mulher é excluída. Primeira o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. [...]. O "ofício do historiador" é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômico, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou "mental", ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da "pequena" história, meras coadjuvantes da História! Assim também – segunda volta da chave – os materiais que esses historiadores utilizam (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas…) são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa pública (p. 197).

Somando a esta afirmativa, o sociólogo Pierre Bourdieu (2022) destaca que:

> Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação. Não podemos esperar sair desse círculo se não encontrarmos uma estratégia prática para efetivar uma objetivação do sujeito da objetivação científica (p. 17).

É pertinente, ao questionar a dominação masculina, a problematização voltada às ciências e o que as compõem, como as teorias, metodologias, documentos, instituições acadêmicas e escrita, pois as pesquisas se concretizam ao se tornarem um produto literário (Certeau, 1982). Ao lidarmos com o fazer científico, a neutralidade é uma utopia, pois, mesmo que se busque um distanciamento do objeto, o pesquisador e/ou a pesquisadora realizam escolhas teórico-metodológicas e fazem uma seleção de documentos, porém, precisam justificar as suas decisões (Luca, 2021)[6].

[6] É possível que a pesquisadora e/ou pesquisador não encontre documentação necessária para o seu trabalho e busque outro caminho. A ausência de fontes também faz parte do processo de pesquisa, pois são com elas que determinado objeto será questionado e analisado (Bloch, 2001). O interesse e a decisão de preservar determinados documentos estão relacionados à valorização atribuída por um contexto histórico específico e/ou por um grupo social, com o propósito de construir e transmitir uma determinada imagem de si para as gerações futuras. Diante disso, é necessário questionar: a quem interessa preservar? O que foi efetivamente preservado? E que realidade social, econômica e política o documento contempla? (Luca, 2021).

Joan Scott, Michelle Perrot e Pierre Bourdieu contribuem para o estudo do objeto ao levantarem a problemática acerca da escrita da história e da análise científica, que podem incorrer em uma perspectiva de narrativa oficial, ao privilegiar o campo político e uma história produzida por e para homens. O rompimento com esse modo de fazer história converge com os objetivos deste trabalho, que se volta às mulheres evangélicas em um contexto político, cujo recorte temporal corresponde ao governo de Jair Bolsonaro e o recorte espacial refere-se ao contexto brasileiro. Em síntese, os autores evidenciam que a crítica à historiografia tradicional e a pretensa neutralidade, que possui um viés masculino, é fundamental para desnaturalizar hierarquias de gênero e possibilitar novas formas de produção do conhecimento científico, com rigor teórico e metodológico.

A produção científica também atravessa a categoria de gênero, assim como outras (raça, etnia, classe, nacionalidade etc.)[7]; logo, a protagonização das mulheres como pesquisadoras e sujeitos na história foi e é um marco para a diversidade do universo acadêmico, tanto por elas ocuparem a posição intelectuais/pesquisadoras quanto pelo desenvolvimento de trabalhos que estejam alinhados com as discussões de gênero.

1. 1 Gênero em debate nas Ciências da Religião.

Para compreender a relação dos estudos de gênero e os de religião, é necessário recorrer ao debate sobre a inserção das mulheres no campo acadêmico. A academia é um espaço predominantemente masculino, e esse traço "não é exclusivo do Brasil; é reflexo de uma tradição global em que a teologia e o estudo das religiões, foram, por séculos, áreas de conhecimento reservados ao masculino" (Ronsi; Canário, 2025, p. 71).

[7] Apesar da conquista das mulheres quanto ao desenvolvimento do campo de estudo da "História das mulheres", nem todas estavam incluídas, como a população feminina negra. Os espaços conquistados não são ocupados da mesma forma por todas as mulheres. "As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. […] E a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação po-lítica, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. A crescente compreensão do impacto do binômio racismo/sexismo na produção de privilégios e exclusões vem produzindo maior solidariedade entre as mulheres. […] As feministas estão dispostas a contribuir para a radicalidade dessa construção para deslocar-se do lugar da hegemonia branca em prol de uma sociedade racialmente diversificada em todas as suas dimensões" (Carneiro, 2011, p. 121-122).

O acesso das mulheres, junto, apesar das contínuas dificuldades, em paralelo com a ampliação das discussões de gênero, ao ensino superior dos estudos teológicos ganha força a partir da segunda metade do século XX.

> Um marco importante ocorre na década de 1970, quando as mulheres começaram a acessar o ensino superior em Teologia, desafiando as normas estabelecidas e abrindo novas oportunidades e caminhos para futuras gerações. Porém, o reconhecimento formal dos cursos de Teologia pelo Ministério da Educação (MEC) só aconteceu em 1992, evidenciando o atraso e a resistência institucional em aceitar mudanças nesse campo (Ronsi; Canário, 2025).

A partir disso, surge, em 2016, a Área Ciências da Religião[8] e Teologia[9] (Área 44). De acordo com a Capes (2019), há oito subáreas que compõem a Área 44: Epistemologia das Ciências da Religião, Ciências Empíricas da Religião, Ciências da Aplicada, Ciências da Linguagem Religiosa, Teologia Fundamental-Sistemática, História das Teologias e Religiões, Teologia Prática e Tradições e Escrituras Sagradas.

Apesar dos avanços, este campo de estudos possui uma estrutura rígida quanto ao caráter conservador, masculino e religioso (católico e protestante). “Esse universo masculinizado legitimou, por muito tempo, e parece persistir em alguns lugares, que o estudo e a elaboração teológica não eram ou não são para as mulheres” (Ronsi; Canário, 2025, p. 79). Mesmo com uma melhoria quanto à ocupação das mulheres nesses espaços, as estruturas de poder e ocupação ainda são majoritariamente masculinas. Nos programas de Teologia e de Ciências da Religião, no ano de 2024, respectivamente, havia 27 mulheres e 106 homens docentes e 39 mulheres e 104 homens docentes (Ronsi; Canário, 2025).

> Historicamente, a teologia foi concebida e desenvolvida em contextos religiosos em sua maioria masculinos, em que a formação do clero era o principal objetivo. Esse legado persiste nos PPGs, onde a maior parte do corpo docente é composta por clérigos e pastores, tanto nas instituições católicas quanto nas protestantes. Essa composição continua a perpetuar as tradições eclesiásticas, reforçando as barreiras

[8] “[...] pesquisa o fato religioso, a experiência religiosa, os fenômenos, as experiências, os conteúdos, as expressões, os textos reconhecidos como sagrados, as tradições e narrativas orais, as linguagens, as culturas religiosas e as tradições de sabedoria, considerados em perspectivas externas, de diálogo com outros saberes acadêmico-científicos, com ênfase em investigações de natureza qualitativa e quantitativa, podendo também ser de natureza teórica ou aplicada, a partir de abordagens teórico-metodológicas próprias das escolas que constituem o campo de estudos da(s) religião(ões), suas subáreas e disciplinas auxiliares” (Capes, 2019, p. 04).

[9] “[...] pesquisa criticamente a inteligência da fé, os conteúdos, as doutrinas, as tradições, os textos reconhecidos como sagrados, as linguagens de tradições específicas, assim como as experiências que o ser humano desenvolve com o que reconhece e professa como sagrado e outras práticas socioculturais, a partir de perspectivas internas e em diálogo com as demais ciências, com outras culturas, tradições e religiões, considerada a diversidade de abordagens teórico-metodológicas de escolas e campos de estudos teológicos. A área não apenas reconhece como também propõe e fomenta o debate plural no campo teológico, sendo possível a utilização do termo teologias para se considerar os discursos atinentes às distintas escolas e diferentes perspectivas religiosas.” (Capes, 2019, p. 5)

> para a inclusão de leigos, especialmente mulheres, no cenário acadêmico teológico. […] Além disso, a contratação de mulheres é concentrada em áreas específicas, muitas vezes periféricas dentro da teologia, enquanto as áreas consideradas centrais ou de maior prestígio permanecem dominadas por homens. […] Essa resistência à mudança é, com certeza, institucional, mas também cultural e reflete uma hesitação em questionar e alterar as estruturas tradicionais que sustentam o campo teológico (Ronsi; Canário, 2025, p. 81).

A religião assume distintas formas em determinados contextos, sendo preciso discutir diversas categorias, identidades e violências. Gênero, conceito abordado neste trabalho, é fundamental para as discussões no campo das Ciências da Religião, porém, nem sempre foi assim. Como já apontado, a partir da segunda metade do século XX que está categoria, a história das mulheres e a participação delas ganham força no campo científico.

Os estudos de gênero no Brasil se originam de teorias feministas estadunidenses e europeias. A partir das provações, lutas e resistência das mulheres nestes territórios, as discussões alcançaram outros locais, como o território brasileiro (Duarte de Souza, 2006). Assim, a vida privada é trazida a público, a mulher, em sua pluralidade, torna-se uma categoria a ser estudada e gênero faz parte de tudo que constitui as relações sociais, pois constrói o sentido da realidade quanto às questões de identidade sexual, sexo, papéis e status (Butler, 2020).

Neste trabalho, tratamos o gênero como uma categoria estruturante das disputas de poder no campo religioso-político, uma vez que organiza hierarquias, papéis sociais e formas de legitimidade na política e religiosidade evangélica do Brasil. Nesse sentido, evidencia-se que as relações de gênero não são apenas reflexo dessas dinâmicas, mas elementos constitutivos que orientam práticas, discursos e estratégias de atuação dos sujeitos envolvidos.

No contexto religioso, sendo a discussão aqui presente, Karen Colares (2023), doutora em Teologia, afirma:

> O engessamento teológico em torno do conceito de fundamento é o grande responsável pela rixa que se estabelecerá entre fundamentalismos e movimentos pelos direitos das mulheres. Fundamento é uma categoria presente em toda estrutura de pensamento, no entanto, pressupõe-se sua reavaliação em contínuo processo de autocrítica e acolhimento de novas descobertas. Em sistemas fundamentalistas, o que acontece é que o fundamento é tratado como dogma inviolável e inquestionável. […] Sendo assim, o discurso fundamentalista continua sustentando o patriarcalismo e rejeitando a emancipação feminina como modismo da modernidade. Esse pressuposto se desdobrará em diversas frentes: a negação ao direito à ordenação ao oficialato em instituições religiosas, ao direito a realizar-se profissionalmente e, em alguns casos, até mesmo ao direito ao estudo universitário profissionalizante, a rejeição do divórcio como alternativa lícita para a busca da felicidade e a sempre reiterada noção de que a função feminina e, portanto, o auge de sua realização é aceitar a condição de esposa, mãe e de auxiliar do marido (p. 124-125).

A religião não pode ser analisada de forma dissociada das estruturas sociais, pois reforça diversas violências presentes na sociedade, como o afastamento histórico das mulheres da política brasileira, configurando-se como um projeto estrutural. Nesse contexto, a elas foi atribuído, também sob a justificativa da linguagem e da autoridade religiosa, o papel de se restringirem ao espaço privado. A partir disso, as teologias feministas surgem como mecanismo ideológico para se combater as desigualdades de gênero no meio religioso.

> Audaciosas mulheres de muitos tempos e lugares sentiram-se desprezadas e silenciadas quando expressavam suas experiências de transcendência ou quando ousavam traduzir, a partir de suas palavras e vivências, algo dos ensinamentos atribuídos a Jesus ou à Igreja primitiva. Seu sexo considerado pelos doutos da Igreja como fonte de pecado, sua inteligência considerada como menor, sua força como frágil, modelaram comportamentos que tornaram as mulheres o "segundo sexo", considerado inferior e dependente do primeiro, o masculino (Gebara, 2023, p. 75).

Assim, o movimento feminista se volta a tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. E o campo religioso não seria diferente, sendo uma imbricação necessária: feminismo e religião (Vargas, 2020). O patriarcado também possui um caráter religioso, e o Ocidente sofre grande influência do cristianismo, cujos discursos e instituições historicamente contribuíram para a legitimação de hierarquias de gênero. Isso evidencia como a dimensão religiosa atua na naturalização da dominação masculina, ao conferir fundamento simbólico e moral às desigualdades entre homens e mulheres (Gebera, 2023). Assim, a imagem do Deus cristão ocidental foi construída a partir de uma perspectiva masculina, e a ideia de "revelação" de uma escritura religiosa pode transformá-la em sagrada sem considerar questões de gênero, raça e classe, de uma forma que justifique a legitimação de violências a corpos marginalizados.

> Através dela nos comunicamos e expressamos as significações de nosso mundo, assim como as valorações que damos a pessoas e coisas. Nesse particular, a linguagem sobre Deus nas culturas monoteístas é prioritariamente masculina, ou seja, a cultura expressa Deus a partir do gênero masculino. Fala-se da criação de Deus, da ternura de Deus, da misericórdia de Deus, do amor de Deus, da salvação de Deus, da justiça de Deus, do julgamento e castigo de Deus como se estas afirmações tivessem íntima relação com a humanidade feminina e masculina. Entretanto, e aqui se situa parte do problema, esta figura poderosa é expressa numa linguagem gramatical e numa figura histórico-simbólica masculina, prescindindo, nesse nível, do feminino. Por isso se costuma dizer que as sociedades monoteístas patriarcais repousam sobre um monoteísmo masculino que torna difícil a introdução de elementos simbólicos mais inclusivos que façam justiça ao feminino e à diversidade de expressões da vida. O monoteísmo masculino é, na realidade, a expressão de culturas de dominação pública masculina. O poder político e social está em mãos masculinas. O poder de interpretar o mundo segundo uma ordem

> religiosa masculina e determinar as inclusões e exclusões dessa ordem está em suas mãos (Gebara, 2023, p. 80).

O movimento feminista é fundamental para as lutas, as resistências e as conquistas das mulheres na história e no tempo presente. Neste mesmo sentido, vale o reforço de compreender este movimento de forma plural. Mulheres negras, latino-americanas, trans, indígenas, quilombolas, entre outras, devem ser incluídas a partir da sua realidade e identidade (Carneiro, 2011). As mulheres evangélicas conquistaram e continuam a conquistar espaço na política brasileira, bem como o direito de questionar a leitura masculina acerca da religião cristã, em decorrência dos movimentos feministas.

Posto isso, a problematização dos estudos de gênero, ciente da construção social dos corpos (Butler 2020), configura-se como necessária para a análise do objeto aqui pesquisado, que envolve mulheres evangélicas na política institucional durante o governo Bolsonaro. As personagens selecionadas para este trabalho não podem ser compreendidas de forma genérica e homogênea, o que evidencia a relevância dessa discussão teórica para a análise dos discursos em um recorte temporal e espacial específico. Além disso, tal abordagem permite apreender as múltiplas dimensões que atravessam essas experiências, considerando suas particularidades históricas, sociais e políticas.

1.2 Gênero e religião nas discussões políticas.

A inserção das mulheres na política-partidária deve ser analisada através da problematização da representação feminina – naturalizada, padronizada e universalizada – construída pela dominação masculina (Bourdieu, 2022), ciente que a ocupação das mulheres ao espaço público é vista com maus olhos pela sociedade patriarcal. Posto isto, o campo político é constantemente negado a elas por conta do debate do privado e do público (Costa, 1998). Apesar de ocuparem dezenas de cadeiras na Câmara de Deputados e Senado, a política brasileira é estruturalmente masculina (Duarte de Souza, 2015).

As mulheres conseguiram o direito ao voto no ano de 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Todavia, nem todas as mulheres possuíam este direito, pois algumas restrições foram impostas pela Constituição de 1934 (Napolitano, 2021). Diante das problematizações históricas e filosóficas, dos conceitos de público e privado, as questões de gênero também se aplicam ao debate. Assim, na história do Brasil, a esfera política (pública) não é reconhecida como um espaço para as mulheres, mas, sim, como “lugar de homem” e ao privado estaria destinado aos afazeres femininos (Abranches, 2019).

Desta maneira, como à mulher foi posta uma identidade relacionada ao privado e a subordinação, isso dificulta a participação delas no campo político. Neste sentido, a presença feminina no espaço público seria uma subversão à dominação masculina (Duarte de Souza, 2015). Os homens se sentem ameaçados diante da presença feminina no campo político:

> Quanto mais as mulheres vão conseguindo impor sua independência e autonomia, tanto maior tem sido a reação masculina e as demonstrações de misoginia. Enquanto isso, o domínio dos homens na cena pública é indiscutível. [...] Na prática, o mundo da política corrobora o que a realidade do dia a dia demonstra: ele é feito de uma atitude, antiga e consolidada entre nós, de buscar tornar inexpressiva, quando não quase inexistente, a presença de mulheres nas principais instituições do país. E, quando isso não ocorre, o sentimento de perda de privilégios pode dar vazão não só à violência física, mas também à violência simbólica e moral (Schwarcz, 2019, p. 187).

Em uma ordem cronológica, Celina Guimarães Vianna (1890-1972) é considerada a primeira eleitora do Brasil, natural de Natal (RN), Luíza Alzira Soriano Teixeira (1897-1963), natural de Jardim de Angicos (RN), foi a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina. O direito ao voto e de serem votadas é conquistado em 1932[10]. Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), natural de São Paulo (SP), foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal no Brasil, Eunice Michiles (1929 –), natural de São Paulo (SP), foi a primeira senadora eleita no Brasil, em 1979, Laélia Alcântara (1923-2005), natural de Salvador (BA), foi a primeira senadora negra no Brasil e a segunda mulher a ocupar cadeira no Senado brasileiro, em 1981, Dilma Rousseff (1947 –), natural de Belo Horizonte (MG), foi a primeira mulher eleita presidente da República Federativa do Brasil, em 2010, Érica Malunguinho (1981 –), natural de Recife (PE), foi a primeira mulher trans a ser eleita para uma Assembleia Legislativa, em 2018.

Tantas outras mulheres poderiam ser lembradas para compor esta breve linha do tempo, marcada por conquistas e desafios. Diversos fatores precisam ser considerados ao se analisar a presença feminina em um espaço político historicamente dominado por homens, como faixa etária, raça, identidade de gênero, sexualidade e ocupação de cargos públicos. Ainda que avanços tenham ocorrido, as desigualdades persistem e exigem reflexão contínua sobre representatividade e equidade (Schwarcz, 2019).

[10] O primeiro Código Eleitoral (Decreto nº 21.076) assegurou às mulheres com mais de 21 anos o direito de votar e de se candidatar em todo o país. Esses direitos políticos foram posteriormente consolidados na Constituição de 1934, a segunda da República.

É relevante destacar alguns dados, enquanto este trabalho foi escrito, acerca da relação das mulheres com o campo político. De acordo com o TSE Mulheres[11], vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2022, federal e estadual, a candidatura feminina obteve uma margem de 34% (9.890 de 29.262 em números absolutos), sendo 45,3% brancas, 34,6% pardas e 18,3% pretas. Em 2024, nas eleições municipais, o número de candidaturas também foi de 34% (159.000 de 463.394 em números absolutos), sendo 46,9% brancas, 39,3% pardas e 12,2% pretas.

Em números gerais[12], ao relacionar eleitoras, candidatas e eleitas, percebe-se uma queda significativa na porcentagem: 53%, 34% e 17%, respectivamente. Assim, embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, o número de candidatas e de eleitas é bem menor, evidenciando que elas ocupam poucos espaços na política em comparação aos homens.

À vista disso, é importante analisar o que dificulta a inserção delas. De acordo com uma pesquisa feita pelo DataSenado, em 2014, as mulheres entrevistadas alegaram três motivos que dificultam o ingresso delas na política partidária: os partidos não concedem um suporte necessário para as candidaturas femininas (41%), elas não possuem interesse pela política (23%) e alegaram ser difícil disputar com homens (19%).

Apesar do crescimento das mulheres no campo político, ainda é um número pequeno e com um desenvolvimento lento. Embora a Lei 9.504/97 exiga que partidos e coligações preencham ao menos 30% de suas candidaturas com mulheres e a Emenda Constitucional 117/2018, por sua vez, obriga a destinação de 30% dos recursos públicos e do tempo de propaganda eleitoral para essas candidaturas, é comum o descumprimento.

Por meio da análise realizada em nome do Observatório Nacional da Mulher na Política, vinculado à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, a Nota Técnica 06 apontou que, em aproximadamente 772 municípios (o que corresponde a cerca de 13,9% dos municípios brasileiros), houve ao menos um partido ou federação que não cumpriu a cota mínima de 30% de candidaturas femininas nas eleições de 2024. É importante salientar que partidos de diversos espectros políticos descumpriram a lei. Os que mais descumpriram foram: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): descumpriu em 93 municípios; Partido dos Trabalhadores (PT): descumpriu em 83 municípios; Partido Liberal (PL): descumpriu em 58 municípios. Entretanto, é importante destacar que esses partidos

[11] Lançada em 2019 e administrada pela Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a plataforma TSE Mulheres apresenta um panorama da participação feminina na política e nos processos eleitorais ao longo da história brasileira.

[12] Os percentuais de eleitoras, candidatas e eleitas refletem as eleições ordinárias de 2018 a 2024.

apresentaram candidaturas em diversos municípios. Quando considerado proporcionalmente, o índice de descumprimento entre os três foi baixo, ficando abaixo de 5%.

Apesar de um número expressivo de filiações a partidos, essa porcentagem não se traduz em candidaturas. Nas eleições de 2022, embora 46,2% dos filiados a partidos fossem mulheres e elas representaram 53% do eleitorado, as proporções de candidaturas e de eleitas permanecem ínfimas. As mulheres estão presentes na política, porém não em condições de igualdade. Trata-se de uma presença que, embora já estabelecida, ainda não se encontra plenamente consolidada, tendo sido, em grande medida, viabilizada por meio de políticas públicas, como as cotas. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de que as filiações e candidaturas se convertam, efetivamente, em maior representatividade de mulheres eleitas.

Em segundo plano, observa-se que, mesmo com a eleição de algumas mulheres, a representatividade feminina na política não garante, necessariamente, a defesa dos direitos das mulheres. É comum que candidatas vinculadas a partidos de orientação conservadora se posicionem contra as correntes feministas, afirmando que os direitos das mulheres são concessões masculinas e negam as desigualdades de gênero, raça e classe (Schwarcz, 2019). Além disso, muitas delas apoiam pautas que reforçam a submissão feminina e a manutenção de papéis tradicionais. Essa postura contribui para a reprodução e manutenção da estrutura patriarcal e dificulta o avanço de políticas públicas voltadas à equidade de gênero.

Não se pode compreender a concepção de “mulher” como algo universal, mas reconhecê-la em sua diversidade, considerando as múltiplas identidades que emergem em contextos sociais distintos. Para Judith Butler (2020), não basta reivindicar maior representação das mulheres na política e na linguagem; é necessário compreender como a própria categoria “mulher” é construída e restringida por estruturas de poder que, ao mesmo tempo em que produzem e reprimem identidades, também delimitam as possibilidades de emancipação.

> Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das "mulheres", o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. Certamente, a questão das mulheres como sujeito do feminismo suscita a possibilidade de não haver um sujeito que se situe "perante" a lei, à espera de representação na lei ou pela lei (Butler, 2020, p. 20).

Dessa forma, o feminismo deve questionar a noção de um sujeito universal e estável, reconhecendo que a identidade feminina é múltipla, histórica e socialmente construída. Butler, portanto, desafia a ideia de uma essência feminina e propõe que a luta

feminista incorpore uma crítica às formas de poder que determinam quem pode – ou não – ser reconhecida como mulher, quais direitos lhe são atribuídos e que, pelo masculino naturalizar padrões tradicionais de gênero, mantêm a estrutura social que disciplina e subordina as mulheres.

A partir da relação entre gênero e política, observa-se que "a religião tem sido analisada em sua capacidade de controle dos corpos. É nos corpos que se constroem os sentidos de gênero que afetam todas as dimensões da vida em sociedade" (Duarte de Souza, 2008).

Por ser um sistema de significados que proporciona sentido à vida dos fiéis, atravessando-os de forma interseccional por diversas categorias (gênero, raça, classe, etnia, região etc.), a religião apresenta uma objetivação que busca determinar uma ordem na existência (Duarte de Souza, 2006). Não se pode ignorar a identidade social das pessoas religiosas, bem como a maneira como as instituições às quais pertencem interferem em seu modo de ser e estar no mundo. Desse modo, padrões são estabelecidos, dogmas defendidos e violências, por vezes, legitimadas sob a justificativa de promoção e defesa da fé, alcançando o corpo e cosmovisão dos fiéis ao interferir em sua identidade – podendo tanto promovê-la quanto negá-la.

O espaço religioso, por sua vez, pode expressar tanto um "poder sobre as mulheres" quanto um "poder das mulheres" (Perrot, 2007). Desse modo, torna-se necessário analisar como as discussões de gênero se articulam às de religião. Apesar da rejeição das mulheres na vida pública por parte de muitos homens, diversas candidaturas femininas – ou mesmo discursos supostamente favoráveis às mulheres – são utilizados como estratégia política para alcançar diferentes grupos eleitorais, em especial os evangélicos.

Por um lado, ainda é bastante presente a rejeição da presença feminina em espaços públicos (Schwarcz, 2019). Quanto ao contexto cristão, apesar da diversidade teológica e litúrgica, é comum a perspectiva e a prática da subordinação feminina. Assim, é possível a análise, como abordado, de um poder sobre as mulheres no meio religioso (Colares, 2023).

Entre as hermenêuticas conservadoras e progressistas no campo religioso, as compreensões sobre os espaços privado e público diferem significativamente, como se

observa, por exemplo, nas teologias complementaristas[13] e igualitaristas[14] (César, 2021). Essas distinções influenciam a maneira como as instituições religiosas e as próprias mulheres percebem o seu modo de ser e de estar no mundo; e isto inclui o campo político. É importante salientar que, mesmo que parte delas esteja distante das discussões teóricas e conceituais, as mulheres, em suas vivências locais, podem adotar atitudes subversivas diante das normas que lhes são impostas quanto aos espaços que devem – ou não – ocupar.

Em outro sentido, é possível pensar em um poder das mulheres nas instituições religiosas. Continuando na conjuntura cristã, é basilar a visualização da experiência religiosa das mulheres evangélicas de forma heterogênea, incentivando a problematização e o enfrentamento das violências sofridas sem comprometer a sua fé. Ciente de que os desafios são permanentes, destaco a resistência dessas mulheres em diversas frentes (subversão de liderança, divergências teológicas, denúncias etc.). A fé pode ser um mecanismo de luta para muitas mulheres no meio evangélico, principalmente aquelas presentes na periferia.

Portanto, a fé, a voz e a imagem das mulheres evangélicas brasileiras estão em constante disputa, pois, ao ocuparem o espaço público, seja por meio de perspectivas conservadoras ou progressistas, essas mulheres interferem nas estruturas e nos discursos, visto que se tornam referências para fiéis, eleitoras e eleitores do universo evangélico. Veremos que as falas e a participação política das personagens selecionadas, diante da diversidade política e religiosa entre elas, corroboram as discussões acima. Produzem significados, identidades, coletividades e representações, além de interferirem, de formas distintas, nos espaços de poder. Nesse sentido, suas atuações evidenciam dinâmicas complexas de confrontos simbólicos, disputas de poder e de normatização dos corpos, ao atravessarem tanto o campo religioso quanto o político.

1.3 Os discursos e suas representações.

Por se tratar de uma pesquisa acerca da análise do discurso, recorremos ao filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), a fim de analisar, com foco na conjuntura do recorte temporal e espacial do trabalho, a produção, controle e legitimação dos discursos.

---

[13] De forma genérica, a teologia complementarista defende que homens e mulheres são iguais em valor diante de Deus, mas têm papéis diferentes e complementares na família, na igreja e na sociedade (perspectiva mais conservadora).

[14] A teologia igualitarista, genericamente, defende que homens e mulheres são iguais em valor e função no Reino de Deus (perspectiva mais progressista). Assim, não haveria distinção de papéis na liderança e no ministério: ambos podem exercer qualquer função espiritual – há casos de igrejas que defendem o pastorado feminino, mas acreditam que, na família, os papéis, entre homem e mulher, são diferentes).

Compreende-se que o poder se faz presente em toda parte, pois provém de todos os lugares, manifestando-se nas relações sociais, nos discursos e nas práticas cotidianas, nas quais se produzem e reproduzem formas de saber e de controle (Cesar, 2006). A partir do pensamento foucaultiano, trabalhamos conceitos que nos auxiliaram na análise do contexto histórico em debate e das fontes selecionadas para problematizar os discursos das mulheres evangélicas no contexto político e religioso.

Com isso, o conceito de discurso é central nesta pesquisa, pois não se configura apenas como fala ou texto, mas como uma prática que produz sentidos e delimita o que pode ser dito, pensado e aceito na sociedade (Foucault, 1970). Aquilo que se entende como "normal" ou "desviante", dentro de uma determinada ideologia, é atravessado pelos discursos. A partir dessa perspectiva, foi possível evidenciar, na conjuntura brasileira durante o governo Bolsonaro, como narrativas conservadoras e progressistas, em um contexto político-religioso, disputaram os regimes de verdade, sustentados por instituições, como a religião, os quais dizem respeito ao modo como cada sociedade define o que é verdadeiro (Foucault, 2008).

Ademais, os conceitos de poder e disciplina nos concederam suporte ao serem mobilizados, de forma analítica, para problematizar as categorias de gênero, raça e classe no campo político e religioso, de modo a explicitar a produção de saberes e subjetividades entre as mulheres evangélicas conservadoras e progressistas, visto que o poder não se restringe ao controle ou à proibição, mas também produz comportamentos, identidades e modos de agir.

Assim, o discurso religioso não está separado do campo político; como exemplo, pode-se observar os espaços públicos que são apropriados por imagens e textos religiosos – majoritariamente cristãos. Embora outras religiões, ou grupos cristãos, em menor escala, possam relacionar a fé à política com a finalidade da promoção dos direitos humanos, é exclusiva e hegemônica ao cristianismo, em destaque uma teologia conservadora, a força que possuem no âmbito público e político do território brasileiro. Torna-se uma questão de conquista e domínio: ocupar a política (espaço público) para promover o poder religioso, de uma forma que estabeleça a fé cristã como a única "verdade" religiosa e que as pessoas precisam aceitar para serem salvas do "tormento eterno", mesmo que custe a violação dos direitos humanos. André Anéas, doutor em Teologia, contribui da seguinte forma para este debate:

> Assim, do ponto de vista epistemológico, uma vez a 'verdade' não sendo em nada relativa ou relativizada, mas absoluta e absolutizada, sem margem para dúvidas, esse parece ser o "ovo da serpente" que dará cria às lógicas violentas do ponto de

> vista físico e simbólico. Se um humano se sente capaz de acessar a *verdade bruta*, qual o local do diálogo e da tolerância? Segundo Rubem Alves, é justamente nessa falta de uma certa elasticidade para comportar pensamentos diferentes que se constrói uma "visão de mundo" que justifica o autoritarismo, intolerância e os cismas em nome da 'verdade' - Deus - que se crê possuir. Não há diálogo, pois só há certezas. Não há tolerância, pois que perversão seria privar o outro da 'verdade' que se possui de modo absoluto (contém ironia)? (2024, p. 34)

O poder se estrutura em meio a uma narrativa implícita, pois é organizado de forma sutil, com o objetivo de promover uma disciplina do corpo (Foucault, 2008). Essa sutileza faz com que o poder atue de maneira quase invisível, incorporando-se às práticas cotidianas e às instituições. Com isso, o controle não se dá apenas pela força, mas pela internalização de normas e comportamentos – o corpo se torna objeto e instrumento de poder, regulado por discursos que moldam sua conduta e subjetividade.

À vista disso, a produção de um discurso, a fim de construir uma disciplina que promova a domesticação de corpos, também se utiliza do medo como mecanismo. André Anéas, já citado acima, questiona sobre o que os evangélicos fundamentalistas, ou, como ele define, "político-fundamentalistas[15]", têm medo.

> Sim, parece que a postura bélica desse grupo na esfera pública é resultado de alguns medos que devem ser mencionados. Obviamente, o medo da dúvida e do contraditório. Abrir-se para a possibilidade de não ser possuidor da verdade absoluta é comprometer todo o sistema epistemológico, pois ele é sustentado por essa convicção-crença: é possível ter certeza absoluta de tudo. Segundo: medo da responsabilidade. E se o mundo, para ser um local justo, pacífico e bom, dependesse dos humanos e não da divindade? E se Deus decidiu que a humanidade devesse conduzir a história e (re) construir a realidade dia após dia? Se isso for verdade, a responsabilidade humana aumenta e surge a impossibilidade de terceirizar tudo para Deus, inclusive os atos mais agressivos e violentos feitos em "nome de Jesus". Isso é amedrontador para esse tipo ideal que se movimenta na esfera pública com uma postura religioso-política em que o discurso teológico-fundamentalista forma a estética de uma epistemologia radicalmente convicta de que a "verdade" é acessada, capturada e apreendida. O perigo é iminente: se um grupo julga deter a verdade absoluta, terceirizando toda a responsabilidade para o Deus que lhe concedeu esse acesso privilegiado – aos "escolhidos" e "eleitos" –, do que ele seria capaz para executar seu projeto de poder? (2024, p. 346-48)

Por conseguinte, foi analisado que, Jair Messias Bolsonaro, durante suas campanhas eleitorais (2018 e 2022) e mandato (2019-2022), desenvolveu uma narrativa que

[15] A teologia ocupa um espaço decisivo na conformação da realidade ao se pretender capaz de fornecer todas as respostas sobre a vida e a existência, orientando-se por um ideal de verdade absoluta. Nesse contexto, a Bíblia constitui-se como fonte central e norma para a leitura do mundo, a partir de uma interpretação conservadora. A eternidade, no âmbito da soteriologia, assume papel de destaque, articulando-se a uma prática proselitista que se estende do campo da fé (de caráter conversionista) ao político-social (com traços missionário-colonizador). Por fim, posicionam-se como representantes do "bem" em oposição ao "mal", tanto na ordem religiosa quanto na política (Anéas, 2024).

fomentou um messianismo político[16], colocando-se como um candidato e presidente que salvaria o Brasil e os fiéis cristãos da ameaça comunista e dos ataques à família (Abranches, 2019). Essa aproximação, da fé e da política, preserva-se através de um populismo e da ideia do homem comum, que possui uma fé simples e defende a moral do cidadão brasileiro (Schwarcz, 2019), quando, na verdade, possui interesses político-econômicos.

O uso da fé para fins políticos sempre esteve presente na história do Brasil. Diante disso, podemos citar um tempo que foi constantemente lembrado por Bolsonaro e seus apoiadores: a Ditadura Militar (1964-1985). Este período também foi marcado pelo apoio de cristãos ao golpe e à ditadura, a começar pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sendo São Paulo, no dia 19 de março de 1964, o estopim para essas passeatas, a qual reuniu cerca de 500 mil pessoas. Outras aconteceram no Rio de Janeiro, Curitiba e Recife (Fico, 2021; Lima Júnior, 2009).

Contextualizado pela Guerra Fria – bipolarização entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – que sustentou uma disputa através da corrida espacial, armamentista, esportiva, econômica e ideológica (Napolitano, 2021), foi difundido no Brasil, no período da ditadura de 1964, o discurso da ameaça comunista.

Dito isto, vale o acréscimo do termo "populismo", pois se faz presente na história da política brasileira. Sabe-se que este conceito se desenvolve para muitos sentidos, visto que no senso comum o termo se torna vago. Diversos personagens políticos, em contextos e com ideologias diferentes, já foram chamados de populistas, como Lula e Bolsonaro. Discutirei este conceito voltado à análise do discurso quanto às questões de gênero, pois não "há como entender os sentidos do termo populismo sem compreender quem são aqueles que o enunciam. A acusação de populismo pode ser um recurso retórico efetivo para rebaixar o adversário" (Barros; Lago, 2022, p. 10-11).

Quanto às discussões de gênero, debate fundamental neste trabalho, recorremos às problematizações da filósofa Judith Butler (2020), da análise acerca da polissemia do poder com a historiadora Michelle Perrot (2020) e do conceito de dominação masculina com o sociólogo Pierre Bourdieu (2022).

---

[16] "Assim, em sentido amplo, o messianismo político designaria tanto a crença messiânica quanto movimentos messiânicos que se propõem a implementar uma verdade política única e exclusiva postulada em esquemas de realidades perfeitas, pré-ordenadas e harmoniosas para os quais os homens são levados irremediavelmente e que estão obrigados a chegar a partir da atuação de uma liderança carismática. A política, nesse sentido, seria vista como um meio de realização das idealizações e de uma filosofia completa acerca do ser humano, da história e da sociedade que só chegará a seu objetivo quando esta filosofia reine de uma maneira absoluta em todos os campos da vida" (Rangel, 2020).

Sendo a interseccionalidade (Akotirene, 2019) um conceito da ordem do dia, é fundamental analisar o campo de gênero a partir dessa perspectiva, pois, ao tratar de mulheres evangélicas no campo político, torna-se necessário compreender as múltiplas categorias que as constituem, especialmente as dimensões de raça e classe. Nesse sentido, tais categorias foram mobilizadas a fim de analisar as dinâmicas de poder e desigualdade que estruturam o campo político-religioso no Brasil.

A realidade vivenciada por mulheres negras e periféricas não é a mesma daquela de outras que pertencem à mesma instituição religiosa, como fiéis brancas ou esposas de pastores de centros urbanos. A filósofa brasileira Sueli Carneiro (2023) é uma referência central para essa discussão racial. Desse modo, se, a partir de sua reflexão, é possível pensar em "enegrecer o feminismo", torna-se paralelo, a partir de um caminho analítico, propor o enegrecer do cristianismo evangélico. Essa proposta evidencia a necessidade de tensionar as estruturas raciais internas ao campo religioso, a fim de desnaturalizar privilégios.

Dessa forma, a categoria de gênero foi referencial analítico para compreender, na política institucional, o apoio e a oposição a Bolsonaro das personagens evangélicas selecionadas, que se materializou em discursos e práticas, sendo também necessário considerar outras categorias, como já destacado, para a interpretação das fontes. Essa análise permitiu compreender as tensões existentes entre fé, identidade de gênero e posicionamento político, ao pontuar a diversidade de interpretações dentro do campo político e religioso.

Observou-se que as mulheres evangélicas não formam um grupo homogêneo, mas expressam diferentes formas de engajamento e resistência diante do cenário político contemporâneo. Assim, ao lidar com um tema recente, é necessário recorrer aos estudos da História do Tempo Presente (Delgado; Ferreira, 2014).

Fatores religiosos, políticos e socioculturais foram analisados, a fim de compreender as escolhas e posicionamentos das mulheres destacadas neste material, incluindo as suas atuações religiosas e o papel das mídias digitais na construção de sentidos. Além disso, considerou-se como valores morais e doutrinários cristãos foram mobilizados para justificar, no campo político, o apoio ou a crítica ao governo. Essa abordagem possibilitou compreender as intersecções entre religião, gênero e poder.

Convém salientar que o estudo contribui para o debate sobre a presença feminina na política e os desafios enfrentados por mulheres de fé evangélica em contextos polarizados. Diante de uma conjuntura histórica de exclusão das mulheres na política, é fundamental essa discussão para a compreensão da violência, da protagonização e da representativa do feminino no espaço público.

Por fim, a literatura não está distante das discussões das humanidades, pois, em seu livro "Becos da memória", a escritora Conceição Evaristo (2017) afirma:

> Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em Becos da memória é verdade, nada que está narrado em Becos da memória é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus (p. 11).

É possível pensar nos discursos difundidos na sociedade, nas disputas de narrativas existentes, em uma relação com a literatura. Assim, uma obra que se aproxima das discussões realizadas por este trabalho é "The Handmaid's Tale", da autora Margaret Atwood. O mundo distópico apresentado no livro revela uma forte aproximação entre a fé e a política, promovendo um discurso político-religioso (Atwood, 2017). Leituras deste gênero contribuem para a análise das problematizações que já foram levantadas durante este projeto, buscando compreender como o discurso do sagrado pode se inserir no espaço público de uma forma que produza violências, mas, também, oposição as manifestações de ódio, manipulação, disciplina e domínio que são construídas em nome do divino (Abranches, 2019).

1.4 A trajetória da pesquisa.

A religião, por ser parte da "experiência íntimo-subjetiva" (Silveira, 2016, p. 76) – isto é, o modo como o fenômeno religioso é vivido interiormente pelo indivíduo em sua dimensão pessoal, emocional e existencial – , compõe, na análise do cientista da religião, símbolos, ritos, narrativas e sincretismos. A Fenomenologia da Religião[17], ao empregar técnicas de comparação e sistematização, apresenta-se como um campo de estudo desafiador, pois "a história das religiões seria a história do que toca as pessoas incondicionalmente" (Silveira, 2016, p. 79), articulando-se também com dimensões políticas, econômicas e sociais[18].

---

[17] Estudo de como o sagrado se manifesta (ou aparece) ao ser humano e como esse encontro é vivido, simbolizado e expresso nas mais diversas tradições religiosas, com ritos, mitos, símbolos, experiências e instituições.

[18] "[...] os teólogos se ocupavam com as suas próprias tradições religiosas e os cientistas analisavam um conjunto de objetos, incluindo a religião (Gross, 2012). Muitos pesquisadores nas ciências sociais tratam a religião como um tema trans-diaspórico, perpassando a cultura, a sociedade, a história cultural, a política, as etnias, o meio urbano, entre outros" (Silveira, 2016, p. 84).

Desse modo, sendo a religião produtora de vivências e de documentações, a pesquisa em Ciências da Religião também se orienta pela interdisciplinaridade. Ao recorrer a práticas de investigação próprias da História, seleciona-se uma documentação a ser tratada como fonte em uma pesquisa específica (Luca, 2021). Após essa seleção, torna-se essencial questionar o material com rigor teórico e metodológico, uma vez que "os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los" (Bloch, 2001, p. 79).

A História, por meio de métodos rigorosos, produz representações sobre o passado, ao analisar o ser humano no tempo (Bloch, 2001). O historiador não pode ser considerado totalmente neutro ao examinar o objeto de estudo, uma vez que está inserido em uma sociedade permeada por valores, culturas e ideologias. Desse modo, ninguém alcança uma neutralidade absoluta. Diante dessa condição, os(as) historiadores(as) devem adotar uma postura ética no exercício de seu ofício, fundamentando-se em teorias e metodologias ao analisar as fontes de pesquisa, sendo necessário, como já destacado, a justificativa de suas escolhas e a discussão dos resultados obtidos.

> Nem *neutralidade absoluta*, como as prescritas no século XIX, nem a *subjetividade radical*, que impeça o historiador de ir além do seu próprio ponto de vista — eis o equilíbrio a ser mantido em relação ao tema pesquisado, seja ele próximo, seja ele muito distante no tempo. Esse ponto é fundamental, pois *se o passado é reconstruído (e não revivido ou resgatado), compreende-se que os resultados dependem das perguntas que lhe forem dirigidas e que estas, por sua vez, relacionam-se com o momento vivido pelo historiador, os interesses de sua época e também com o instrumental analítico que ele tem a sua disposição* (Luca, 2021, p. 21).

O trabalho, inicialmente, voltou-se à seleção bibliográfica, visto que é fundamental reunir um conjunto de leituras a fim de ampliar o conhecimento e identificar os pares que dialogam com a temática abordada. A revisão bibliográfica é necessária para analisar e estabelecer conexões entre os posicionamentos dos(as) estudiosos(as) – escolha teórico-metodológica – diante dos eventos históricos e compreender o contexto social em que as documentações foram produzidas (Luca, 2021).

Nesta narrativa histórica-religiosa, recorri a um embasamento teórico e metodológico que confronte a história oficial e única, as quais são escritas através de uma perspectiva de poder, pois, "como elas [as histórias] são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder" (Adichie, 2019, p. 23). É relevante produzir textos que tenham características subversivas (Burke, 2011); a história das mulheres

e das discussões de gênero, problematizadas neste trabalho, são exemplos deste confronto a uma história oficial e única.

Em um segundo momento, ocorreu a separação das fontes que seriam utilizadas para a realização da pesquisa e produção do texto acadêmico, a fim de realizar a análise das personagens selecionadas, tanto conservadoras como progressistas. Por meio de abordagens específicas, métodos distintos e técnicas diversificadas, os profissionais da Ciências Humanas mantém constante contato com documentos, vestígios e testemunhos.

Entre as fontes selecionadas (digitais, revistas, jornais e documentos oficiais), foram filtrados, a partir de um conjunto mais amplo, cinco documentos para cada uma das duas primeiras personagens (Damares Alves e Michelle Bolsonaro), três para cada uma das duas seguintes (Benedita da Silva e Marina Silva), seis para o quadro de trechos discursivos de parlamentares conservadoras e sete para o quadro de parlamentares progressistas.

Por desenvolver uma narrativa histórico-religiosa que possibilite compreender os discursos das mulheres evangélicas na política-partidária brasileira durante o governo Bolsonaro (2019–2022), alguns parâmetros foram levados em consideração. Os critérios utilizados para essa seleção foram: 1) participação política em âmbito nacional (atuação no espaço público e institucional)[19]; 2) evangélicas confessionais (relação com a religião e o discurso moral)[20]; 3) ativas em redes sociais (mecanismo de difusão de ideias)[21]; 4) Discurso público acerca de Bolsonaro (posicionamento ideológico e alinhamento ou oposição ao bolsonarismo)[22]; 5) Construção da identidade feminina (produção de modelos de feminilidade

[19] A participação política refere-se à inserção das mulheres no espaço público por meio de cargos institucionais, mandatos eletivos, funções executivas ou atuação simbólica de grande visibilidade. Esse critério permite analisar como diferentes formas de poder, formal ou informal, são exercidas e legitimadas no campo político, neste caso durante o governo Bolsonaro.

[20] A identidade evangélica confessional constitui elemento central na construção discursiva dessas mulheres, sendo mobilizada como fonte de legitimidade moral e política. A religião aparece não apenas como pertencimento individual, mas como instrumento de mediação com o eleitorado, influenciando posicionamentos sobre costumes, família, gênero, moralidade pública e concordâncias e divergências denominacionais.

[21] A atuação nas redes sociais configura um espaço estratégico de produção e difusão de discursos políticos. Por meio dessas plataformas, as lideranças analisadas constroem narrativas, reforçam identidades, mobilizam apoiadores e ampliam seu alcance político, muitas vezes contornando mediações institucionais e a imprensa tradicional.

[22] O posicionamento em relação a Jair Bolsonaro constitui um critério central para compreender alinhamentos ideológicos e disputas simbólicas no período. As manifestações públicas de apoio, adesão crítica ou oposição ao bolsonarismo revelam projetos políticos distintos e evidenciam como o governo operou como polo de reorganização do campo político.

política)[23]; 6) Relação com o eleitorado e base social (estratégias de mobilização e comunicação)[24].

Assim, surge o questionamento sobre o que pode ser considerado uma fonte histórica. Desde a segunda metade do século XX, observa-se uma ampliação significativa desse conceito, permitindo que historiadores e historiadoras recorram a diferentes tipos de materiais – manuscritos, impressos, construções arquitetônicas, artefatos arqueológicos, imagens, registros sonoros, produções fílmicas, objetos da cultura material e até conteúdos das redes sociais –, desde que, por meio de procedimentos metodológicos adequados, esses elementos possam contribuir para a análise do objeto de pesquisa e para o alcance dos objetivos propostos.

De acordo com a historiadora Tania Regina de Luca (2021), há uma diferença entre "documentos" e "fontes":

> Cabe esclarecer que os termos "documento" e "fonte" não são propriamente sinônimos, pois o primeiro recobre todo e qualquer elemento proveniente do passado, longínquo ou muito próximo, seja qual for sua natureza e suporte, enquanto o segundo é reservado para o conjunto selecionado e utilizado pelo investigador numa pesquisa específica. As fontes são o que foi mobilizado para o estudo de um dado tema e que se constitui, portanto, nas escolhas do pesquisador para a construção da sua argumentação, é o material analisado por ele ao longo do livro, do capítulo, do artigo ou de qualquer outro trabalho acadêmico; e devem ser mencionados ao longo do texto ou ao final dele (p. 36).

Como uma das fontes destaque, a pesquisa se utilizou de documentos digitais exclusivos[25] de redes sociais, como o Instagram e Youtube. A fim de mapear a construção dos discursos políticos-religioso pelas parlamentares evangélicas, entre os anos de 2018 e 2022, a instrumentalização desta fonte percorrerá uma análise qualitativa (Bauer, 2022), ao pontuar e realizar comparações quanto às perspectivas, políticas, sociais, religiosas e de gênero entre as personagens, no recorte da pesquisa, conservadoras e as de oposição.

---

[23] A identidade feminina é construída discursivamente a partir de representações que podem reforçar ou tensionar papéis tradicionais de gênero. Nesse processo, emergem modelos de feminilidade política associados à maternidade, à religiosidade, à submissão ou à liderança, refletindo disputas sobre o lugar da mulher na política e na sociedade.

[24] A relação com o eleitorado envolve estratégias específicas de comunicação e mobilização, orientadas por recortes de gênero, religião e classe social. A aproximação com bases religiosas, movimentos sociais ou segmentos conservadores e progressistas evidencia como essas mulheres constroem legitimidade e sustentação política em contextos distintos.

[25] "Os documentos digitais 'exclusivos' são aqueles que não possuem outro suporte além do digital. Trata-se de uma enorme quantidade de informação que está sendo produzida e disponibilizada unicamente em formato digital, sobretudo na internet. Nesse caso, os dados referentes a tais documentos têm na rede o seu único meio de publicação e arquivamento. Desta forma, a internet propicia uma existência 'virtual' para esta documentação" (Barros, 2022, p. 109).

Com o advento da internet na transição do século XX para o XXI[26], emergiu uma nova categoria de fonte histórica, voltada às pesquisas contemporâneas no campo das humanidades: os documentos digitais. Apesar dessa inovação, observa-se certa resistência na incorporação dessas fontes às práticas investigativas das ciências humanas, resultado, em grande medida, da "herança metodológica positivista que privilegiava os 'papéis' oficiais" (Barros, 2022, p. 107).

Por ser uma rede de alcance global, a internet não pode ser desconsiderada nos estudos historiográficos. Enquanto fonte recente – especialmente no campo digital –, ela representa um desafio para os (as) historiadores (as), exigindo o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas capazes de lidar com a complexidade de uma categoria documental emergente. Com o passar do tempo e o avanço da tecnologia, diversos dispositivos foram incorporados a essa rede, como tablets, notebooks, telefones celulares, televisores, cabos de cobre e ondas de rádio.

É inegável o impacto significativo da internet na sociedade contemporânea, ao transformar a maneira como as pessoas se percebem no mundo, como se comunicam, acessam e verificam informações. Somando a isto, há uma presente sensação de liberdade, sobretudo pela possibilidade de se expressarem de forma anônima. Entretanto, todas essas dinâmicas são atravessadas por interesses políticos e econômicos daqueles que são detentores dos meios de comunicação, os quais manipulam conteúdos, filtram discursos e determinam o que será – ou não – amplamente divulgado (Barbosa, 2016).

Quanto a estas problemáticas, o historiador José D'Assunção Barros, comenta o seguinte acerca do papel e valor dos(as) historiadores(as) diante de uma sociedade altamente digital:

> O papel dos historiadores, por fim, mostra-se na sociedade digital como revestido de um valor fundamental, conforme discutimos na última seção deste ensaio. Em um mundo virtual que oferece a todos um indefinido e mutável labirinto de informações e discursos – trazendo práticas que podem não apenas informar, mas também desinformar, distorcer e deformar, além de dar vazão a uma multiplicidade de discursos que precisam ser adequadamente contextualizados e analisados – é crucial dotar a sociedade de uma capacidade crítica à altura desta variedade discursiva e informacional. O que têm feito os historiadores, no decorrer de toda a história de seu saber, senão desenvolver cada vez mais esta capacidade crítica,

[26] "Na história do seu desenvolvimento é possível identificar dois momentos fundamentais que alavancaram a popularização da Internet. Em 1990, foi criada pelo inglês Tim Berners-Lee a World Wide Web ('www', ou simplesmente *web*), um modelo de gerenciamento de arquivos que se tornou padrão. […] Na segunda metade da década de 1990, com a popularização da interface *web*, a Internet chegou até os usuários domésticos. […] O outro momento importante para o crescimento da Internet, que gostaríamos de destacar, ocorreu na primeira metade dos anos de 2000. Mais especificamente no ano de 2004, foi criado o termo *Web* 2.0 para caracterizar uma suposta segunda geração da World Wide Web. […] A *Web* 2.0, mais do que uma tecnologia, diz respeito a uma atitude, que possibilitou e encorajou a participação dos internautas através de aplicativos e serviços abertos" (Barros, 2022, p. 101-102).

> expressa em uma habilidade gradualmente conquistada com vistas à leitura problematizada de textos, imagens, objetos, sonoridades ou fontes históricas produzidas nas mais diversas linguagens? [...] Os historiadores, já tão acostumados a analisar discursos de todas as épocas, serão essenciais para formarem leitores críticos para os discursos produzidos em nossa própria época. A progressiva "polifonia das revoluções tecnológicas" não nos deve iludir: progresso técnico não implica, necessariamente, progresso social e espiritual. Favorecer o desenvolvimento da consciência, da capacidade crítica e da responsabilidade social é imprescindível para que não corramos o risco de sucumbir sobre o peso do próprio progresso tecnológico que conquistamos (2022, p. 99).

Além disso, é relevante salientar o perigo representado pelas notícias falsas (*fake news*) que se proliferam nas redes sociais, especialmente quando se utiliza fontes digitais. Nesse sentido, compreende-se que o(a) pesquisador(a) "deve adquirir familiaridade com a documentação a fim de conhecer os símbolos, os códigos e os detalhes que envolvem os documentos autênticos. Ao obter esta habilidade, a existência de desvios no padrão torna-se visível para o pesquisador atento" (Barros, 2022, p. 116).

Logo, torna-se indispensável que o(a) pesquisador(a) justifique seus métodos, a fim de manter uma postura científica, e verifique a confiabilidade das fontes e a veracidade dos dados apresentados em ambientes digitais. O uso ético e criterioso dessas fontes é fundamental para garantir a integridade das pesquisas e evitar a proliferação de conteúdos que promovam notícias falsas, negacionismo e ataques à democracia.

Reconhecemos, assim, que numa pesquisa científica "são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno" (Gil, 2008, p. 147). Diante da tradição histórica de uma documentação considerada oficial, centrada principalmente em registros escritos, as transformações ocorridas na historiografia ao longo do século XX – especialmente com a Escola dos *Annales* – continuam a suscitar questionamentos sobre a escrita da história. O século XXI, assim como os períodos históricos anteriores, também apresenta suas próprias demandas, desafios interpretativos e novas fontes.

Ademais, recorremos a outros documentos, como jornais de diferentes empresas jornalísticas e periódicos religiosos, entre eles as *Revistas das Escolas Bíblicas Dominicais*, produzidas pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), editora vinculada à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB[27]). Enfatizamos a Assembleia de Deus, pois, atualmente, é a maior denominação evangélica do país, tanto em número de templos quanto de fiéis, sendo frequentemente visitada pelas personagens aqui analisadas –

[27] Possui como funções principais: unificar diretrizes doutrinárias, organizar convenções e reuniões nacionais, representar institucionalmente a igreja e credenciar pastores e líderes.

mesmo por aquelas que pertencem a outras denominações –, com o intuito de alcançar determinados interesses políticos.

Acerca dos jornais e revistas de cunho religioso, é preciso ter em mente que esses materiais podem – e inevitavelmente vão – conter elementos de subjetividade. Por essa razão, o(a) pesquisador(a) deve manter-se atento(a) às representações que possam existir em torno de determinado acontecimento ou personagem histórico, uma vez que "jornais e revistas são projetos coletivos, que se apresentam no espaço público para defender (ou combater) valores e ideias" (Luca, 2016, p. 34).

A preocupação quanto à utilização da imprensa como fonte histórica gira em torno da questão da parcialidade, uma vez que revistas e jornais podem produzir representações parciais, distorcidas e impregnadas de paixões. Contudo, conforme já ressaltado pelos *Annales*, em 1930, é fundamental compreender "a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina" (Luca, 2005, p. 112), ao reconhecer que cada tipo de fonte exige uma abordagem metodológica específica.

A subjetividade presente na imprensa deve ser analisada com o intuito de compreender o que foi escrito e, a partir disso, identificar as intervenções na vida social, as ideologias subjacentes e os mecanismos de manipulação. Assim, a imprensa não apenas transmite informações, mas também reflete e produz sentidos sobre a realidade. Essa subjetividade, longe de ser um obstáculo, pode ser benéfica para a construção dos acontecimentos históricos, ao permitir visualizar as narrativas que se formam no campo político, social, econômico e cultural. Historicizar, nesse contexto, significa desenvolver uma leitura crítica da fonte, questionando para qual público o texto foi escrito, quais ideologias e interesses estão por trás do discurso e quais motivações orientam sua produção.

Os meios de comunicação mantêm uma relação intrínseca com a memória, mas não podem ser dissociados da história, como, por exemplo, ao abordar a temática, presente neste trabalho, sobre a relação da Ditadura Militar (1964-1985) com o Governo Bolsonaro (2019-2022). A articulação entre mídia e história busca compreender o que é produzido pelos meios de comunicação como parte de um processo que conecta passado e presente. Assim, não se trata de uma memória vazia, mas de uma memória ativa, que contribui para a construção histórica (Barbosa, 2016).

A história, portanto, não se limita a relatar fatos, propor informações, datar acontecimentos ou dividir períodos cronológicos. Embora esses elementos estejam relacionados ao fazer histórico, o principal objetivo da disciplina é representar o passado por meio do estudo do ser humano — muitas vezes daqueles esquecidos pela narrativa tradicional

— em suas múltiplas dimensões, compreendendo suas ações e interferências na sociedade, na política, na educação e em outros campos da vida social (Barros, 2017).

A Nova História, por sua vez, amplia o escopo dos estudos históricos, incorporando novas temáticas, como a história urbana. Nesse caso, a partir da imprensa, é possível investigar fenômenos como greves, cotidiano, processos de modernização, costumes, industrialização, cinema, saneamento, favelas, imigração, infância e educação. Além dessas dimensões, emergem também questões de gênero, etnia, identidade e religiosidade. Outros campos relevantes incluem o estudo das revistas, das ilustrações e da literatura, todos entrelaçados à história e à imprensa, o que contribui para ampliar as possibilidades de pesquisa e fortalecer o rigor historiográfico (Luca, 2005).

Diante da metodologia apresentada, ainda que se priorizem materiais textuais, especialmente em formato impresso, vídeos e fotografias também integram a análise das fontes digitais. A problematização desses documentos tem como objetivo fornecer respostas às questões formuladas pelo(a) pesquisador(a), compreendendo que é indispensável interrogar e confrontar as fontes para a construção de uma narrativa histórica consistente (Bloch, 2001).

Além do lugar, entendido como o discurso associado a um contexto e a uma instituição que estabelece regras, e das técnicas, compreendidas como os métodos utilizados na investigação, a pesquisa se concretiza, sobretudo, na produção de um texto. É nesse momento que o ato de pesquisar se transforma em escrita e interpretação, permitindo ao pesquisador construir uma representação do passado e atribuir sentido aos vestígios que examina (Certeau, 1982).

Em suma, a metodologia deste trabalho, bem como as fontes selecionadas, está direcionada à revisão bibliográfica, às redes sociais, aos jornais e aos periódicos religiosos, com o propósito de construir, com este produto final, uma narrativa que atenda aos objetivos desta pesquisa e discuta os resultados – sejam eles provenientes de fontes disponíveis ou da ausência delas. Assim, as categorias e conceitos aqui apresentados, que atravessam o campo teórico-metodológico, serão operacionalizados na contextualização do período histórico e na análise do objeto ao longo do capítulo 03, no qual se encontram as discussões e os resultados da pesquisa.

Para melhor compreensão do objeto em foco, é fundamental a sua historicização. Portanto, embora o recorte temporal se restrinja ao período entre 2018 e 2022, a contextualização anterior a esse intervalo torna-se indispensável, de uma forma que se realize uma análise que evidencie os processos que marcam o recorte temporal e espacial deste

trabalho. Nesse sentido, destacam-se o advento do bolsonarismo, o uso massivo das redes sociais nas eleições, o papel dos evangélicos e a mobilização das mulheres como cabos eleitorais em disputa.

CAPÍTULO 02: O BRASIL E A DIREITA CRISTÃ: ENTRE A DITADURA MILITAR E JAIR BOLSONARO.

Mas afinal, quantos 'Brasis' cabem em um Brasil?!.
Thaís Chianca Bessa Ribeiro do Valle[28]

Com um objetivo histórico-analítico, apresentamos, neste capítulo, o pano de fundo político-religioso para a análise discursiva que se estende até o final deste trabalho. A relação entre Estado e Igreja, antes de alcançar os evangélicos, inicia-se com a Igreja Católica, de modo a estreitar, ao longo da história do Brasil, a relação entre cristianismo e política. Com o expressivo crescimento dos evangélicos no final do século XX, torna-se relevante a análise desse segmento, que não se dissocia das questões políticas e sociais do país, a fim de compreender como discursos morais, de gênero e de poder se fazem presentes na relação entre os evangélicos e a política brasileira.

Para abordar a relação entre o campo político e os evangélicos no Brasil, é preciso reconhecer que a aproximação entre Estado e Igreja não é um fenômeno recente (Valle, 2021). Desde o período colonial, com a atuação conjunta da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, a formação social brasileira foi marcada pela construção de estruturas violentas e pela difusão de um imaginário coletivo moldado na moral cristã. Apesar dos movimentos de resistência presentes em diferentes momentos da história do país, são mais de quinhentos anos de exploração e da consolidação etnocêntrica da mentalidade cristã que permeia diversas questões – como as relações de poder, a mídia, as instituições e até a própria língua (Schwarcz; Starling, 2018).

A estrutura material se mantém de modo que discursos que organizaram o período colonial ainda se fazem presentes na atualidade, embora reconfigurados para o tempo presente de 2022, uma vez que o espaço público-político permanece em disputa. Trata-se,

[28] 2021, p. 110.

assim, de uma atualização da chamada "batalha espiritual[29]" no contexto evangélico do século XXI.

> Hoje, ao entrar em cidade como Paraty, Mauá, Sorocaba, entre outras no Brasil afora, você encontrará a normatização de um movimento 'cristãocêntrico' fortalecido por meio de frases de conversão de massa e exclusão de religiões tidas como inferiores e menores. 'Jesus Cristo é o senhor de Mauá', "Paraty pertence a Jesus' e 'Sorocaba é do senhor Jesus Cristo' são alguns dos exemplos de um movimento absolutamente etnocêntrico e da promiscuidade entre o público e o privado-religioso (Nogueira, 2020, p. 29).

Embora não tenha se configurado como algo oficial – diferentemente da relação entre o catolicismo e o Estado até o advento do período republicano (Napolitano, 2021) –, a inserção dos evangélicos no espaço público ocorreu a partir de interesses de poder. Os espaços políticos, de forma institucional, têm funcionado como caminhos e mecanismos para que a moral cristã conservadora e a perspectiva política de direita se estabeleçam, ampliem-se e mantenham o status de desigualdade e violência direcionado aos grupos marginalizados (Reikdal, 2022). Assim, os privilégios dos grupos historicamente favorecidos permanecem preservados, que, também, no século XXI, favorecem personagens que se afirmam evangélicos.

A formação política do Brasil deve ser analisada a partir dos símbolos, das memórias, das imagens, dos conceitos, dos personagens e das estruturas sociais. Somente assim será possível compreender o contexto histórico atual e as estruturas que ainda persistem (Carvalho, 2017). Não se pode construir uma narrativa desvinculada da conjuntura histórico-social marcada pelas desigualdades, violências, preconceitos e discriminações que estruturaram a formação do país (Schwarcz; Starling, 2018). A compreensão do poder, dos discursos e da domesticação do corpo no tempo presente brasileiro não se inicia no período em análise nesta pesquisa, mas remonta à estrutura colonial.

> Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando

[29] "Segundo essa concepção [guerra ou batalha espiritual], o mundo seria marcado por uma disputa entre Deus e o Diabo, uma batalha que ocorre no plano espiritual desde o início dos tempos e que só se concluiria com o Apocalipse. Nesse sentido, tudo o que acontece no mundo terreno, sejam tragédias pessoais ou problemas coletivos, seria compreendido como parte dessa batalha, a ser travada pelos cristãos em seu cotidiano. Essa batalha, por sua vez, não seria apenas metafórica, mas envolveria o enfrentamento de demônios em indivíduos, posições e territórios. Para além dos exorcismos e das práticas tradicionais de conjuração, ganha destaque a ideia, baseada no versículo bíblico de Deuteronômio 11:24 ('Todo lugar que pisar a planta do vosso pé será vosso') de que a própria ocupação dos espaços pelos cristãos seria capaz de combater o Diabo. Essa ocupação se manifesta por meio dos chamados 'atos proféticos', como as Marchas para Jesus, que propõem a ocupação da cidade pelo 'exército de Cristo'" (Reis, 2023, p. 113).

> e de violência, bem como o monopólio econômico e político. […] A despeito de vivenciarmos, desde 1988, e com a promulgação da Constituição Cidadã, o mais extenso período de vigência de um estado de direito e de uma democracia no Brasil republica-no, não logramos diminuir nossa desigualdade, combater o racismo institucional e estrutural contra negros e indígenas, erradicar as práticas de violência de gênero. Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado, e a história não serve como prêmio de consolação. No entanto, é importante enfrentar o tempo presente, até porque não é de hoje que voltamos ao passado acompanhados das perguntas que forjamos na nossa atualidade (Schwarcz, 2019, p. 23-25).

A naturalização das diversas formas de violência no Brasil também se consolidou por meio do discurso religioso cristão (Valle, 2021), ao marcar a moralização no poder político. Desde o período colonial, a fé foi instrumentalizada como mecanismo de controle social e cultural, legitimando a dominação e a hierarquização entre grupos (Mesgravis, 2021). A ideologia cristã colonial contribuiu para consolidar uma moralidade racista, etnocêntrica e sexista, na qual o "Outro" – o não branco, o não europeu, o não masculino – foi posicionado como inferior e necessitado de tutela moral e espiritual (Santos, 2017).

A violência, ao ser legitimada por meio de discursos religiosos, fortalece a estrutura normativa que define aqueles considerados "aceitos" e "desviantes". Essa operação se consolida, na atualidade, por meio da moral e do medo. Trata-se de uma posição que se coloca na defensiva, no sentido de delimitar continuamente a moral cristã, concebida como separada e purificada, e que, ao mesmo tempo, assume uma postura ofensiva, entendida como missão de combate a um perigo iminente na política e na sociedade, pois, mesmo diante de uma posição hegemônica, sustenta-se, entre a ala conservadora, a ideia de existência de cristofobia no Brasil.

Atualmente, diversos parlamentares buscam fundamentar uma perspectiva de cristofobia[30] no país, porém, diante da história deste país, a fé cristã está bem estabelecida no

[30] "Na retórica parlamentar, o sintagma cristofobia se intensificou e consolidou uma narrativa de perseguição e ameaça centrada no ataque aos cristãos (católicos e evangélicos), que estariam sendo vilipendiados por sua fé, moralidade e crenças religiosas. Essa perseguição se materializaria com um conteúdo concreto de degradação moral da sociedade brasileira ao serem naturalizadas e legalizadas relações homossexuais, incorporadas as questões de gênero e orientação sexual nas diretrizes curriculares no Programa Nacional de Educação (PNE/2014-2024) e ao se tornarem pauta de discussão a agenda pró-direitos sexuais. Tal perseguição cristã, na narrativa parlamentar, teria inimigos identificáveis: as comunidades LGBTQIAP+ e o movimento feminista. Entretanto, uma perseguição religiosa pressupõe ameaça a direitos de expressão e culto religioso (liberdade religiosa) e de ataque físico e simbólico a templos, igrejas, pessoas e até mesmo sua morte. No Brasil, é inexistente a ameaça e/ou ataque à maioria histórica, demográfica e simbólica, que é a comunidade cristã, portanto, a narrativa parlamentar cristã é construída com base em um sentimento de perseguição fictício. O Cristianismo é a matriz cultural brasileira que orienta o código de costumes e inspira o horizonte jurídico, impregnando a visão jurídica dos direitos fundamentais garantidos por lei na Constituição de 1988. Deduz-se, então, que a retórica cristofóbica dos representantes religiosos mais esconde uma supremacia religiosa assentada na noção de nação cristã – outrora nação católica deslocada com a perda da hegemonia política do Catolicismo –, do que revela um clima de confronto religioso com movimentos pró-direitos da sociedade civil". (Reis. et al., 2023, p. 183-184).

território brasileiro até os dias atuais. Este discurso tem por objetivo legitimar as forças cristãs no espaço público.

Desse modo, o discurso religioso não apenas legitimou a violência, mas também produziu subjetividades colonizadas e naturalizou a desigualdade como parte da própria ordem divina (Nogueira, 2020), que foram reforçadas com o advento do bolsonarismo.

> O Brasil foi "descoberto", ou melhor, "invadido", por portugueses que buscavam explorar de suas terras todas as riquezas em favor de Portugal, com o auxílio da Igreja Católica. E foi assim que o país "se iniciou" e vem "se desenvolvendo": com exploração de mão-de-obra escrava e barata, e exclusão cultural e política de povos indígenas, africanos, e tantos outros povos pobres e oprimidos que ousaram pisar nessas terras elitistas e cristãs. E apesar da posterior formal (e aparente) separação entre Estado e instituições religiosas que originou uma laicidade à brasileira, a política partidária ainda se fundamenta na busca pela preservação de valores religiosos das elites cristãs. Assim, as "famílias de bem" protegidas pelo Estado e com influência na política ainda são as dos "homens bons", patriarcas cristãos e grandes proprietários de terras (Valle, 2021, p. 110).

A estrutura material desigual alimenta os discursos – neste caso, religiosos –, ao mesmo tempo em que eles próprios servem para sustentar e perpetuar tais estruturas (Marx, Engels, 2019). Essa herança permanece viva nas práticas políticas, nas instituições e nos imaginários sociais contemporâneos, reafirmando a continuidade histórica entre colonialidade, religião e poder.

2.1 O fantasma do comunismo: da Ditadura Militar ao Governo Lula.

Em outubro de 2018, Bolsonaro, candidato do PSL, afirmou, em entrevista à Rádio Jornal de Barretos, que o objetivo do seu governo seria fazer "o Brasil semelhante àquele que tínhamos há 40, 50 anos atrás" (O Globo, 2018), sendo uma menção ao período ditatorial. Apesar da ruptura histórica com o encerramento da Ditadura Militar, ao ter, de forma institucional, a eleição de Tancredo Neves como presidente por eleição indireta no Colégio Eleitoral, em 1985, e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, há permanências históricas, na atualidade, no campo político e social, reforçando memórias deste período (Fico, 2021).

Em um contexto de Guerra Fria[31], após o fim da 2º Guerra Mundial, os Estados Unidos da América buscou interferir de forma política e econômica em outros países, principalmente na América Latina, pois, por conta da Revolução Cubana (1953-1959) e a proliferação das ideias comunistas entre os latinos, a Operação Condor, que surge na década de 1970, é um sistema que será um mecanismo para eliminar movimentos de esquerda, militantes, sindicalistas, estudantes e dissidentes, mesmo que seja preciso, como ocorreu, instaurar ditaduras em países da América do Sul.

> O tema dos regimes militares que se instauraram em diferentes países da América Latina a partir de meados do século XX se presta a muitos planos de análise. O mais clássico desses planos explora o contexto da Guerra Fria, em que os Estados Unidos e grupos estratégicos das elites nacionais latino-americanas, temendo o "efeito dominó" na expansão internacional do "comunismo", respaldaram intervenções militares na esfera política. Em 1959, a ameaça tornou-se mais concreta para a América Latina em vista do êxito da Revolução Cubana e do alinhamento de Cuba ao Bloco Socialista a partir de 1961. Centros de inteligência militar formados nessa época, em diferentes países, passaram a definir os contornos da chamada Doutrina de Segurança Nacional, voltada a um novo tipo de inimigo - o inimigo interno, imiscuído na sociedade e propagador de "ideias subversivas". […] Havia nesses anos um alto grau de mobilização política em países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Equador, o Peru e o Uruguai, que envolvia sindicatos e partidos de esquerda, ligas camponesas, guerrilhas indígenas, movimentos estudantis etc. (Prado; Pellegrino, 2021, p. 167-169).

Na conjuntura brasileira, João Goulart, presidente que sofreu o golpe civil-militar, recebeu pressões de vários setores, como políticos, empresários e religiosos (Fico, 2021).

---

[31] "A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar"). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar erra-do, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês – mutually assured destruction) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética" (Hobsbawm, 1995, p. 224).

Como a religiosidade interfere na forma como as pessoas se identificam, seja no modo de ser ou se posicionar socialmente, em São Paulo, pouco antes da deposição do então presidente, ocorreu, já mencionado no texto, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que não se limitou a cidade paulista, mas foi promovida, principalmente após o golpe, em outros estados (Lima Júnior, 2009).

O combate político e econômico às ideias comunistas, incentivado pelos EUA, em diferentes contextos históricos, foi frequentemente associado a elementos de ordem moral, de modo a levar as pessoas a internalizar, em seu cotidiano, uma percepção negativa desse sistema político-econômico (Montenegro, 2018). Vincular um tema, que é preocupação da burguesia, aos sentimentos, aos medos, as experiências pessoais, aos valores culturais, à fé, à família, ao gênero e ao dinheiro, constitui uma estratégia eficaz para angariar apoio social a determinados discursos ideológicos, neste caso, o anticomunismo. Nesse processo de construção discursiva voltado à produção de uma disciplina que regula e conforma os corpos (Foucault, 1970), o medo opera como um dispositivo fundamental de controle e sujeição.

Para consolidar a propaganda anticomunista, o aspecto religioso foi um mecanismo eficaz ao relacionar o debate político à dimensão moral, ao ser a religião um critério que definia o que deveria ser aceito como verdadeiro. Ser contrário à ideologia comunista tornou-se sinônimo de defender a liberdade, a família e, sobretudo, a fé, uma vez que era recorrente, no período da Guerra Fria, a representação do comunismo como uma perspectiva ou regime ateu e contrário ao cristianismo (Sá Netto, 2002). O medo foi um mecanismo marcante para o disciplinamento. Esse discurso produziu efeitos significativos no Brasil durante a ditadura e permaneceu atuando posteriormente, sendo frequentemente classificados como “comunistas” aqueles que se opunham às ideias conservadoras ou que criticavam o sistema capitalista.

Assim, a disputa de narrativas não se restringe, contudo, aos aspectos político-sociais, mas também alcança o campo econômico, como será discutido mais adiante, uma vez que a economia passou a ser concebida como uma questão moral, ao ser interpretada como um indicativo da bênção divina sobre a nação dos EUA e do Brasil (Anéas; Nascimento; Gama, 2023).

Essa narrativa da ameaça comunista, presente no Brasil durante o período ditatorial e, de modo semelhante, reutilizada no governo Bolsonaro, atuou como mecanismo que legitimou “ações, posturas, projetos, alianças e acordos [antidemocráticos]. Os documentos demonstram como aqueles tempos foram marcados por inúmeras narrativas que

de distintas maneiras instituíram um clima de perigo, de ameaça e insegurança para uma parcela da sociedade" (Cavalcanti, 2015, p. 25-26).

> Havia certo temor na classe média estimulado pela propaganda contra Goulart que o associava ao comunismo, mas também devido a afirmações imprecisas do presidente. Em seu discurso na Central, Jango mencionou algo que soava preocupante para proprietários de imóveis, pois ele pretendia "regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados" (Fico, 2021, p. 49).

A Junta Militar de 1964 afirmou defender a democracia e combater a ameaça comunista, mas contrariou essas promessas ao impor Atos Institucionais e concentrar poder. Desta forma, durante toda a ditadura, um dos discursos de destaque foi o anticomunismo, pois esta ideologia e sistema poderia interferir diretamente no *status quo* da época (Alves, 2005), pois o mundo estava dividido entre Leste-Oeste. O outro bloco político-econômico, contrário ao governo americano, foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao marcarem, neste bipartidarismo internacional, a "nova geografia política do continente europeu com o fim da presença do nazifascismo" (Parada, 2014, p. 145-146).

Para legitimar a tomada do Estado, os militares dominaram o movimento de "revolução", buscando encobrir seu caráter autoritário (Alves, 2005). Durante a Ditadura Militar, cinco ditadores governaram o país por meio de eleições indiretas. Castelo Branco (1964–1967) inaugurou o regime com forte centralização de poder e repressão política. Foi sucedido por Costa e Silva (1967–1969), também escolhido pelo Colégio Eleitoral, cujo governo marcou o endurecimento do regime, culminando no AI-5. Em sequência, assumiu Emílio Médici (1969–1974), período de forte repressão e censura (Schwarcz; Starling, 2018).

Nos anos seguintes, Ernesto Geisel (1974 –1979) iniciou um processo controlado de abertura política, denominado "distensão lenta, segura e gradual". Por fim, João Figueiredo (1979–1985), último presidente do regime militar, sancionou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno de exilados, mas também impediu a responsabilização dos militares, além de devolver os direitos políticos cassados. Paralelamente, o movimento "Diretas Já" marcou o enfraquecimento do regime e consolidou o avanço da redemocratização no país a partir da década de 1980 (Fico, 2021).

Com o discurso moral anticomunista e de defesa da democracia e da fé cristã, diversas correntes da igreja evangélica deram apoio ao golpe e à ditadura, como a Igreja Presbiteriana (Vilela, 2015), Batista e Assembleia de Deus (Almeida, 2016). "Um contingente considerável de protestantes apresentava naquele momento a convicção de que o Brasil pudesse ser dominado por comunistas ateus" (Vilela, 2015, p. 139).

> O alinhamento das cúpulas das denominações evangélicas no Brasil com a ditadura militar provocou três movimentos que vão marcar o futuro das igrejas, com reflexos que permanecem no presente. O primeiro, que José Bittencourt chamou de "Idade das Trevas do Protestantismo Nacional", é o da repressão, da perseguição de quadros progressistas, em especial da juventude. Este movimento proporcionou a entrada de organizações paraeclesiásticas estadunidenses conservadoras no Brasil para atuação com esta parcela das igrejas e para "formação de novos quadros". O segundo, a resistência da minoria progressista alinhada com a CEB e com o movimento ecumênico, que atuou pela sobrevivência da teologia do Evangelho Social e das ações por diálogo, defesa da vida e da democracia. Deste último, nasceram organizações como o Centro Ecumênico de Informação, a Associação Seminários Teológicos Evangélicos, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço, entre outras, ainda em atuação no século XXI. O terceiro, a explosão pentecostal, com o surgimento de um sem-número de igrejas autóctones, que ocuparam a arena religiosa também a partir do vácuo resultante da perseguição interna e externa dos evangélicos históricos, e da falta de um projeto de igrejas para o Brasil (Reis, 2023, p. 106-107).

Com o fim da Ditadura Militar, o Brasil passou por um período de alta inflação (Schwarcz; Starling, 2018). Governos de orientação liberal sucederam-se no poder até as eleições de 2002, quando a vitória de Lula abriu espaço para a implementação de um governo social-desenvolvimentista. Nesse contexto histórico, a participação do segmento evangélico não esteve dissociada da política brasileira. Benedita da Silva, uma das personagens de destaque neste trabalho, iniciou sua carreira política na década de 1980 e se reconhece nessa articulação entre o espaço público e a sua fé. Como parlamentar, teve atuação relevante no processo de promulgação da Constituição de 1988 (Santos, 2024).

Durante o século XX, os evangélicos ganharam força no Brasil, e os pentecostais apresentaram o maior crescimento entre a década de 1990 e o início dos anos 2000 (Mauricio Junior, 2015). Embora tenha existido, por um longo período, um antagonismo na relação entre fé e política entre os fiéis evangélicos – sintetizado na expressão "crente não se mete em política" –, a partir da segunda metade do século XX esse grupo religioso passa a ocupar de forma mais consistente o espaço público. Na década de 1990, conforme destaca Sandra Duarte de Souza (2015), "a presença pública dos evangélicos, particularmente da Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembleia de Deus, fez-se sentir, entre outros aspectos, por sua forte inserção na mídia, fruto das concessões negociadas no processo constituinte".

Assim, gradativamente, os evangélicos passaram a renunciar ao discurso de que "crente não se mete em política" e adotam o lema "irmão vota em irmão", ao promover pautas morais relacionadas à família e às questões de gênero (Spyer, 2020). Essa mudança discursiva foi determinante para a formação da subjetividade evangélica em relação ao espaço público, ao marcar a aproximação desse segmento com a política brasileira e,

consequentemente, o fortalecimento de um discurso político-religioso. Esse processo se consolidou na década de 2010 com os discursos da chamada "pauta dos costumes", pois contribuiu para a formação de uma direita cristã[32] nos moldes brasileiros (Guadalupe; Carranza; 2020).

Após três derrotas presidenciais, uma para Fernando Collor, em 1989, e duas para Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, Lula suavizou seu discurso e ampliou suas alianças, ao abrir mão de uma postura que era vista como rígida, uma vez que defendia bandeiras associadas ao socialismo (Vizeu, 2019). Em 2002, essa mudança lhe garantiu a vitória eleitoral. Durante seu governo – e a fim de se reeleger – aproximou-se do empresariado e passou a elogiar antigos adversários.

Em 2006, disputou as eleições com o atual vice-presidente do seu terceiro mandato (2023-2026): Geraldo Geraldo Alckmin, que na época estava no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como o país obteve um crescimento econômico, apesar do escândalo do Mensalão, em 2005, Lula conseguiu se reeleger. Projetos como o Bolsa Família e o Fome Zero marcaram seus mandatos.

Após sua reeleição, de acordo com o jornalista Rodrigo Vizeu (2019), Lula começou a sofrer com o antilulismo e antipetismo:

> O segundo governo Lula enfrentou o chamado apagão aéreo, uma série de problemas em aeroportos e sistemas de controle de voo, que causaram atrasos e expuseram falhas estruturais graves na infraestrutura aeroportuária brasileira. Os contratempos em viagens eram mais um elemento a criar atrito entre classe média e governo. O sentimento antilulista e antipetista começou a encontrar expressão em movimentos como o Cansei, que tinha à frente o empresário João Doria, a OAB paulista e artistas como Hebe Camargo, Ana Maria Braga e Regina Duarte. O grupo promovia atos de rua com pessoas vestidas de preto abraçadas a bandeiras do Brasil e entoando o Hino Nacional (p. 274)

Entre um crescimento econômico, diminuição da pobreza e escândalos de corrupção, o governo Lula (2003-2010) obteve uma aprovação popular de 83% ao final do

[32] Antes da década de 2010, os evangélicos estavam divididos em diversas tradições políticas e, em grande medida, assim permaneceram ao longo dessa década. Todavia, a partir desse período, a direita, em sua relação com a religião cristã, passa a trazer à tona a chamada "pauta dos costumes", ao enfatizar temas ligados à sexualidade e à família, posicionando-se contra as conquistas de direitos civis de mulheres e da população LGBTIQIAPN+, contra o aborto e formulando uma crítica contundente ao movimento feminista. Todas essas discussões estão relacionadas a questões morais, de modo que o discurso religioso ganha força no campo político, marcando a atuação da direita cristã (Reis, 2023). Outro ponto relevante é o combate ao comunismo que, no contexto brasileiro, pode ser utilizado para designar tudo aquilo que não se alinha à direita – abrangendo desde o campo político associado a Lula até a esquerda em geral ou quaisquer posições divergentes. Mesmo com essas pautas centrais, podem ocorrer divergências dentro desse segmento, como, por exemplo, na defesa do fim da escala 6x1. Apesar do caráter moral e religioso que se apresenta como elemento basilar, esse grupo deve ser compreendido a partir de suas diferenças internas.

seu segundo mandato. Assim, o Partido dos Trabalhadores (PT) permaneceu no poder com a vitória de Dilma Rousseff, indicada por Lula nas eleições de 2010. Todavia, o Brasil desta nova década não foi o mesmo dos anos anteriores, ocorrendo manifestações, crescimento da direita cristã, difusão de discursos comportamentais e contrários ao PT e à esquerda. Foi um período fértil para a construção e proliferação da ideologia bolsonarista (Guadalupe; Carranza; 2020).

Durante seus mandatos, Lula sancionou três leis que tiveram impacto direto no reconhecimento institucional das igrejas evangélicas. A Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, alterou o Código Civil ao incluir as organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado, garantindo-lhes autonomia e impedindo que o Estado negue seu registro. A Lei nº 12.025, de 3 de setembro de 2009, instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus, reconhecendo oficialmente essa manifestação religiosa evangélica no calendário nacional. Por fim, a Lei nº 12.328, de 15 de setembro de 2010, criou o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado em 30 de novembro. Foi um contexto de bastante aproximação entre o governo Lula e os evangélicos.

Nesse período, observa-se também o crescimento da população evangélica no país: segundo dados do IBGE, esse grupo passou de 15,4% da população brasileira, em 2000, para 22,2%, em 2010. A religião evangélica e o posicionamento de políticos e lideranças desse segmento não podem ser analisados de forma estática, visto que os atores históricos estão sujeitos a mudanças conforme o contexto social que vivenciam (Luca, 2021). Assim, diversas personalidades evangélicas que hoje se declaram antipetistas e antilulistas estiveram ao lado de Lula durante seus dois mandatos.

Em 2002, o pastor Silas Malafaia declarou apoio a Lula. Já em 2011, durante as sessões de quimioterapia do então ex-presidente, o senador Magno Malta (PR-ES) manifestou-se da seguinte forma ao se referir ao petista: “Reafirmo aqui minha solidariedade e digo a ele: Lula, com quem tenho uma relação pessoal, Deus quer e você vai sair dessa para que possa viver ainda muitos anos, [...], servindo ao País, como fez”. Ainda nessa fala, o parlamentar classificou os oito anos de governo Lula (2003–2010) como uma “história vitoriosa” (Malta, 2011). Toda esta conjuntura marca como os discursos e as relações de poder estão presentes no contexto histórico.

2.2 A década de 2010 e o sentimento antiesquerda no Brasil.

Como sucessora de Lula, Dilma assume a presidência do Brasil em 2011, consegue se reeleger em 2014, mas tem seu segundo mandato interrompido pelo impeachment que sofreu em 2016 (Senado…, 2016). Uma das marcas deste período foi ter sido a primeira presidenta da história do país (G1, 2011). Assim, para se analisar este período histórico é fundamental recorrer aos estudos de gênero, pois, Dilma sofreu com diversas violências concernentes a essa categoria.

Muitas de suas políticas foram continuidade do governo Lula, com o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), a fim de estimular o crescimento econômico, ampliar infraestrutura urbana e logística, melhorar serviços públicos essenciais, gerar emprego e renda e diminuir desigualdades regionais. O Partido dos Trabalhadores (PT), com Dilma, buscou sustentar a força do partido na política brasileira. Porém, foi durante esta década que se intensificou a distinção entre o lulismo e o petismo, sendo o primeiro com foco na imagem do ex-presidente Lula e o segundo na do partido (Vizeu, 2019).

As eleições de 2018 consolidaram essa distinção, pois, sem a candidatura de Lula, por estar preso, o professor e político Fernando Haddad perdeu com uma margem considerável em relação a Jair Bolsonaro – como será abordado mais à frente –, diferente das eleições de 2022.

> O Brasil de 2016 não era mais aquele de 2010, de unanimidade lulista. Ao longo dos anos, ganhou corpo um expressivo e estridente antipetismo, que se destacou, por exemplo, no mar de angústias e reivindicações dos que foram às ruas nos megaprotestos de junho de 2013 pelo país. O sentimento contra o partido e seu líder foi reforçado depois pela crise econômica, pela reeleição de Dilma e pelas mobilizações pelo impeachment da presidente. O caldo enfim estava entornado. Personagem máximo do petismo, Lula continuava querido pelas parcelas à esquerda da população, mas se tornou a besta-fera desse antipetismo, sendo alvo de artigos, memes e gritos de guerra que pediam sua prisão. O símbolo dos novos tempos eram as ruas tomadas por versões em diferentes tamanhos, inclusive gigante, do pixuleco, um boneco do ex-presidente vestido de presidiário. Em nada ajudaria para a imagem de Lula sua nomeação como ministro da Casa Civil nos momentos mais impopular governo Dilma, e a escolha foi logo barrada pela Justiça (Vizeu, 2019, p. 278).

Diante de críticas ao governo por conta do aumento das passagens no país, e, consequentemente, pela Copa do Mundo que se aproximava, em 2014, a presidenta sofreu pressões quanto ao sucateamento da saúde e da educação (G1, 2023). Com isso, de início, a esquerda brasileira foi às ruas, porém, elas foram tomadas por grupos da sociedade que se definiam como "sem partido". A partir disso, a direita política começa a se organizar no Brasil (Guadalupe; Carranza; 2020).

> Um público bastante heterogêneo – grande parte estreava em protestos – se reunia no mesmo lugar com diferentes pautas e ideologias, uma receita para desentendimentos. Manifestantes reagiam à presença de bandeiras de siglas de esquerda, presentes desde os primeiros atos, aos gritos de "sem partido" e até mesmo rasgando e queimando os símbolos vermelhos. Com sementes plantadas ainda no governo Lula e meio adormecido, o antipetismo voltava a receber água e sol, crescendo com as forças das ruas tomadas por gente que descobria que não detestava o PT sozinha. Parte da esquerda observava incrédula o que entendia como "sequestro" das manifestações (Vizeu, 2019, p. 290).

Diante dos problemas econômicos, a moralidade não estará à parte, ao ganhar força com os discursos de comportamento (pauta de costumes), ao se difundir, pelos conservadores, o debate sobre os direitos da população LGBTQIAPN+, definidos por eles como "ideologia de gênero" (Duarte de Souza, 2014). Com uma fala em defesa da família, o debate de gênero foi, religiosamente, colocado como algo promovido pelo mal e que fere a criação divina, ao ratificar os papéis de gênero que estão estruturados na sociedade e geram desigualdade (Cardoso; Soares; Lima, 2017). A moralização opera na conjuntura histórica, sendo, portanto, fundamental para a compreensão dos discursos presentes nos períodos problematizados neste capítulo, que servem de base para as análises do objeto de pesquisa.

Durante o governo Dilma, cantoras evangélicas reuniram-se com a ex-presidenta, entre elas Ana Paula Valadão, Bruna Karla e Damares Alves, sendo o encontro mediado por Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e, à época, ministro da Pesca (Alencastro, 2013), a fim de reforçar a pauta moral. Todavia, os evangélicos encontram um terreno fértil com o advento do bolsonarismo, tanto no período pré-eleitoral de 2018 quanto, sobretudo, durante o governo Bolsonaro.

Com isso, Jair Bolsonaro, ao aproveitar-se do contexto político e social da época, trouxe para mais perto de si esses discursos, colocando-se como alguém comum e conhecedor da realidade popular brasileira. Ele buscou se posicionar como cidadão comum, o mito do "gente como a gente" (Schwarcz, 2019). Assim, não bastava falar de questões comportamentais, seus preconceitos eram claramente expostos em suas falas, como pontuado no trecho abaixo:

> Na Câmara, Bolsonaro também condenava programas sociais como Bolsa Família, por vezes acrescentando a defesa de um rígido controle de natalidade. Em 2013, declarou: 'Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo'. (Vizeu, 2019, p. 320).

Somando a isso, o seu antipetismo serviu como elemento de legitimação dos seus discursos violentos e conseguiu não só se manter na política, mas aumentar sua popularidade. Os anos que se seguiram durante o segundo mandato de Dilma (2014-2016), cenário propício para a ascensão política de Jair Bolsonaro, ao participar de manifestações de ruas e viajar pelo país, sendo recepcionado por apoiadores, em sua maioria um público masculino e jovem.

> A eleição de 2014 foi um divisor de águas para Bolsonaro. Integrante do grande condomínio antipetista que apoiou a candidatura de Aécio Neves, foi reeleito, tendo sido o deputado mais votado do Rio de Janeiro, com mais de 460 mil votos, resultado largamente superior a seus desempenhos anteriores. A ênfase no conservadorismo de costumes havia rendido frutos, e não foram poucos. O deputado passou a ter um novo sonho, que não cabia mais na Câmara: disputar a Presidência da República (Vizeu, 2019, p. 322).

O impeachment dividia a sociedade brasileira, porém tinha maioria favorável[33]. A imagem de Dilma foi desrespeitada de diversas formas. Como violência de gênero, por exemplo, foi os casos em que adesivos que Dilma estava de pernas abertas. De acordo com a Revista Fórum,

> circulam peles redes sociais imagens de montagens feitas com o rosto da presidenta Dilma Rousseff, em que ela aparece de pernas abertas. São colados adesivos com essa imagem na entrada no tanque de gasolina dos carros, que, quando abastecidos, passam a ideia de que a bomba de gasolina está penetrando sexualmente a figura falsa da presidenta. Segundo os adeptos dessa aberração machista, a intenção é "protestar" contra o aumento da gasolina (Arraes, 2015).

Diante de uma sociedade em que a realidade material se constitui por desigualdades de gênero, a forma como os homens, por meio da estrutura patriarcal, deslegitimam a posição da mulher manifesta-se na misoginia (Schwarcz 2019). Assim, a crítica política e econômica ao governo Dilma não se restringiu a aspectos técnicos, mas, diante da dominação masculina presente na sociedade e em suas instituições, expressou-se também por meio de um discurso de gênero, com o objetivo de construir uma imagem hierárquica, negativa e que fosse legitimado a violência contra uma mulher que ocupou a presidência do país.

---

[33] "As narrativas vermelha e verde e amarela se enfrentaram nos campos de batalha das ruas e das redes sociais brasileiras, com a segunda delas exibindo mais força e vigor do que a primeira. Uma pesquisa Datafolha de março de 2016 mostrou que 68% dos brasileiros eram favoráveis ao impeachment, contra 27% que se opunham a ele. Para quem tivesse dúvidas de que o antipetismo vivia sua glória, bastava ver a "dança do impeachment", na qual manifestantes de rostos pintados faziam uma coreografia ensaiada e cantavam: 'Seja patriota/Vem lutar por sua nação/Patriota verdadeiro/Vem pra manifestação/[...] Grita forte, brasileiro/Ê, ê/Fora Dilma/Fora Lula/Fora PT" (Vizeu, 2019, p. 294).

Os ataques de gênero contra Dilma constituem um indicativo de como a política brasileira é majoritariamente masculina (Duarte de Souza, 2015). Dessa forma, esses discursos delimitam, também, cosmovisões acerca de quais lugares a mulher pode ocupar, o que traz à tona as relações de poder, diante das vivências das mulheres evangélicas, entre a política e a igreja.

Posto isto, quando ocorreu a votação para o impeachment de Dilma, em 2016, o ex-presidente homenageou, a fim de afrontar a ex-presidenta, um dos torturadores da Ditadura Militar (1964-1985). O discurso de Bolsonaro, repleto de violências, deixa evidente sua cosmovisão e descreve como pensa e age a direita cristã, sendo uma ideologia político-religiosa, autoritária, moralista, anticomunista, misógena e militarizada. Em sua oportunidade, ele disse (Bolsonaro, 2016):

> **O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.)** - Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha!
> (Manifestação no plenário.)
> **O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha)** - Como vota, Deputado?
> **O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.)** - Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!
> (Apupos no plenário.)
> **O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha)** - Como vota, Deputado?
> **O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.)** - Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"!
> (Manifestação no plenário.)
> **O SR. BETO MANSUR** - Deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro, votou "sim". Acumulado: 236 votos.

Este é um exemplo de como a violência de gênero e o discurso de poder, na estrutura social, são validados de tal forma que um parlamentar – que, posteriormente, tornou-se presidente – sentiu-se à vontade e não foi responsabilizado no campo jurídico ao homenagear um torturador.

Após o impeachment da petista, a presidência do país foi assumida por seu vice, Michel Temer, então filiado ao MDB (à época chamado PMDB). Com a mudança de comando, houve uma reorientação significativa das diretrizes governamentais. O novo governo adotou uma agenda marcada por políticas econômicas de perfil liberal, priorizando medidas como o controle de gastos públicos, privatizações, flexibilizações trabalhistas e reformas estruturais (Vizeu, 2019).

2.3 A direita cristã: entre os Estados Unidos e a política brasileira.

A influência religiosa norte-americana no Brasil não se restringe a uma questão teológica, mas, também, contempla o campo político e econômico. Nascido nos EUA, o fundamentalismo protestante é caracterizado pela tradição protestante oriunda da Europa. Quando falamos do fundamentalismo evangélico, este movimento organiza seu pensamento de forma particular, pois o que "dita o seu modo de pensar, de vida e, portanto, de comportamento político, é a *religião*" (Anéas, 2024, p. 31).

Desassociar a religião de outras categorias é realizar uma análise superficial acerca da religiosidade, institucional e/ou popular (Silveira, 2018). Apesar da fé protestante ter seu berço no continente europeu (Miceli, 2021), e os primeiros missionários protestantes chegaram ao Brasil em meados do século XIX, ocorreu, no século XX, uma forte influência político-religiosa dos Estados Unidos na América Latina e, em específico, no Brasil[34].

> Na primeira metade do século XX, o forte vento conversionista evangelical norteamericano, dotado de uma piedade entusiástica e sobrenatural que se entrecruza com a cotidianidade do fiel crente, imprime um vigor missionário a América Latina. Esse conversionismo se instala diretamente nas classes médias e baixas, munido de uma ética sócio-caritativa subordinada aos interesses missionários e uma concepção bíblica fundamentalista (Guadalupe; Carranza; 2020, p. 359-360).

Desde modo, a perspectiva de salvação para os "perdidos", possuiu uma característica de urgência. Um outro exemplo foi a fundação da Assembleia de Deus (ADs) em terras brasileiras, com a chegada de missionários suecos vindos dos EUA, especificamente em Belém (PA), no ano de 1911. Gedeon Freire, doutor em Ciências da Religião, destaca a cidade nortista – diante de um contato com as classes médias e baixas e exploradores e explorados – como "cidade partida":

> Hoje não é definitivamente a cidade brasileira mais conhecida e rica, mas no final do século dezenove era uma das cidades mais cosmopolitas e ricas do país; com

[34]Apesar dessa influência estadunidense, a realidade brasileira, em seu contexto histórico, geográfico e social, é distinta. Os discursos norte-americanos chegaram ao Brasil por meio de missionários pentecostais e protestantes; todavia, houve uma apropriação e ressignificação, em território brasileiro, dessa cosmovisão de origem estadunidense (Alencar, 2019). Durante o século XX, com a chegada desses missionários, o Brasil estava inserido em uma sociedade profundamente desigual, marcada por migrações e por um racismo estrutural associado à miscigenação. Os evangélicos ainda não possuíam a expressão numérica que alcançariam ao final do século e, apesar da propaganda anticomunista, a Teologia da Libertação ganhou força a partir da década de 1960 (Reis, 2023).Os EUA buscaram, ao longo do século XX, especialmente durante o período da Guerra Fria, estabelecer vínculos políticos pautados em discursos de anticomunismo e patriotismo. Durante o período ditatorial no Brasil, encontraram um anticomunismo e um patriotismo adaptados aos moldes brasileiros (Guadalupe; Carranza; 2020).

> uma população de estrangeiros turcos, árabes, europeus e norte-americanos em geral, além de milhares de nordestinos atraídos pela exploração da borracha (Ribeiro, 2011; Sarges, 2000). Aliás, Manaus era na época também muito rica. Por causa da exploração gomífera desde 1840, atraiu muitas pessoas e empresas estrangeiras. [...] Também milhares de imigrantes nordestinos, principalmente, fugidos da seca, trabalhando em condições semifeudais. Doenças como malária e febre amarela proliferam principalmente nas classes mais baixas, que trabalham com a exploração da borracha nas regiões rurais. É nessa "cidade partida" e também muito interessada em novidades que as ADs vão nascer. Ela tem milionários e miseráveis, muita riqueza e muita pobreza, europeus e americanos exploradores de riqueza, e brasileiros explorados e fugidos da estiagem. Bem naturalmente brasileira! (Alencar, 2019, p. 104-105).

Este caráter conversionista se fundamenta em uma cosmovisão que "organiza a realidade através de sua teologia que se vê capaz de fornecer todas as respostas em definitivo da vida e da existência" (Áneas, 2024, p. 35). Diante disso, uma aproximação entre a religiosidade fundamentalista e a esfera pública, no século XX, foi cada vez maior, ratificando, assim, o discurso moral, com a finalidade de moldar subjetividades religiosas e políticas, o que explica bem como os evangélicos conservadores seguiram a cartilha bolsonarista.

Juntando a isto, ao pensar a segunda metade do século XX, a soteriologia não se limita ao aspecto espiritual, mas se acredita que o campo político é um espaço para que esta missão seja cumprida. Ocupar a coisa pública seria cumprir com a ordem divina de não permitir que os ditos imorais contrários à fé cristã não governem o país: esquerdistas, comunistas e cristãos progressistas (Guadalupe; Carranza; 2020).

Contextualizada pela Guerra Fria, a segunda metade do século XX não esteve distante do aspecto religioso. Diversos missionários estadunidenses foram enviados ao Brasil, a fim de combater a ideologia comunista, a fim de alcançar a fé popular. Com o apoio dos militares, grandes eventos foram sediados no Brasil, como as cruzadas – estádios lotados para receber pregadores em tom de apelo ao avivamento divino. Com isso, a ditadura vigente no Brasil à época, permitiu a presença da política externa dos Estados Unidos, permitindo que evangélicos conservadores difundissem o "American way of life" e reforçassem valores religiosos conservadores em países aliados, como o Brasil, para influenciar a visão e o sentimento das pessoas. Apesar de contextos históricos e sociais distintos, os EUA eram tomados como referência, de modo que a perspectiva religiosa, política e econômica norte-americana fosse ajustada à realidade brasileira.

> Falamos, portanto, de um esforço de recuperação da "identidade cristã bíblica" (GALINDO, 1995, p. 169) norte-americana, o que nos leva a outro importante traço do movimento: a idealização dos Estados Unidos como o espaço onde os

> verdadeiros valores cristãos puderam se reproduzir e, por isso, nação divinamente eleita para liderar a humanidade. [...] O movimento abraça, enfim, valores que se acreditava ameaçados por uma modernidade que, além da crítica bíblica, trouxe novos e estranhos comportamentos, além do ateísmo socialista. Sobre este último ponto, explica Marsden (1991, p. 59) que o anticomunismo fundamentalista ganha fôlego na segunda década do século XX, diante da Primeira Guerra Mundial, para muitos teólogos conservadores sintoma da degenerescência civilizacional de um Ocidente onde os costumes tradicionais eram abandonados com rapidez. Decadência que também trouxera a Revolução Russa, espalhando o medo da "disseminação de um sistema político abertamente ateísta" (Sá Netto, 2002, p. 33).

A Ditadura Militar tinha a religião como um pilar necessário para a propagando anticomunista e a favor dos militares. Apesar de ser um país altamente católico, diferente dos EUA, na década de 1970, um dos militares que estiveram na presidência se denominava evangélico, de tradição luterana. Este foi o General Ernesto Geisel (Anéas; Nascimento; Gama, 2023). Um personagem que contribui para o fortalecimento deste mecanismo foi o pregador batista Billy Graham, que esteve no Brasil, pela segunda vez, em 1974. O pregador convidou o então presidente, Ernesto Geisel, para ir à cruzada que ocorreu no estádio do Maracanã e o presenteou com uma bíblia.

> Era de costume de Billy Graham encontrar-se com os governantes das nações por onde passava com suas numerosas cruzadas e conversar com eles sobre a situação política do país e do mundo, atrelando sempre a situação política à sua teologia protestante norte-americana? Nesta matéria, o jornal registra um fato muito significativo: Billy Graham, em sua segunda vinda ao Brasil, se encontrava agora com o primeiro evangélico brasileiro que se torna Presidente da República, algo inédito no país mais católico da América Latina à época. Vemos essa característica de Graham presente na matéria do jornal [O Globo, 1974]. Ao mesmo tempo que Graham quer presentear o presidente Geisel com uma Bíblia e convidá-lo para uma de suas cruzadas, este conversa brevemente por assuntos que mesclam "desenvolvimento econômico" com "desenvolvimento espiritual" (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 42).

A visita do pregador batista reforçou essa aproximação geográfica e político-ideológica que marcou o período da Guerra Fria entre os EUA e o Brasil. Com o propósito de estabelecer como verdade um discurso político – tendo a ideologia norte-americana como referencial –, a religião tornou-se um dos caminhos por meio dos quais se projetou um imaginário negativo, nas sociedades ocidentais, acerca do comunismo (Sá Netto, 2002). O medo da perda da liberdade religiosa entre os cristãos constituiu-se, assim, como um discurso político eficaz.

Após a ditadura, o discurso anticomunista e o olhar para os EUA como referência de "grande nação", abençoada por Deus, permeneceu na soecidade brasileira. A década de

1980, neste contexto político-religioso no Brasil, foi marcada pela criação da Bancada Evangélica.

> Era a assembleia feita em 1987, que viria a definir a Constituição de 1988, que seria a carta jurídica norteadora da nação no período da redemocratização. Nessa assembleia tão importante, os políticos evangélicos são retratados pela matéria [O Estado de S. Paulo, 1987] como uma das bancadas mais comprometidas e numerosas. Eram 33 deputados atuando com coesão nas suas pautas, a ponto de todas as pautas reivindicadas por eles serem aprovadas na assembleia. O que mostra que este grupo não era apenas organizado, mas tinha efetividade em influenciar a política institucional com suas propostas (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 66).

O discurso teológico era associado ao progresso econômico e social dos Estados Unidos, posta como nação que seguia a moral cristã e o "Reino de Cristo" seria restaurado com o estabelecimento de uma sociedade moldada por valores cristãos. Ou seja, para que houvesse desenvolvimento econômico e o patriotismo fosse estabelecido, era necessário recorrer à moral cristã, visto que, na representação desses discursos conservadores, tal fundamento era concebido como algo postulado pelo divino.

> As agências missionárias norte-americanas ensinavam essa perspectiva de evangelização aos missionários protestantes, onde não apenas se propagava a fé protestante, mas o modelo econômico e social norte-americano, fortalecendo a ideia de que os Estados Unidos eram o modelo ideal de nação e que haviam sido eleitos por Deus para ser a "nação exemplo", aquela que salvaria as outras nações nos mais diversos espectros sociais. A ideologia político-religiosa do Destino Manifesto influenciou claramente a religiosidade evangelical brasileira no decorrer de seu desenvolvimento. Podemos ver esta mentalidade presente na imprensa protestante na primeira metade do século 20, em que os Estados Unidos eram vistos como a "nação ideal" a ser seguida por outras nações, incluindo o Brasil. A mesma "benção divina" poderia vir sobre o Brasil se recebessem a mesma redenção ao incorporar uma religiosidade cristã na vida cotidiana das pessoas da nação e em suas instituições (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 66).

A partir disso, a operação dos regimes de verdade, neste contexto, esteve presente por meio do discurso de que um país abençoado por Deus, a fim de alcançar prosperidade econômica, seria aquele que seguisse a moral cristã.

> A moralidade cristã, para o parlamento evangélico que participa da constituinte, é a principal pauta política destes parlamentares por estes acharem que pautas morais e declarações religiosas em legislações seriam uma ação direta de Deus para promover a prosperidade econômica do país. Optar pela imoralidade faria com que o país sofresse malefícios, não apenas de cunho espiritual, mas social. Um mal que será materializável, tangível no país (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 74).

Sejam os protestantes históricos e/ou os pentecostais, no século XXI, a teologia fundamentalista se adequou à conjuntura político-social da atualidade. A partir disso, a

Bíblia, em muitos casos, acabou sendo interpretada de forma literal, sem um arcabouço técnico-teológico para que ocorra uma leitura minimamente contextualizada e não abrisse margem, no campo político, para diálogos com ideias teocráticas, que historiciza o bolsonarismo, e desigualdades de gênero, que contextualiza a vivência das mulheres evangélicas. Além da bíblia, pode-se pontuar outros paradigmas que estruturam esta teologia fundamentalista, como a soteriologia, que foca na dualidade da eternidade céu/inferno (Áneas, 2024).

> Tudo gira em torno da grande questão: o paradigma da eternidade. A partir de um pensamento individualista, que enfatiza a salvação do indivíduo e não de um grupo (Israel, Igreja, humanidade), oriundo da ideologia norte-americana, a graça de Deus foi suplantada por uma lógica religioso-meritocrática que leva o crente a entender essa vida como mero tempo da decisão para o céu/inferno (Áneas, 2024, p. 40).

O meio pentecostal também promoveu esta narrativa, o que contribui para a explicação da explosão deste movimento. Assim,

> não se buscam mais soluções coletivas porque não se acredita mais na sociedade, mas na força do indivíduo para superar o problema. Assim, o pentecostalismo ofereceria uma narrativa que não possui um caráter social, fazendo com que seus adeptos não se vejam conectados a outras pessoas, dependendo delas para produzir eventos (Mauricio Junior, 2015, p. 276).

Desta maneira, na atualidade, o caráter convercionista como urgência, ao se relacionar com a esfera pública, constitui-se em um disfarce "missionário-colonizar", de uma forma que os indivíduos possam alcançar redenção no contexto espiritual e ideológico político-social. Trata-se de uma delimitada marcação acerca da fé cristã como hegemônica – a fé não se restringiria às igrejas locais, pois o ambiente político seria um "campo missionário" de maior alcance.

> A soteriologia desdobra-se, portanto, em uma missiologia agressiva e violenta – no passado do cristianismo mais fisicamente e, no presente, mais simbolicamente. Esse ímpeto missio-colonizador está presente no modo de pensar a coisa pública. Não se trata do bem comum. Não se trata da possibilidade de pluralidade religiosa. Não se trata de uma postura estadista e republicana. O envolvimento na coisa pública é, na verdade, um disfarce para o "missionário-colonizador" colocar seu plano religioso em ação dentro do ambiente político, cujo impacto "missiológico" é muito maior e mais contundente do que se operado a partir e somente das igrejas locais (Áneas, 2024, p. 41-42).

Um terceiro paradigma, além da bíblia e da soteriologia, desta corrente é o campo escatológico, que se refere aos estudos teológicos do fim dos tempos. Com isso, aborda-se

uma escatologia no campo político, a fim de ratificar a visão conversionista em estado de urgência a nível nacional, para que os "perdidos" sejam salvos e obtenham a eternidade – indivíduos fora do escopo fundamentalista, tanto no aspecto religioso quanto no político.

> Os político-fundamentalistas não são, em última instância, representantes de seus eleitores na esfera pública, mas se percebem como "soldados de Deus", em uma linguagem pentecostal, ou "agentes da providência divina", em chave calvinista. Não importa a função – deputado, vereador, procurador da república, juiz, presidente, senador, militante político. Todos estão inseridos em uma lógica messiânica, crendo – alguns verdadeiramente outros interesseiramente – que fazem parte de um grande "xadrez geopolítico" ou de uma grande "batalha espiritual" (Áneas, 2024, p. 42-43).

À vista disso, com a imbricação entre religião e política surge a direita cristã, oriunda dos EUA e que ganha força no Brasil. Apesar da constante presença histórica de ideias conservadoras na política brasileira, a nomenclatura direita cristã se consolida a partir da década de 2010, com o advento do bolsonarismo e uma crise ideológica da esquerda brasileira.

> Numa retrospectiva recente, observa-se que a conjuntura política das manifestações de 2013, do pós-eleição de 2014, e sobretudo no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e formação do governo Michel Temer, marcaram um dado novo no campo religioso brasileiro: a consolidação dos evangélicos e pentecostais como novos atores políticos no cenário brasileiro (Burity, 2018, p.17). A força do ativismo político desses atores viu-se cristalizada, devido ao acúmulo, durante mais de três décadas, de participação de parlamentares autodenominados evangélicos e da organização em Frente Parlamentar e bancada evangélica, que não atua como bloco monolítico (Guadalupe; Carranza; 2020, p. 177-178).

Esta situação fez com que, cada vez mais, durante a década de 2010, ocorresse a mobilização de deputados federais, pastores e a sociedade civil a difundir duas frentes: o fortalecimento da perspectiva antiesquerda/antipetismo e o fortalecimento da direita cristã.

> Na primeira frente, lideranças e a bancada evangélica encontram razões para demonizar e radicalizar seu antipetismo no Governos do PT, quando avança em matéria de direitos reprodutivos e sexuais, propõe regulamentação bioética, favorece a representação política LGBTQ+, impõe programas federais de combate à homofobia (Projeto de Lei Anticrime 122/2006), incorpora a igualdade de gênero e igualdade sexual no Plano Nacional de Educação, em 2014 (Machado, 2018). Contraofensiva que acirrou-se encontrando os caminhos legislativos como campo de batalha na oposição evangélica ferrenha aos direitos humanos das minorias. As lideranças propuseram o projetos de lei (PL234/2011) que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual ("cura gay"); submetem o PL 6583/2013, aprovado como Estatutos da Família, que exclui as configurações familiares de comunidades LGBTQ+s. Nessa guerra, o foco será na área da educação em torno da campanha antigênero (denominada de ideologia de gênero) e a proposta do Programa Escola sem Partido (PL 865/2015) que assegura a

> precedência da família sobre temas relacionados à educação sexual e religiosa, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Carranza e Vital-Cunha, 2018; Miguel, 2016). A outra frente em que evangélicos se empenham é a consolidação da direita cristã – entendida como resposta religiosa norte-americana as mudanças culturais trazidas pelo feminismo, ensino sexual, humanismo secular dos anos 60 que, na perspectiva dos cristãos conservadores, dissolveram os costumes e valores sociais. Grupos como Causa Cristã Americana, Foco na Família, Maioria Moral, Voz Cristão, Coalizão Cristã, retomam os valores cristãos na arena pública, a defesa da família patriarcal e heteronormativa, o uso intensivo da mídia como instrumento de evangelização e a socialização religiosa da juventude. Direita cristã essa que, nascida em USA, conta com importante base eleitoral no Partido Republicano norte-americano e fornece pastores como assessores religiosos ao Governo Trump (Guadalupe; Carranza; 2020, p. 178-179).

Com o fortalecimento da direita cristã, pautas conservadoras passaram a ocupar maior espaço no debate público. Nesse contexto, o bolsonarismo ganhou visibilidade ao articular discursos morais, anticorrupção e de segurança pública. A mobilização política de setores religiosos também ampliou sua base de apoio. Esse processo se consolidou com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (Vizeu, 2019).

2.4 O governo Bolsonaro (2019-2022).

Em 2018, a eleição de Bolsonaro marcou o encerramento de um período de confrontos presidenciais entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se estendia desde 1994 (G1, 2018). Com um discurso conservador, antiesquerda, antipetismo, anticorrupção e que mobilizou valores associados à moral cristã, o ex-presidente, na época pelo Partido Social Liberal (PSL), venceu o seu concorrente, Fernando Haddad (PT) no segundo turno com a diferença de um pouco mais de 10%[35].

Embora, em 2018, tenha enfrentado mobilizações contrárias, como as manifestações organizadas sob o lema “Ele não”, a vitória de Jair Bolsonaro foi concretizada. O pleito resultou em uma ampla onda de ascensão da direita no país, refletida tanto nos resultados estaduais quanto na composição do Congresso Nacional[36] (Vizeu, 2019).

---

[35] Jair Bolsonaro (PSL) obteve 55,13% (57.797.847 votos em números absolutos) e Fernando Haddad (PT) obteve 44,87% (47.040.906 votos em números absolutos). Apesar de uma expressiva força na Região Nordeste, não foi suficiente para Haddad vencer Bolsonaro (G1, 2018).

[36] O PSL conquistou a segunda maior bancada da Câmara, chegando a igualar-se ao PT após a incorporação de novos deputados. “O PT, que em 2014 elegeu 69 deputados, continua com uma grande bancada, mas perdeu representação, ficando com 56 deputados. O maior crescimento foi do PSL, que saiu de 1 deputado eleito em 2014 para 52” (Senado, 2018).

Discursos moralistas estão presentes diante de momentos de crise[37] política, social e econômica, como no período da Ditadura Militar (1964-1985) e, décadas à frente, no Governo Bolsonaro (2019-2022). O ex-presidente, enquanto deputado, já se mostrava no cenário político brasileiro com falas que o projetaram como um representante da moral cristã conservadora (Vizeu, 2019). Aos poucos e com o uso das redes sociais como ferramenta de campanha, a extrema-direita conseguiu se aproximar do eleitorado, culminando na vitória de Bolsonaro. Ele se colocou e foi acolhido como alguém que faz jus ao seu nome: Messias. "No discurso de Bolsonaro, encontramos apelos diretos à ideia messiânica de que um milagre o havia salvado da morte por esfaqueamento para derrotar a esquerda, apresentada como uma força anticristã a ser aniquilada" (Barros; Lago, 2022, p. 106).

Em um evento realizado na Paraíba, em fevereiro de 2017, na época cogitado para a candidatura à presidência, Bolsonaro falou o seguinte: "Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias" (Carta Capital, 2018). A retórica político-religiosa tem por objetivo alcançar apoio dos fiéis cristãos, apesar da heterogeneidade da religião cristã evangélica.

Com a finalidade de conseguir o apoio do meio evangélico, Jair Bolsonaro se aproximou de pastores e bispos de diversas correntes do evangelicalismo brasileiro, sejam reformados, pentecostais, neopentecostais e carismáticos. Apesar das disputas teológicas entre esses grupos no meio evangélico, a articulação entre política e religião e o discurso apocalíptico[38] fez com que houvesse um agrupamento político entre os segmentos, a fim de levar Bolsonaro à vitória presidencial.

---

[37] "O seu discurso [Bolsonaro] é típico de tempos de crise, quando surgem profetas, líderes carismáticos religiosos e políticos, revolucionários e populistas aventureiros. Mitos são fabricados e propagados, discursos e ações são propostos na tentativa de responder às demandas de determinada sociedade. Tais tempos são propícios para acontecimentos extraordinários, que exigem novas linguagens, outras lógicas e ações políticas diversificadas. É nessa paisagem que reaparecem redes simbólicas, aparentemente de construção recente, mas, que trazem à tona traços de antigas culturas políticas autoritárias ou populistas (Guadalupe; Carranza; 2020, p. 359-360).

[38] "Quando falamos de 'discurso apocalíptico', referimo-nos a um tipo de apropriação de elementos da literatura apocalíptica, especificamente da apocalíptica bíblica. [...] Para o leitor não familiarizado com a literatura bíblica, algumas definições em torno de 'apocalipse' e 'apocalíptica' podem ser importantes. Seguindo importantes pesquisadores da apocalíptica judaica e cristã, Martinus de Boer sintetiza bem alguns conceitos. 'Apocalipse' é um gênero literário do universo judaico e cristão, caracterizado por uma estrutura narrativa na qual revelações são dadas por Deus a uma pessoa, mediadas por um mensageiro, e revela uma realidade transcendente, visando a salvação final, mas que servem para interpretar circunstâncias e situações do presente. Presente nesta, a 'escatologia apocalíptica' seria 'uma perspectiva religiosa, uma forma de ver os planos divinos em relação com realidades mundanas (terrenas)', e o 'apocalipsismo' indica 'o universo simbólico dentro do qual o movimento apocalíptico codifica sua identidade e interpretação da realidade'." (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 180-181).

> Uma vez que o imaginário dualista, a busca por compreender "forças ocultas", o anseio escatológico, as personificações do bem e mal circulam na mentalidade evangélica, esses elementos serviram como "tradutores" do discurso bolsonarista. […] O slogan de campanha e governo de Jair Messias Bolsonaro já trazia os elementos básicos da tradução: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". A figura soberana controlando a história serviria como elemento legitimador das ações do governo, que passam a ser por ele blindadas. Uma vez elevadas a ações sancionadas por Deus, quaisquer críticas ao governo seriam identificadas como oposição inimiga, e inimigos do governo são, automaticamente, inimigos de Deus. Em consequência, as pautas do governo tornam-se defesa dos princípios morais dados por Deus. Assim pode ser sinteticamente traduzida a retórica bolsonarista à audição evangélica em chave apocalíptica (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 191).

Mesmo não sendo algo novo na política partidária, o discurso "eles contra nós" foi reforçado por Jair Bolsonaro, de uma forma que o "Outro[39]" fosse visto como um inimigo em potencial (Abranches, 2019). Não bastaram, durante as campanhas e ao longo do governo, as divergências no campo das ideias, foi preciso colocar a esquerda como uma ameaça que não deveria ter espaço a qualquer custo. Um exemplo, foram os ataques do ex-presidente na campanha eleitoral de 2022, quando ele, políticos e eleitores alinhados a suas ideias realizaram discursos antidemocráticos ao colocar em dúvida a segurança das urnas.

Como já apontado, as redes sociais foram fundamentais na campanha e durante o governo, de uma forma que colocaram em dúvida a credibilidade da mídia tradicional (Anéas; Nascimento; Gama, 2023). Com a justificativa, através das redes sociais, de liberdade de expressão, ocorreu a legitimação, aumento e liberdade, de forma pública, de vários grupos e indivíduos para manifestarem discursos de ódio.

> O uso das redes sociais, em vez dos veículos tradicionais de comunicação, também se comporta como elemento que aguça a comunicação bipartida. No vale-tudo da internet, não há tempo para a confirmação dos fatos, documentos e fontes, tampouco para a autoria intelectual, ou para a análise menos passional do que aquela feita no "calor da hora". Ao contrário, as mensagens tomam a forma de propagandas, que tencionam a formação ainda mais exacerbada de polarizações. O sucesso delas será garantido quanto mais retomarem palavras de ordem conhecidas e disseminadas como medo, ódio, insegurança, ou, melhor, quanto mais se arriscarem a introduzir teorias conspiratórias e assim gerarem esse tipo de sentimento (Schwarcz, 2019, p. 212-213).

É fundamental destacar, como exemplo, diante da promoção dos discursos de ódio, que células de grupos neonazistas cresceram 270,6% no Brasil no período entre janeiro de 2019 e maio de 2021 (G1, 2022; Agência, 2024). O slogan bolsonarista "Deus, Pátria, Família e Liberdade" se volta ao Fascismo Tupiniquim, a Ação Integralista Brasileira

[39] Todo aquele que não faz parte ou é considerado no núcleo conceitual do bolsonarismo.

(AIB)[40], que se espelhava no regime fascista durante a Segunda Guerra Mundial. “[...] o destaque obtido por Bolsonaro [nas eleições de 2018] é fruto do contexto onde medo, ressentimento e raiva são estimulados, e os preconceitos e as posturas antirrepublicanas emergem, fertilizando o terreno para a propagação do fascismo” (Vargas, 2018).

O discurso moral de “Deus, Pátria, Família e Liberdade” busca legitimar a violência, pois, na verdade, o “fascismo e o nazismo querem a morte, o extermínio e a tortura de seus inimigos, como na II Grande Guerra quando assassinaram e perseguiram judeus, negros, testemunhas de jeová e comunistas” (Violin, 2022 p. 127). A perseguição e a violência aos adversários políticos e civis contrários ao ex-presidente, estiveram fundamentadas, conforme já exposto, na construção da imagem de um inimigo a ser combatido, pois, na perspectiva bolsonarista, seria uma disputa com o lado maligno do mundo espiritual (Barros; Lago, 2022).

Além disso, o governo Bolsonaro foi marcado por pautas ultraliberais na questão econômica. Reformas, como a da Previdência, e privatizações, foram realizadas durante seu mandato.

> O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) deu seguimento a este padrão. Eleito em 2018 prometendo executar uma agenda ultraliberal e um governo conservador e de direita, escolheu o economista Paulo Guedes, ex-diretor do Banco BTG Pactual, como seu principal assessor econômico e ministro da Economia, um superministério que incorporava os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Para presidir o Banco Central, foi escolhido Roberto Campos Neto, então diretor de Tesouraria do Banco Santander (Araújo, 2025, p. 85).

Durante a pandemia, o governo Bolsonaro não reconheceu plenamente a seriedade da crise. Os dados econômicos revelam que, no Brasil, a pandemia gerou uma

[40] “Entre nós [brasileiros], a força do fascismo anunciou-se de maneira clara a partir de 1932, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Era o primeiro partido político de massas do Brasil, com capacidade de inserção nacional, crença corporativa, culto à liderança política e ao domínio do Estado, e disposição para fazer ecoar o discurso antissemita uma oitava acima do que já era corrente na sociedade bra-sileira. Os integralistas arrebanharam apoio nos setores das classes médias urbanas, sobretudo entre funcionários públicos, padres, profissionais liberais, poetas, comerciantes, industriais, e nas áreas de colonização alemã e italiana. Recebiam assessoria e ajuda financeira da embaixada da Itália, dispunham em seus quadros de um grupo de intelectuais prontos a produzir ideologia fascista em moldura de brasilidade - Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso — e contavam com uma militância ativa. Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela ALB reuniu em torno de 40 mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de "soma", indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda a sociedade -, estandartes desfraldados audaciosamente à luz do dia, numa marcação cênica que pretendia demonstrar força e disposição de combate. No auge de seu crescimento, em 1937, a Ação Integralista Brasileira chegou a reunir entre 100 mil e 200 mil adeptos em todo o país, numa população de cerca de 40 milhões de habitantes — era a face escancarada do fascismo” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 367-368).

rápida redução no consumo das famílias e impactou vários segmentos da economia. No campo trabalhista, o desemprego aumentou de forma constante, alcançando 14,9% no terceiro trimestre de 2020 (Araújo, 2025).

Ao subestimar a pandemia, Jair Bolsonaro e seus apoiadores promoveram discursos e práticas que se concretizaram, em 2021, na morte de mais de 600 mil pessoas no Brasil (G1, 2023). A falta de políticas públicas durante este período foi umas das marcas do governo Bolsonaro, ao negligenciar o vírus e carecer de empatia diante das mortes. “O pior de tudo é que, em vez de se antecipar à tormenta, o presidente brasileiro dedicou-se a promovê-la” (Finchelstein, 2020, Apud Violin, 2022, p. 104).

A indicação de medicamentos que não teriam efeitos para o vírus, o atraso nas vacinas, a contrariedade ao lockdown e o incentivo à exposição das pessoas mostra como o governo foi irresponsável diante da crise sanitária que atingiu o mundo. Diversas falas que ferem a dignidade humana, enquanto o número de mortes ia crescendo, foram proferidas pelo então presidente. Declarações incompatíveis com a função de chefe de Estado (Vizeu, 2019).

QUADRO 01 - Frases de Bolsonaro acerca da pandemia

DATA	FRASE	QUANTIDADE DE MORTES
24 de março de 2020	“Gripezinha[41]”	46 mortes
20 de abril de 2020	“Eu não sou coveiro, tá[42]”	2.575 mortes
28 de abril de 2020	“E daí, lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre[43]”	5.017 mortes
11 fevereiro de 2021	“O cara que entra na pilha	236.201 mortes

[41] Pronunciamento em rádio e televisão.

[42] Bolsonaro respondeu a uma pergunta feita por um jornalista a respeito da quantidade de mortes causadas pelo coronavírus no Brasil. A declaração foi dada no fim da tarde, na entrada do Palácio da Alvorada – residência oficial da Presidência – durante uma conversa com membros da imprensa e simpatizantes.

[43] O ex-presidente Jair Bolsonaro questionou uma repórter, na entrada do Palácio da Alvorada, sobre o que esperavam que ele fizesse diante das mortes por coronavírus no Brasil, que naquela terça-feira (28) já haviam ultrapassado as registradas na China, onde a pandemia teve início. Durante a entrevista, uma jornalista afirmou: “A gente ultrapassou o número de mortos da China por covid-19”, e o presidente respondeu com a frase apresentada na tabela. Pouco depois, na mesma conversa, Bolsonaro declarou solidariedade às famílias das vítimas. “Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas”, disse. “Mas é a vida. Amanhã vou eu. Logicamente, a gente quer ter uma morte digna e deixar uma boa história para trás”, acrescentou o ex-presidente.

	da vacina é um idiota[44]”	
4 de março de 2021	“Tem idiota que a gente vê nas redes sociais, na imprensa, [dizendo] 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe. Não tem [vacina] para vender no mundo[45]”	260.970 mortes
22 de janeiro de 2022	“Lamento profundamente, mas é um número insignificante[46]”	622.801 mortes

Fonte: Elaboração própria.

A negligência do ex-presidente e seu governo, diante da pandemia, agravou os problemas econômicos, que já eram graves por conta da crise, e foi responsável por milhares de mortes que poderiam ser evitadas, a ponto que Bolsonaro foi chamado de genocida. Estamos diante de mais um período em que há morte nas mãos do Estado brasileiro.

O quadro acima reflete, de maneira evidente, o quanto a política não pode estar dissociada do cotidiano da população. Frases como essas evidenciam a ausência de um governo que, diante da falta de políticas públicas, contribuiu para a morte de pessoas. As declarações destacadas revelam discursos que buscavam eximir o poder público de suas responsabilidades. Afirma-se, por meio do então presidente, que “não é coveiro”, que se trata de um “número insignificante” e, ainda, manifesta-se a negação da vacina.

Falas como essas apenas reforçam o quanto a política deve fazer parte da rotina do povo brasileiro. Brasília, do ponto de vista geográfico, pode estar distante ou próxima, mas as discussões ali travadas precisam integrar o cotidiano, uma vez que os discursos se materializam em políticas públicas que, por sua vez, impactam diretamente a vida das pessoas, podendo promover qualidade de vida ou, em casos extremos, a morte (Barros; Lago, 2022).

[44] A declaração foi realizada durante uma transmissão ao vivo publicada na página oficial do mandatário em suas redes sociais.

[45] Durante um encontro com apoiadores em Uberlândia, o ex-presidente Jair Bolsonaro – na época, sem partido – criticou as observações feitas sobre o governo federal comprar vacinas contra a Covid-19.

[46] Nesta frase o presidente estava se referindo ao número de mortes na faixa etária de 5 a 11 anos, sendo a Covid uma das maiores causas da morte de crianças. Foram 297 mortes notificadas em 2020 e mais 261 reportadas até agora em 2021” (Mali, 2021). Em números gerais, no Brasil, quando ele se expressou desta forma, o país estava na marca de 622.801 mortes.

Como grupo relevante para a construção deste capítulo, a direita cristã se estabelece por meio das pautas de costumes, de modo que elementos morais e políticos atuem como legitimadores de seus discursos. Posto isso, a forma como esse segmento compreende o debate sobre gênero se configura a partir da divisão binária de papéis, da submissão feminina, da liderança masculina, da exclusão da população LGBTQIAPN+ e da defesa de marcadores sociais de gênero que estruturam desigualdades, o que marca a perspectiva das personagens Damares Alves e Michelle Bolsonaro.

Portanto, a contextualização histórica é significativa na medida que nos conduz a uma melhor análise das fontes deste trabalho, visto que o nosso objeto se encontra historicizado. Assim, seguimos para os resultados da pesquisa, a fim de analisar, de forma mais direta, os documentos selecionados.

CAPÍTULO 03: AS MULHERES EVANGÉLICAS E A POLÍTICA-PARTIDÁRIA BRASILEIRA: CONSERVADORISMO, PROGRESSISMO E A DISPUTA DE NARRATIVAS.

Nossas crenças começam em nossos corpos, nas conversas que ouvimos, nas formas de educação que recebemos, nos medos e culpas ensinadas, nas esperanças alimentadas. É a partir de nossas experiências físicas e psíquicas de diferentes tipos e intensidades que nossas crenças nascem.
Ivone Gebara[47]

Os conceitos não estão presos a um contexto histórico isolado, mas recebem sentidos de acordo com o espaço-tempo. Como destaca o historiador José D'Assunção Barros (2016, p. 61), "os conceitos estão mergulhados na história" e estão sujeitos a polissemia. A partir disso, narrativas estarão em disputa, principalmente quando se volta ao campo político, visto que personagens buscam se utilizar de determinados termos e se apropriar da memória, de uma forma que o outro seja posto como adversário (Barros; Lago, 2022).

Assim, as fontes aqui trabalhadas foram selecionadas a partir de critérios específicos. O ponto de partida foram as personagens, de modo que os trechos discursivos contemplassem os objetivos da pesquisa. Dessa forma, os discursos analisados, a partir das fontes selecionadas, deveriam abordar o governo Bolsonaro, conceitos da religião cristã, a relação entre política e cristianismo, elementos inseridos na discussão de gênero e as eleições de 2022, permitindo uma análise articulada entre esses diferentes eixos temáticos.

Em relação a leitura comparativa, foi orientada por critérios que permitiram articular e confrontar os discursos selecionados a partir de eixos comuns de análise. Entre eles, destacam-se: 1) a identificação de categorias temáticas recorrentes (moral, gênero, religião e política); 2) a análise do posicionamento ideológico das personagens (aproximações e distanciamentos); 3) a forma de mobilização de conceitos religiosos no campo político (construção de legitimidade discursiva); 4) a presença e o tratamento das questões de gênero (representação e instrumentalização); 5) a contextualização histórica dos discursos (momento de produção das fontes, em destaque o governo Bolsonaro e as eleições de 2022).

Além disso, no capítulo final, as categorias de gênero, religião, conservadorismo e progressismo foram operacionalizadas de forma analítica. Nesse sentido, a categoria de

[47] 2023, p. 21.

gênero buscou problematizar a posição das personagens e seus discursos enquanto mulheres evangélicas e inseridas na vida pública. Em seguida, o conceito de religião foi trabalhado com a finalidade de compreender as relações de poder e o disciplinamento do corpo em sua relação com o campo político. Por fim, conservadorismo e progressismo foram inseridos em um contexto analítico com o objetivo de marcar o espectro político-ideológico das personagens e evidenciar suas nuances diante da diversidade de cada segmento.

Sendo as mulheres um eleitorado que é maioria na população brasileira, candidatos e parlamentares enxergam um ambiente para angariar apoio e voto. A conjuntura política do Brasil contemporânea, cada vez mais, compreende as mulheres como um forte capital eleitoral. Todavia, como discute Sandra Duarte de Souza (2015), esta visualização para com as mulheres como forte eleitor e, além disso, com certo ingresso na política brasileira, não quer dizer que há uma colossal representatividade e segurança de políticas públicas para com esta população.

Durante as eleições de 2018 e 2022, diferentes legendas buscaram disputar o voto feminino e divulgaram suas orientações ideológicas junto a esse público, fossem elas de caráter mais conservador ou mais progressista. Não se pode compreender as ideologias políticas de forma isolada, visto que, a depender da pauta em debate, as posições partidárias ou individuais de candidatos e atores políticos podem se alterar (Vizeu, 2019). Ainda assim, concessões são frequentemente realizadas com o intuito de viabilizar uma agenda capaz de contemplar os interesses e acordos estabelecidos no âmbito das coligações partidárias.

Assim, foi possível observar que, apesar das divergências teológicas, evangélicos e católicos atuaram conjuntamente em campanhas políticas, tanto à direita quanto à esquerda, ainda que mobilizando discursos distintos (Smith, 2023). Enquanto os conservadores se pautaram majoritariamente por debates morais e comportamentais, os progressistas defenderam um discurso centrado na justiça social.

As mulheres, em ambos os campos, não se limitaram ao exercício do voto, mas também desempenharam papel ativo nas campanhas. Desse modo, diversas mulheres atuaram politicamente nas eleições de 2022 em favor dos principais candidatos daquele pleito, Bolsonaro e Lula. Com o objetivo de alcançar o eleitorado evangélico e feminino, cada candidatura contou, à sua maneira, com personalidades femininas na linha de frente de suas campanhas, o que torna necessária a discussão acerca de suas identidades religiosas e de seus posicionamentos políticos.

É válido salientar que, ao abordar os conceitos de progressismo e conservadorismo, as mulheres apresentam perspectivas diversas dentro desses campos.

Muitas mulheres evangélicas podem votar em Lula, mas manter uma visão mais tradicional acerca da família ou demonstrar certa aversão às pautas da comunidade LGBTQIAPN+. A depender da pauta, elas podem ser progressistas e conservadoras. Esses espectros político-sociais apresentam divergências internas. Analisar a mulher evangélica e sua relação com a política de forma bipartidária, sem considerar os conflitos existentes em cada campo, é incorrer no reducionismo de uma homogeneização (Cruz, 2013).

3.1 O que é ser mulher evangélica no Brasil contemporâneo?

Como já destacado, a padronização da categoria "mulher", conforme discute Judith Butler (2020), deve ser questionada pelo feminismo, uma vez que a representação universal do "ser mulher" atua como um mecanismo de controle. As diversas realidades evidenciam as múltiplas formas de vivenciar essa categoria, que se constitui histórica e socialmente. Portanto, é fundamental situar qual mulher está sendo tomada como objeto analítico.

Assim, a universalização da realidade da mulher branca conduz à naturalização de uma única forma de compreender o que é "ser mulher", o que reforça a representação romântica da mulher como frágil, sentimental, doméstica, mãe e esposa submissa. Essa construção se justifica por meio de uma teologia conservadora, que constitui "fator determinante para a maneira de ser-no-mundo desse tipo de evangélico [fundamentalista]" (Anéas, 2024, p. 32).

O quadro 02 apresenta como as Assembleias de Deus, vinculadas a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), sendo uma das principais entidades do meio evangélico pentecostal no Brasil, definem masculinidade e feminilidade bíblica.

QUADRO 02 - Representação do conteúdo da revista do 3º Trimestre de 2023, lição 06, "A desconstrução da masculinidade bíblica", e lição 07, "A desconstrução da feminilidade bíblica".

DEFINIÇÕES	MASCULINIDADE	FEMINILIDADE
Atividades primárias (papéis definidos como naturais).	Cultivar e guardar (provedor).	Maternidade e cuidadora do lar (esposa e mãe).

Posição (ocupação).	Liderança.	Auxiliadora.
Referência (padrão social).	Generosidade, proteção e responsabilidade como líder.	Esposa fiel, pureza sexual, administração do lar e das finanças, mãe amorosa, administradora e empreendedora.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de ser uma interpretação presente em revistas de Escola Bíblica Dominical das Assembleias de Deus integradas à CGADB, não difere muito, no que se refere aos papéis sociais, de outras denominações evangélicas e protestantes no Brasil (Colares, 2023). As definições apresentadas no quadro acima se reforçam mutuamente com a realidade social.

A materialidade religiosa vivenciada pelas mulheres evangélicas, que se configura entre a casa (família), o templo (religião) e a sociedade (outros espaços sociais), promove tais perspectivas, e essas interpretações estruturam, cada vez mais, a domesticação do corpo feminino (Engels, 2019). “A dominação foi sendo forjada ao longo da história, e se construiu um consenso cultural, social e político, fazendo acreditar que a mulher precisa ser protegida, é sexo frágil, incapaz de decidir por si, é ser inferior e que sem o homem não poderia sobreviver” (Cruz, 2013, p. 66).

Assim, o que foge a esse discurso será visto como absurdo, desvirtuado, perigoso e profano, pois, qualquer lugar que a mulher esteja, de acordo com esta interpretação hegemônica, ela não pode desviar-se da norma social, já que o divino é quem estabelece e universaliza as regras morais e sociais (Cruz, 2013). A mulher é disciplinada desde cedo, em consonância com a noção de poder disciplinar (Foucault, 2019), por meio de práticas e discursos que visam regular seu corpo e sua conduta, a fim de evitar a subversão e a ruptura com as convenções sociais que sustentam o patriarcado e os privilégios masculinos no âmbito do lar, da igreja, do trabalho e da política.

A dominação masculina e a padronização da mulher branca se reforçam por meio da retroalimentação entre a estrutura patriarcal que se naturaliza no cotidiano e o discurso binário de gênero – hegemônico e legitimador da manutenção do *status quo*. Assim, conforme Bourdieu (2022), há uma concordância entre as “estruturas objetivas” e as

“estruturas cognitivas”, uma vez que a dominação social se perpetua não apenas pela imposição de uma ideologia (discurso), mas porque os indivíduos incorporam, de forma cultural, no dia a dia, as estruturas do mundo social. Pensamos, agimos e percebemos de acordo com essas estruturas, razão pela qual a dominação e padronização parece natural, inevitável e legítima. Aquilo que é posto como “evidente” e “aceito” – processo de naturalização – passa a ser percebido como algo que “sempre foi assim”.

Diante disso, ao desconsiderar a conjuntura social das mulheres – marcada por dimensões como classe, raça e região –, exige-se delas um esforço físico e emocional para se enquadrarem nessa representação universal e estável. Tal dinâmica evidencia a manutenção do controle – expresso pela disciplina e pela domesticação – e da utilidade – traduzida no benefício para o homem – a que as mulheres são submetidas. Desse modo, em qualquer espaço, seja ele privado ou público, o feminino permanece sujeito a esse padrão e, caso dele se desvie, será considerado contrário à ordem social.

Normatizar identidades e corpos distintos dentro da categoria “mulher” constitui uma forma de controle social, destinada a evitar subversões e garantir a manutenção da estrutura vigente, visto que “governar o corpo é condição para governar a sociedade” (Soares, 2006, p. 110, apud Santos, 2021, p. 140). Posto isso, no âmbito do discurso cristão conservador, desviar-se do padrão de submissão, entendido como expressão da ordem social, configura uma negação dos ensinamentos divinos nos textos bíblicos (Colares, 2023).

De início, é fundamental questionar como as mulheres são percebidas na família, no trabalho, na economia e na política. A mulher, enquanto sujeito social, deve ser analisada em múltiplos contextos, reafirmando a diversidade das identidades femininas e contestação das múltiplas formas de opressão a que estão submetidas, ciente que as vivências religiosas não estão separadas do campo social (Gebara, 2023).

Em segundo plano, destaca-se o seguinte questionamento: quem define o papel e a identidade feminina na igreja evangélica brasileira? É necessário considerar alguns fatores, uma vez que a resposta a essa pergunta encontra-se em constante disputa por segmentos conservadores e progressistas no campo político e religioso. Apesar do poder exercido sobre as mulheres, conforme já mencionado, é fundamental adotar um olhar polissêmico, nas discussões de gênero, sobre o conceito de poder, visto que, “se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes” (Perrot, 2020, p. 177). Alguns dos fatores que podemos levar em consideração são:

Interseccionalidade (violências e reações): não se pode compreender a identidade feminina e as violências de gênero a partir de uma única categoria analítica. Entender as

múltiplas formas de agressão que atingem as mulheres implica reconhecer que cada corpo possui necessidades distintas e reage de maneira diversa às violências de classe (desigualdade social), raça (racismo), gênero (misoginia, homofobia e transfobia), etnia (etnocentrismo), deficiência (capacitismo), entre outras (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022). Enxergar as mulheres como personagens passivas, inclusive no contexto religioso, constitui uma forma de silenciamento e apagamento de suas experiências.

Instituição (diversidade religiosa): o meio evangélico, como já evidenciado, deve ser analisado em sua heterogeneidade, pois reúne diferentes tradições litúrgicas, dogmas, costumes e hermenêuticas. Assim, os papéis e os status sociais atribuídos às mulheres podem variar de acordo com cada instituição evangélica, ainda que compartilhem determinados pontos em comum, como dogmas e costumes (César, 2021).

Regionalização (local social): os contextos sociais que as mulheres ocupam também moldam a maneira como constroem sua identidade e vivenciam a fé. Entre os espaços urbanos e rurais, centrais e periféricos, o feminino se desenvolve, ressignifica e se afirma de modos distintos (Nascimento; Macêdo; Silva, 2023).

Mudança geracional (faixa etária): o recorte temporal é um elemento relevante, pois o contexto histórico e social interfere diretamente nas relações interpessoais e nas formas de compreender o lugar da mulher na sociedade. Isso não implica que mulheres de uma mesma faixa etária compartilhem percepções homogêneas acerca do papel e do status feminino; contudo, permite evidenciar como diferentes gerações expressam tensões, disputas e controvérsias (De Beauvoir, 1967).

As mulheres evangélicas, de acordo com o IBGE (2022) são, em sua maioria, negras e de baixa renda, o que torna indispensável o recorte racial e de classe. Dessa forma, a representação de feminino deriva da modelagem estadunidense, que situa-se em torno da mulher branca e não contempla a realidade da maior parte das mulheres evangélicas brasileiras (Carneiro, 2011). O Brasil está estruturado em uma cultura racista e misógina; logo, às mulheres negras são negados os espaços públicos de uma forma que promovam representatividade.

A mulher negra, na busca por seus direitos, qualidade de vida e liberdade para expressar sua religiosidade, ocupar espaços de poder, seja na política institucional ou em uma denominação evangélica, é interferir no *status quo*. Por ser um país construído através da escravidão e violência contra a população negra (Santos, 2017), não podemos equiparar a vida das mulheres negras e brancas. Raça é um conceito que tem sua formação em um contexto político e social (Almeida, 2020).

Grande parcela dessas fiéis pertence a igrejas situadas em contextos periféricos e enfrenta a ausência do poder público, ao conviver com insegurança, falta de saneamento básico, impactos das mudanças climáticas e dificuldades de acesso à saúde e à educação. Assim, a vivências delas com a religião e a política se encontra diante de várias formas de manifestações racistas, para além da estrutural, como: ambiental[48], religiosa[49], institucional[50] e litúrgica[51].

Desta forma, a realidade material da mulher negra e a sua relação com o sagrado não serão semelhantes ao da mulher branca. No que se normalizou, numa divisão binária de gênero, definir a mulher como sentimental e o homem como racional, a filósofa Sueli Carneiro problematiza afirmando que à mulher negra nunca foi dado o direito de ser frágil.

> "Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas…" (Carneiro, 2011).

Em seguida, ela critica a imagem da mulher como "rainha do lar", sendo o espaço privado representado como destino ao feminino, ao estabelecer uma naturalização e universalização.

> "Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca" (Carneiro, 2011).

---

[48] "[...] comunidades negras e pobres são as que mais sofrem com a degradação ambiental e com a falta de políticas de proteção e infraestrutura" (Santos, 2025, p. 31).

[49] "O racismo religioso, no Brasil, se manifesta sobretudo na hostilidade contra as religiões de matriz africana. É isso que vemos, de modo mais midiático e violento, como invasões de terreiros, destruição de imagens sagradas, agressões físicas e até mortes de pais e mães de santo. […] Contudo, é preciso ampliar o olhar. O racismo religioso não se limita às religiões afro-brasileiras, mas atinge também o pentecostalismo popular. Desde o início do movimento, com William Seymour nos Estados Unidos, a experiência pentecostal foi ridicularizada por ser conduzida por pobres, mulheres e pessoas negras. No Brasil, pentecostais foram igualmente estigmatizados como ignorantes e fanáticos" (Santos, 2025, p. 28-29).

[50] "[…] forma pela qual instituições, públicas ou privadas, reproduzem e perpetuam desigualdades raciais por meio de normas, práticas e estruturas que, mesmo sem intenção declarada, prejudicam sistematicamente pessoas negras" (Santos, 2025, p. 28).

[51] "Forma de discriminação que desvaloriza, ridiculariza, demoniza ou criminaliza expressões corporais e sonoras de fé associadas a comunidades negras de fé, pentecostais e periféricas. É a intersecção entre o racismo religioso e o racismo estético, em que não apenas a crença é alvo de deslegitimação, mas sobretudo o corpo negro em adoração. […] Ao classificar como "ruído" ou "fanatismo" o que é experiência espiritual negra e periférica, reafirma-se um duplo padrão racial, ou seja, a liturgia branca é vista como culto racional e aceitável, enquanto a liturgia negra é inferiorizada" (Santos, 2025, p. 34,39).

À mulher negra e pobre é negado a fragilidade, a beleza[52], o descanso e a sua realidade socioeconômica, de uma forma que permaneça sendo subproduto do homem, a ponto de muitas mulheres serem mães solo e o "Adão[53]" esteja ausente (abandono paterno) ou tenha sido morto diante da violência racial neste país[54].

Nesse sentido, a análise da atuação da mulher evangélica no campo político deve considerar as observações anteriormente apresentadas, uma vez que não é possível homogeneizar uma identidade marcada pela pluralidade. O quadro a seguir foi elaborado com o objetivo de, a partir dos fatores destacados acima, construir uma tipologia analítica da mulher evangélica enquanto sujeito político ambíguo, ao classificar e organizar a heterogeneidade desse público feminino.

QUADRO 03 - Tipologia: mulher evangélica enquanto sujeito político ambíguo.

Categoria	Caracterização	Características do segmento conservador	Características do segmento progressista	Função no campo político-religioso
Mulher evangélica como capital eleitoral.	Mobilizada como representação simbólica de valores morais (família, fé e costumes), a fim de ampliar a legitimidade ideológica e o alcance eleitoral.	Focaliza as pautas de costumes, sexualidade, família e defesa da fé e moral cristã.	Destaca a fé como caminho para a defesa dos direitos humanos e rejeita a instrumentalizaçã o da religião no campo político.	Contribui para a captação de votos e fortalecimento de candidaturas alinhadas a determinada ideologia.

[52] "O racismo estético desvaloriza e exclui com base em características físicas ligadas à negritude, tais como: cabelo crespo, nariz largo, lábios grossos, cor da pele, biotipo corporal. […] Cida Bento (2002) observa que ele atua como uma ferramenta de exclusão no mercado de trabalho, na mídia e em interações cotidianas, reforçando padrões estéticos eurocêntricos e Djamila Ribeiro (2019) afirma que este tipo de racismo não se limita à aparência, mas também define quem é considerado "apresentável" ou "profissional", afetando diretamente a autoestima e a mobilidade social" (Santos, 2025, p. 30).

[53] "Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão" (Carneiro, 2011).

[54] "Michel Foucault demonstrou que o direito de 'fazer viver e deixar morrer' é uma das dimensões do poder de soberania dos Estados modernos e que esse direito de vida e de morte 'só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte'. E esse poder que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis. Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conivência de grande parte da sociedade" (Carneiro, 2011, p. 134).

Mulher evangélica como liderança religiosa.	Ocupa, nas relações de poder, posições em igrejas, exercendo influência sobre fiéis e discursos normativos ou subversivos.	Usam a liderança religiosa para reforçar normas tradicionais e mobilizar a comunidade em pautas conservadoras.	Utilizam a liderança religiosa para questionar hierarquias e busca promover uma maior participação religiosa.	Atua na formação da leitura de mundo e na difusão de valores religiosos com implicações políticas e sociais.
Mulher evangélica como mediadora entre igreja e partido.	Estabelece conexões entre o campo religioso e o político, traduzindo demandas e valores entre esses espaços.	Afirmar o espaço público como um campo religioso/ espiritual.	Enfatiza a promoção de políticas públicas e destaca a separação entre Igreja e Estado.	Facilita a circulação de discursos e interesses entre instituições religiosas e estruturas partidárias.
Mulher evangélica como dissidência interna.	Assume posicionamentos críticos em relação à estrutura dentro do campo evangélico.	Questionar seu papel secundário no espaço religioso ou político, sem abandonar os valores centrais, como a pauta de costumes.	Questionam a autoridade patriarcal e defendem direitos igualitários, para se ter maior participação política e social.	Tenciona discursos pré-definidos e articula debates sobre gênero, política e religião.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do quadro acima, é possível compreender como determinadas categorias de mulheres evangélicas, entre conservadoras e progressistas, operam na relação política-religiosa. Interesses são estabelecidos a partir de regimes de verdade distintos, ao marcar a ambiguidade dessas mulheres, que veremos mais à frente ao analisar as personagens destacadas nos objetivos deste trabalho.

A diferença na forma como essas mulheres operam evidencia o que Michelle Perrot (2021) problematiza sobre a polissemia do conceito de poder. Diante dos fatores já destacados neste trabalho, não é possível definir a identidade da mulher evangélica de maneira homogênea, tampouco reduzir as relações de poder a uma perspectiva exclusivamente vertical, pois essas relações são difusas e estão presentes em todas as interações sociais, produzindo saberes e subjetividades (Foucault, 1979).

Os interesses político-religiosos se manifestam de forma distinta ao considerar a mulher evangélica como capital eleitoral, liderança religiosa, mediadora entre igreja e partido e dissidência interna (Cruz, 2013). Um ponto a ser destacado é este último, pois existem divergências mesmo entre mulheres conservadoras, que questionam a escassez de lideranças femininas nos espaços religiosos e políticos, apesar de defenderem a pauta de costumes (Da Silva Nascimento; Macedo; Da Silva, 2023).

São várias questões que estão presentes na identidade feminina evangélica. Assim, o espectro político, portanto, mostra-se diverso, sendo falaciosa a ideia de que as mulheres se percebem de maneira uniforme no âmbito da religião que professam. Suas vivências e perspectivas políticas são distintas, pois outras categorias, como raça e classe, devem ser consideradas, o que interfere diretamente na forma como se relacionam com o sagrado e interpretam as questões sociais.

3.2 Do privado ao público: As mulheres evangélicas e a participação na história da política brasileira.

Em consonância com o que já foi destacado, o espaço privado, à luz dos papéis de gênero historicamente instituídos na sociedade ocidental, foi postulado como inerente ao feminino. A divisão binária de gênero, ao naturalizar tais distinções, exclui as mulheres, no campo social, da ocupação e da permanência em determinados espaços institucionais. Em decorrência desse processo, a esfera política passou a ser concebida como um domínio hegemonicamente masculino, reforçando desigualdades estruturais e limitando a participação feminina nas instâncias de poder.

> A história republicana brasileira é uma história blindada à participação de mulheres. Ainda hoje há uma subrepresentação de mulheres no Congresso Nacional (na política partidária como um todo). Somos um país de maioria feminina negra/parda e pobre governado por uma maioria branca masculina. Isso tem impacto direto na governança do país, na definição das prioridades de governo, de políticas públicas e de distribuição de recursos públicos. Em que medida um parlamento branco, masculino, cisgênero e heterossexual, advindo majoritariamente da classe alta, se interessará por pautas das pessoas negras e indígenas, das mulheres, da população LGBT e da população empobrecida? (Duarte de Souza, 2023, 116).

> Ainda não votamos em mulheres no nosso país, e isso tem inúmeras consequências. Quem tem discutido os direitos das mulheres e pautado o que é importante para esse segmento, são majoritariamente homens. E, apesar de serem as mulheres as que estão mais envolvidas com o cotidiano da família e com suas demandas, e as que mais efetivamente sabem de suas necessidades, quem tem chamado para si a pauta da família também são os homens. São eles os que decidem sobre os direitos reprodutivos das mulheres, sobre suas necessidades e também sobre o que é prioritário quando o tema é a família. Em outras palavras, a presença diminuta de mulheres na política colabora com a perpetuação de um fazer político,

> androcentricamente determinado, ou seja, um fazer político cuja prioridade não é a vida das mulheres (Duarte de Souza, 2023, 117-118).

São amplamente reconhecidas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingressar no campo político, o que historicamente tem permitido que os homens deliberem sobre o corpo feminino (Bourdieu, 2022). Diante disso, faz-se necessário analisar e problematizar o modo como se deu a inserção das mulheres evangélicas na política brasileira, considerando que elas compõem a diversidade das identidades femininas. Embora uma parcela significativa das mulheres evangélicas esteja alinhada a pautas conservadoras no Congresso Nacional, é fundamental compreender e destacar que essas mulheres também estão sujeitas às dinâmicas de poder masculino que estruturam a sociedade, seja na política ou na igreja[55].

> Uma vez que público e privado não são entendidos apenas como esferas separadas, mas também como esferas que se opõem, a naturalização da habilidade das mulheres para a esfera doméstica, é também a naturalização da sua incompetência para a esfera pública. Tal compreensão nos ajuda a entender o histórico de oposições à participação política das mulheres, considerada como incompatível com a condição feminina (Duarte de Souza, 2015, p. 1268).

O público feminino, ao longo da história, foi frequentemente concebido como cabo eleitoral. Gradualmente, ainda que a passos lentos, as mulheres conquistaram direitos e passaram a ocupar espaços públicos. Os fiéis evangélicos, sobretudo a partir do final do século XX, têm sido orientados a votar em candidatos cujo discurso esteja alinhado à moralidade cristã (Spyer, 2020). Desse modo, não seria diferente com as mulheres evangélicas, que são socializadas a se posicionar contra pautas feministas e, consequentemente, a rejeitar discursos progressistas associados à esquerda.

As mulheres, ao longo da história e nas instituições, foram colocadas como coadjuvantes, inclusive no espaço privado. Apesar de serem associadas à ideia do lar, nesse espaço os homens são vistos como os chefes. Assim, mesmo sendo um espaço considerado feminino, quem está à frente do campo privado é o homem. Toda essa estrutura se mantém a partir de discursos sociais e religiosos, de modo que se naturaliza por meio da cultura.

Não seriam diferentes as discussões acerca da ocupação das mulheres evangélicas no espaço público. Essa dicotomia gera uma oposição, de modo que as mulheres evangélicas

---

[55] "Tal situação [da hegemonia masculina] perdura até hoje, muito embora algumas igrejas cristãs estejam abrindo alguns espaços para acolher as mulheres em cargos de autoridade institucional. Entretanto, esta abertura guarda ainda a contradição das religiões de origem monoteísta patriarcal em que o feminino acaba sempre se submetendo a um princípio masculino fundador" (Gebara, 2023, p. 99).

sejam mantidas como esposas do lar e submissas aos seus maridos (chefes da casa). Nos casos que fogem desse padrão, o discurso se adapta por meio da ideia de necessidade, como pode ser observado na fala de Michelle Bolsonaro, na Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada pelo pastor Silas Malafaia, durante o culto de aniversário da pastora Elizete Malafaia, em 20 de outubro de 2022, disponível na plataforma YouTube. Ela afirmou:

> Não é fácil estar à frente de uma presidência. Deus realmente escolhe aqueles que se escondem e eu, nos dois primeiros anos, fiz muita birra com Deus, pois eu falava: "eu não queria estar aqui, Senhor. O meu marido sim, ele trabalhou 28 anos no congresso"; mas eu sempre fui uma dona de casa (Advec, 2022).

A fala de Michelle Bolsonaro se baseia na ideia de necessidade. Ou seja, como o campo político, no discurso bolsonarista, é visto como uma batalha espiritual, fez-se necessária a participação dela no espaço público, de modo a somar forças nessa batalha, a fim de vencer as eleições. Contudo, essa participação não seria, a princípio, de sua alçada, por ela ser compreendida como "dona de casa".

Apesar disso, a participação das mulheres evangélicas na política antecede o advento do bolsonarismo. Na legislatura de 2015, dos 72 deputados autodeclarados evangélicos, 10 eram mulheres. Entre elas, um nome conhecido há décadas é o de Benedita da Silva (PT-RJ), que, no meio político, precisa lidar com a oposição à sua fé e, no meio religioso, com a oposição ao seu posicionamento político e à sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa inserção das mulheres evangélicas tem "forçado as fronteiras da religião, que se vê diante do imperativo da participação política feminina e da consequente extrapolação dos limites cultural-religiosos impostos às mulheres" (Duarte de Souza, 2015, p. 1281). A mobilização da identidade religiosa apresenta menor eficácia para as candidaturas femininas evangélicas. Enquanto os homens convertem com maior facilidade essa identidade em capital político, as mulheres enfrentam resistências associadas às hierarquias de gênero. Tais concepções tradicionais limitam o reconhecimento da mulher como liderança no espaço público e político (Colares, 2023).

Assim, mesmo compartilhando a mesma identidade religiosa que os homens, as mulheres evangélicas não se beneficiam igualmente dela nas disputas eleitorais, revelando que a religião, quando acionada politicamente, opera de maneira diferenciada conforme o gênero. Contudo, quando a figura feminina se mostra útil para fins políticos, as mulheres são convocadas e instrumentalizadas como mediadoras eleitorais.

Isso pode ocorrer, ainda que em graus distintos, tanto à esquerda quanto à direita, já que os partidos são majoritariamente masculinos. O campo conservador, maioria no meio evangélico, admite a participação política das mulheres apenas quando estas se alinham aos discursos previamente estabelecidos pelos homens evangélicos (Duarte de Souza, 2015). Caso a mulher evangélica, segundo a perspectiva da direita cristã, deseje atuar no espaço público, espera-se que reconheça o espaço privado como primordialmente feminino, adote uma postura antifeminista e defenda a família nuclear, assumindo os papéis de mãe e esposa submissa ao marido. De acordo com essa ideologia, a atuação da mulher no campo político não deve romper com aquilo que é considerado inerente ao feminino, como a centralidade da vida privada, a associação à fragilidade e o desempenho dos papéis de mãe e esposa (Perrot, 2020).

Posto isso, com o fortalecimento do bolsonarismo na segunda metade da década de 2010, o número de evangélicos conservadores cresceu na política, uma vez que, no espectro político da esquerda, a identidade religiosa é menos mobilizada como capital nas disputas eleitorais. Todavia, a desigualdade de gênero se manteve

Em 2020, é possível se relatar o seguinte acerca das candidaturas com identidade religiosa:

> [...] nas cidades pesquisadas pelo ISER, um total de 27,87%, das candidaturas com identidade religiosa era de mulheres contra 72,12% de homens. Quando olhamos para as candidaturas sem identidade religiosa, temos que 32,35% eram mulheres e 67,56% eram homens. Entretanto, 18,89% dos eleitos com identidade religiosa eram mulheres e 81,11% eram homens (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 70).

As eleições de 2022 demonstram o aumento de candidaturas evangélicas (homens e mulheres).

> Ao analisarmos os dados do TSE em 2022 para todos os cargos, um total de 27.600 candidaturas deferidas, identificamos 588 com nome de urna religioso (considerados católicos, evangélicos e afrorreligiosos). Dessas, 555 eram evangélicas, 21 afrorreligiosas e 12 católicas. Na disputa para uma vaga na Câmara Federal, tivemos, entre estes, com nome de urna com identidade religiosa, 171 candidaturas evangélicas, cinco católicas e cinco afrorreligiosas (Cunha, 2023).

Ao separar, entre homens e mulheres, quanto as candidaturas para a Câmara dos Deputados, em 2022,os números são os seguintes: “[...] as mulheres somavam 30,47% das candidaturas com identidade religiosa contra 69,53% de homens, uma proporção parecida

com as candidaturas sem identidade religiosa, nas quais as mulheres somavam 37,21% e os homens, 62,78% (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 72).

Em comparação ao pleito de 2018, as candidaturas vinculadas à identificação religiosa registraram um aumento nas eleições de 2022. Porém, ainda há um número expressivo da ocupação masculina.

> Entre os deputados federais que saíram vitoriosos em 2022 nos estados analisados, independente da identidade religiosa, apenas 19,20% são mulheres, contra 80,80% de homens. Tal discrepância se mantém entre candidaturas com identidade religiosa nos dois pleitos, onde a desigualdade de gênero se mantém tanto no número de candidaturas quanto entre as eleitas (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 73).

As candidaturas femininas evangélicas apresentaram crescimento ao longo da década de 2010. Embora esse aumento seja mais expressivo no campo político à direita, observa-se que a esquerda brasileira também ampliou tais candidaturas, especialmente como forma de fortalecer pautas sociais no interior do campo religioso (Cunha, 2023).

Nesse sentido, é fundamental destacar que a fé evangélica não é homogênea apenas nos aspectos dogmáticos e institucionais, dada a multiplicidade de denominações existentes, mas também no plano ideológico e político. Há parlamentares que se declaram evangélicos e se posicionam em diferentes espectros políticos, que vão da esquerda à direita, incluindo a extrema-direita.

Mulheres evangélicas serem votadas e eleitas faz parte de um debate da ordem do dia, pois, ao se problematizar o cristianismo, é possível observar a intersecção entre os campos de gênero e religião manifestando-se na política por meio dessas mulheres (Cruz, 2013). Homens evangélicos que ocupam o espaço público tendem a assumir o papel de representantes da fé nesse âmbito. Já as mulheres evangélicas eleitas promovem a imagem de representação da fé cristã, mas também do público feminino, seja de vertente conservadora ou progressista.

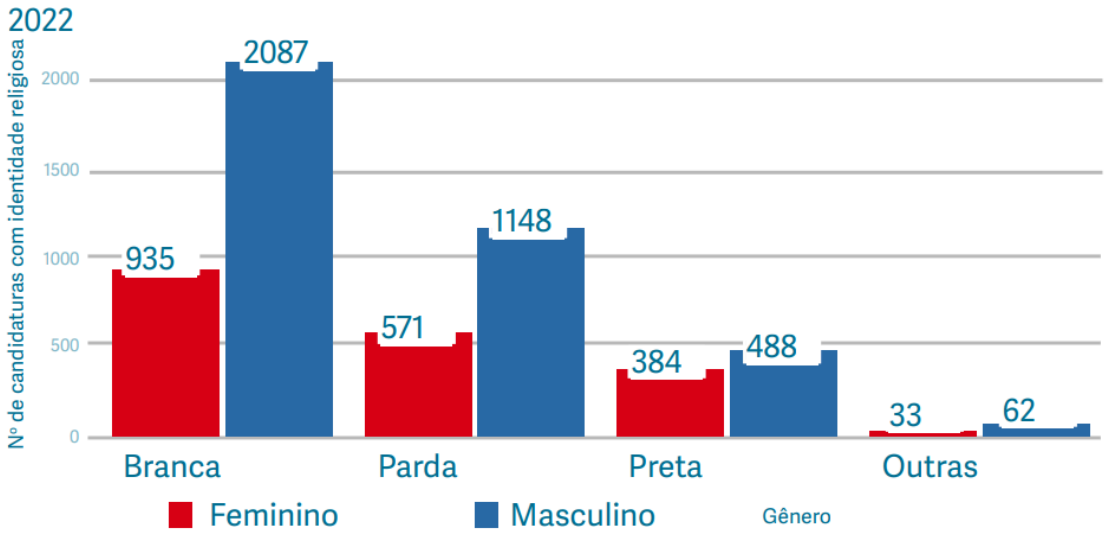
O conceito de identidade adentra a discussão, pois essas candidaturas e parlamentares, para além da religiosidade, mobilizam discursos de gênero a partir de um determinado *locus*. Trata-se da construção simbólica de gênero em um corpo religioso que ocupa o espaço público. A presença da mulher evangélica na política traz à tona o debate sobre os limites entre o público e o privado ao se abordarem os papéis de gênero, ainda que determinadas mulheres, no campo político, defendam que a mulher deve se restringir ao lar.

Ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados implica promover – ainda que o discurso de certas parlamentares evangélicas seja contrário à presença pública da mulher –

uma problematização entre as fiéis, uma vez que suscita, no imaginário e vivências, questões relacionadas à identidade religiosa, de gênero e social (Silva, 2009).

Outro fator a ser considerado, como já posto em questão, é a leitura racial. A mulher negra no campo político não lida apenas com as desigualdades de gênero, mas, sobretudo, com as desigualdades raciais, já que a mulher negra sempre esteve subalternizada na história deste país (Santos, 2022). De acordo com o gráfico abaixo, observa-se que, entre as mulheres, a maior porcentagem é composta por mulheres brancas.

GRÁFICO 01 - Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero e Raça (2022)



Fonte: ISER (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 76).

Esse apagamento ocorre de forma duplicada, uma vez que as mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para ingressar no campo político quando comparadas às mulheres brancas (Carneiro, 2011).

> De todo modo, se, por um lado, o retrato de gênero e raça entre candidaturas com identidade religiosa é marcado pela desigualdade e reproduz as estruturas de poder masculinas e brancas da sociedade brasileira, por outro, mostra que mulheres, pretos e pardos com identidade religiosa se elegeram mais do que os que tinham (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 77).

Mulheres brancas e negras não se encontram em condições de igualdade em diversos espaços sociais e políticos. Assim, promover o ingresso da mulher negra na política brasileira perpassa outras discussões, como identidade, acesso à educação, racismo e classe. O conceito de interseccionalidade constitui um importante caminho para compreender as

violências sofridas pelas mulheres negras, que precisam lidar com desigualdades em relação a homens e mulheres brancas.

A misoginia fomenta desigualdades entre homens e mulheres; contudo, é igualmente necessário problematizar a questão racial, uma vez que corpos brancos e negros não são percebidos de forma equivalente e vivenciam experiências distintas. No que se refere às pautas de gênero, a mulher negra, no campo político, foi e continua sendo secundarizada, de modo a dar lugar a uma suposta universalidade de gênero (Saffioti, 2004). Assim, evidenciam-se desvantagens e privilégios entre as próprias mulheres.

Como destacado, esse debate atravessa as dimensões da identidade e do racismo. Às mulheres é frequentemente exigida uma "boa aparência", geralmente associada a traços de mulheres brancas. Tal exigência se manifesta tanto no mercado de trabalho quanto no campo político, uma vez que este constitui um espaço público (Carneiro, 2011). Embora todo candidato se preocupe com sua aparência, no caso das candidatas há um padrão mais rígido: a mulher branca tende a ser tomada como referência, frequentemente associada à ideia de educação e civilidade. Isso se reflete no número de candidaturas e de mulheres eleitas. Nesse sentido, quando os partidos abordam as questões de gênero, não se trata apenas de promover a presença feminina no espaço público, mas também de reproduzir uma imagem feminina que se adeque aos padrões estabelecidos.

Portanto, com o objetivo de analisar as questões de gênero e religião no campo da política partidária durante o governo Bolsonaro, foram selecionadas algumas personagens vinculadas tanto a alas conservadoras quanto progressistas, considerando-se suas formas de atuação e manifestação pública ao longo da gestão do ex-presidente.

Assim, este recorte tem por objetivo direcionar-se à análise dos discursos, de modo a contribuir com a temática de gênero, política e religião. A leitura crítica dos discursos produzidos por essas mulheres possibilita compreender de que maneira suas atuações impactaram os campos político e religioso. Percorrer esse caminho analítico constitui um meio de interpretar como o bolsonarismo, enquanto prática simbólica, apropriou-se das discussões de gênero e da religião no âmbito da política, e como a esquerda buscou se aproximar dos evangélicos nas eleições de 2022.

3.3 Deus, Pátria e Família: A ala conservadora feminina e o partidarismo.

3.3.1 Damares Alves (Republicanos)

Damares Regina Alves, é uma mulher branca, filiada ao partido Republicanos, nasceu em 1964, no município de Paranaguá, no estado do Paraná, e posteriormente estabeleceu residência em Sergipe. Sua trajetória acadêmica inclui a graduação em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo, naquele estado, e, posteriormente, a formação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos, em São Paulo. Proveniente de uma família de tradição evangélica, é filha de pastor e iniciou precocemente sua atuação religiosa, tornando-se pastora ainda jovem, com vínculo inicial à Igreja do Evangelho Quadrangular.

Em 1999, transferiu-se para Brasília, onde passou a atuar como assessora parlamentar no gabinete de seu tio, o deputado federal e pastor Josué Bengtson (PTB-PA). Após sua saída da assessoria, o parlamentar tornou-se alvo da Operação Sanguessuga, em 2006, investigação que apurou o desvio de recursos públicos destinados à aquisição de ambulâncias.

Entre 2019 e 2022, Damares Alves ocupou o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo de Jair Bolsonaro. Nas eleições de 2022, foi eleita senadora da República pelo Distrito Federal.

Damares Alves pode ser compreendida como uma figura de forte influência ao longo do governo. Tal centralidade decorreu de sua posição à frente de um ministério cuja própria denominação – Mulher, Família e Direitos Humanos – articulava debates de ordem moral, religiosa e de gênero (Bitencourt; Oliveira, 2024). Diante disso, foi uma das personagens, de âmbito nacional, que esteve na linha de frente em defesa do do governo do ex-presidente Bolsonaro.

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo* (Portinari, 2022), em dezembro de 2018, quando já havia sido anunciada como ministra do governo, Damares Alves adotou um tom mais moderado nas discussões relativas à categoria de gênero. Contudo, tal postura não nega a permanência de estruturas misóginas na sociedade, nas quais a presença de uma mulher em um cargo ministerial pode ser instrumentalizada como um sinal de diversidade simbólica, sem que isso implique, necessariamente, a concessão de poder efetivo ou a promoção de transformações sociais concretas capazes de enfrentar as desigualdades de gênero.

Quando questionada acerca de sua “opinião sobre a discussão da identidade de gênero”, a então ministra afirmou:

> Tenho uma posição muito forte em relação à teoria de gênero. É uma teoria furada, sem nenhuma comprovação científica. Nós temos que lutar pela igualdade de direitos civis entre homens e mulheres. Não quero nenhuma mulher ganhando

> menos que um homem ou sendo preterida por ser mulher, ou sendo enterrada viva por ser mulher, o que acontece no Brasil. Mas homens e mulheres não são iguais. E isso eu tenho certeza. Mulher é mulher, homem é homem. É muito ruim dizer que somos iguais, porque eu não consigo carregar um saco de cimento nas costas, e o homem que está do meu lado não consegue fazer todas as coisas que eu faço ao mesmo tempo (Portinari, 2022).

A ex-ministra mobiliza um discurso aparentemente contrário ao feminicídio e às desigualdades de gênero, sustentado, contudo, por uma falsa simetria. Embora diferenças biológicas entre homens e mulheres não sejam objeto de negação nos debates contemporâneos, a noção de equidade não se fundamenta na ideia de corpos idênticos, mas no reconhecimento de necessidades distintas associadas a uma igualdade de dignidade e direitos (Butler, 2020). Ao reduzir a desigualdade de gênero a uma dimensão estritamente física ou corporal, o argumento desconsidera as estruturas sociais que sustentam a sobrecarga feminina, como a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e o silenciamento diante das diversas formas de violência (Bourdieu, 2022). Essa perspectiva se aprofunda quando a ex-ministra associa a identidade feminina à maternidade, deslocando a discussão para um determinismo biológico. Nesse sentido, afirmou:

> Mas a mulher nasceu para ser mãe, porque nasceu com útero. Nesse planeta Terra, a fêmea nasce com útero para gerar. Então eu não menti. A mulher nasce para ser mãe. Se ela não quer ser mãe, é uma opção dela, mas a mulher nasceu, sim, para ser mãe. Isso é tão instintivo, da natureza humana, que mesmo aquelas que não querem ser mães vão dizer "puxa, eu podia ter sido mãe". Então a veia salta dizendo que é direito da mulher não querer ser mãe. Eu concordo, mas é uma luta contra a natureza humana. Quem manda são as regras biológicas, que nos fizeram com peito, útero, ovário e trompas, para gerar (Portinari, 2022).

Assim, observa-se que o corpo feminino é concebido prioritariamente a partir de sua funcionalidade reprodutiva. A narrativa, em sua fala, "contra a natureza humana" opera como mecanismo de universalização e naturalização da divisão sexual dos corpos, apoiando-se em concepções biológicas, oriundas da medicina e da biologia, que ignoram os corpos como construções sociais (Butler, 2020), atravessados por relações de poder e dominação (Bourdieu, 2022).

O aspecto moral, que abre espaço para uma perspectiva político-religiosa, esteve constantemente presente no discurso da ministra. Tais concepções biologizantes remetem ao século XIX e se consolidam ao longo do século XX, na medida em que se apoiam na centralidade do corpo, especialmente nos atributos físicos relacionados à força e à reprodução.

> Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. E por isso que esse velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (Perrot, 2020, 186).

Quando questionada acerca do enfrentamento à violência contra a mulher, Damares afirmou:

> [...] Quando a teoria de gênero vai para a sala de aula e diz que todos são iguais e que não tem diferença entre menino e menina, as meninas podem levar porrada, porque são iguais aos meninos. Somos frágeis, mas somos muito especiais, fazemos coisas que eles não conseguem fazer (Portinari, 2022).

Apesar da distância temporal entre os contextos históricos, observa-se a permanência de uma ideologia ocidental fortemente estruturada em torno da naturalização dos papéis de gênero, a qual continua a orientar discursos e práticas contemporâneas. Tal concepção expressa de forma emblemática a perspectiva de gênero presente no governo Bolsonaro, contexto no qual se verificou um corte de aproximadamente 90% nas verbas destinadas a programas de combate à violência contra a mulher (Resende, 2022).

Em sua posse, em 02 de janeiro de 2025, Damares Alves adotou um tom mais enérgico em seu discurso, reforçando de maneira explícita seu alinhamento conservador e bolsonarista. Logo no início de sua fala, afirmou: "O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã" (Canalgov, 2019), sinalizando que sua atuação política estaria orientada por princípios cristãos e pela defesa da família. Tal retórica político-religiosa expressa a mobilização da fé cristã como fundamento de legitimidade no campo político, sugerindo uma concepção segundo a qual ideologias percebidas como incompatíveis com os dogmas cristãos não deveriam ocupar espaço na esfera pública.

Assim, quanto a questão da "doutrinação ideológica", ela se posicionou da seguinte forma:

> Um dos desafios deste atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica. Trabalharemos juntos com o Poder Público para construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso à verdade e sejam livres para pensar. Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil (Canalgov, 2019).

Um dos eixos centrais do bolsonarismo é a autoproclamação como defensor da família, das crianças e dos adolescentes, concebidos como ameaçados por uma suposta

“ideologia progressista”. Nesse enquadramento, o PT, a esquerda e o comunismo são construídos como antagonistas morais, mobilizados para legitimar a defesa de valores tradicionais (Reis, 2023).

A temática da família é de suma importância para essa ideologia, principalmente a partir da década de 2010, visto que ocorreu, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a aprovação da união homoafetiva[56].

> Muitos episódios envolvendo algumas formas de “defesa da família” aconteceram desde então, e as discussões que envolvem a “família tradicional” tomaram novos contornos. É o caso da chamada “ideologia de gênero”, debate que ganhou espaço entre as tramitações do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e cuja principal argumentação religiosa para rechaçar o ensino com base em gênero e orientação sexual nas escolas foi a proteção da “família”. Posteriormente, durante as tramitações dos Planos Municipais de Educação (PME), a argumentação migraria para a defesa das crianças, mas ainda com base na defesa da autoridade familiar e do papel dos pais na criação dos filhos. Uma das principais argumentações evocadas neste período seria um ataque à “família tradicional”, base da sociedade brasileira e que supostamente culminaria em seu fim (Reis, 2023, p. 201).

Assim, a religião não estaria distante, como mecanismo, que reforça esta imagem de defesa da família com fins políticos.

> A religião exerce um papel fundamental na construção desse imaginário sobre a família. Primeiro, porque o contrato do casamento, muitas vezes, não é celebrado somente no âmbito jurídico e contratual, mas também dentro das instituições religiosas. A(s) família(s) passara(m), assim, a ser santificada(s), não somente em sua dimensão social e econômica. Esta consagração, paulatinamente, consolidou cada papel a ser performado por cada membro familiar, construindo e consagrando um “imaginário ideal” e, portanto, um ideal de família santificado. Em segundo lugar, porque o maior modelo familiar religioso reconhecido, no Brasil e na maioria das sociedades ocidentais, reside no mito de origem judaico-cristão de Adão e Eva (Reis, 2023, p. 204-205)

Damares Alves foi uma personagem fundamental na consolidação das bases políticas e na estratégia de busca pela reeleição do governo Bolsonaro. Em outubro de 2021, durante um evento cristão, ao se referir ao papel dos evangélicos no cenário político, afirmou: “Vamos ficar ainda muito tempo no poder” (Mões, 2021), evidenciando a tentativa de legitimar a permanência de uma agenda conservadora – centrada em valores cristãos e na defesa da família tradicional – em aliança com Jair Bolsonaro e com o apoio do segmento evangélico.

---

[56] “Em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132” (Supremo…, 2023).

Essa perspectiva se intensificou por meio do discurso de "guerra espiritual", amplamente mobilizado ao longo das eleições de 2022. Em um culto realizado na Igreja Assembleia de Deus Ministério Fama, em outubro daquele ano, e na presença de Michelle Bolsonaro, Damares declarou: "Não tá fácil, irmãos. Nós não conseguimos resolver todos os problemas, mas o inferno tá com muita raiva do presidente Bolsonaro. Estamos diante dessa eleição, não é de uma disputa política, mas de uma guerra espiritual" (Souza, 2022).

Ao longo deste pronunciamento, a ex-ministra recorreu ao pânico moral, especialmente associado à defesa das crianças, como estratégia de mobilização política em favor de Jair Bolsonaro. Para isso, utilizou referências bíblicas – ao definir seu discurso como verdade –, e reforçou a narrativa de uma oposição entre o bem e o mal, a fim de domesticar corpos, ao transpor categorias religiosas para o campo da disputa política (Anéas; Nascimento; Gama, 2023).

Com a perspectiva de salvação dos perdidos, que alcança a coisa pública, "o político-fundamentalista quer que 'o Brasil seja do Senhor Jesus', literalmente fazendo do país um Estado em que todos os indivíduos sejam evangélicos e professem as mesmas crenças" (Aneás, 2024, p. 41). Assim, o objetivo é tornar o campo político e religioso justapostos[57], de uma forma que a imbricação dessas duas categorias seja vista como algo necessário à soteriologia (salvação dos pecadores/perdidos).

Essa perspectiva promoveu uma narrativa dual terra-céu, a qual, como destaca Lucas Merlo Nascimento em seu capítulo[58]:

> mostra a terra como palco do mal e da luta pelo bem, enquanto o céu como lugar em que o Deus soberano sobre todos já está posto, regendo o palco da história. O dualismo presente-futuro é o que separa a realidade conflituosa na terra, com a realidade vitoriosa celestial, que ocorrerá sobre a terra no escathon, no fim dos tempos futuro. E apenas em visões e ascensões celestiais que o agente humano consegue ver esse *eschaton*. Como parte desses dualismos, as forças humanas (reis, impérios, governantes, mártires) e "espirituais" (anjos, demônios), são vistas como agentes em conflito no palco do agora (Anéas; Nascimento; Gama, 2023, p. 182).

[57] "O pânico moral, aliado às fake news (notícias falsas), foi o que impulsionou a candidatura de Bolsonaro e sua relevância no campo religioso cristão. Foi muito importante para os evangélicos ter um candidato que se apresentava em defesa da família, como um sujeito "autêntico", que dizia o que pensava sem filtros, que, aparentemente, não se importava com status e era um homem simples e que representava o "novo", em contraposição a anos de governo do PT, apresentado por sua campanha como "política velha" e "corrupta". A aproximação com o setor evangélico, que tem ocupado espaços institucionais de poder, os discursos da família e da moral, as falácias da ideologia de gênero e do "kit gay" foram muito importantes para as eleições de 2018, dado que, mesmo com um discurso violento, racista e misógino, o candidato vencedor recebeu 70% dos votos do eleitorado evangélico" (Reis, 2023, p. 122).

[58] Capítulo 08: "*O apocalipse discursivo*: compreendendo a aceitação do discurso bolsonarista", p. 179-196.

Embora Damares tenha exercido um papel relevante ao longo de todo o mandato presidencial, observa-se que, nos anos finais do governo, a imagem pública e a atuação política de Michelle Bolsonaro passaram a assumir maior visibilidade e protagonismo no cenário nacional.

3.3.2 Michelle Bolsonaro (PL)

Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, conhecida publicamente como Michelle Bolsonaro, nasceu em 22 de março de 1982, no Distrito Federal, e é uma mulher branca. É filha de Maria das Graças Firmo Ferreira e Vicente de Paulo Reinaldo. Graduou-se em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília e em Letras pela Faculdade Jesus Maria José, tendo iniciado sua trajetória profissional como professora da educação infantil e do ensino fundamental.

Michelle Bolsonaro tornou-se nacionalmente conhecida em razão de seu casamento com Jair Bolsonaro, celebrado no civil em 2007 e, posteriormente, em cerimônia religiosa realizada em 2013, conduzida pelo pastor Silas Malafaia. Embora tenha sido criada em um ambiente católico, converteu-se ao evangelicalismo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, Michelle Bolsonaro assumiu, em 2019, a função de primeira-dama do Brasil. Sua atuação pública foi marcada pelo engajamento em pautas de cunho moral e em determinadas causas sociais, com destaque para aquelas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Atualmente, identifica-se com a tradição batista, afirmando integrar a membresia da Igreja Batista Atitude. Além disso, em 2023, ela se filiou ao Partido Liberal (PL).

Com um alinhamento ideológico à direita e de caráter conservador, Michelle Bolsonaro se colocou, durante o governo Bolsonaro, na linha de frente da defesa e do apoio à presidência de seu marido. Ao enfatizar de forma recorrente sua fé evangélica, contribuiu para aproximar ainda mais esse segmento religioso da base de apoio político de Jair Bolsonaro.

Diversas expressões de caráter político-religioso foram utilizadas por Michelle Bolsonaro com o objetivo de mobilizar o apoio político de evangélicos e de outros segmentos do cristianismo ao governo e às campanhas eleitorais de Jair Bolsonaro. Seus discursos foram frequentemente acompanhados por referências morais, religiosas e de gênero (Santos Júnior, 2025). Nesse enquadramento discursivo, a disputa política não era apresentada como um embate próprio de uma democracia liberal, mas como parte de uma “batalha espiritual”

travada no campo político. Dessa forma, a ação política passava a ser vista como fundamental, legítima e justificável, inclusive por meio de práticas extremadas, uma vez que o adversário era construído simbolicamente como um inimigo absoluto, associado a Satanás (diabo/inimigo)[59].

Embora tenha demonstrado apoio ao longo do mandato de Jair Bolsonaro, sua atuação intensificou-se no final do governo e, especialmente, durante o processo eleitoral de 2022, quando passou a se posicionar na linha de frente da mobilização política, apresentando-se como mulher evangélica em defesa da reeleição presidencial (Mori, 2022). Deste modo, grande parte de suas manifestações de caráter religioso-político concentra-se no período compreendido entre 2021 e 2022.

Com ênfase em um discurso de "batalha espiritual", criticou adversários e movimentos políticos por meio de metáforas de luz e trevas, recorrentes no discurso moral-político evangélico. Nesse enquadramento, os termos religiosos se sobrepõem aos políticos, submetendo o campo político a uma lógica religiosa de interpretação e legitimação.

A retórica da divisão, as narrativas de batalha e a lógica da polaridade são mecanismos para alcançar o eleitor, a fim que os adversários políticos sejam neutralizados e, se possível, eliminados.

> A razão binária produz, ainda, um sentimento beligerante de contraposição, que gera desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações não governamentais, as minorias e os novos agentes políticos. No seu lugar, vigoraria a simplicidade do homem comum, aquele que faz seu churrasco, frequenta a igreja aos domingos, conhece o barbeiro pelo nome, é próximo de sua família, que mais se parece com um clã unido, e tem um cotidiano assemelhado ao de seus eleitores. "E gente como a gente", conforme exalta um refrão muito utilizado na campanha eleitoral de 2018 (Schwarcz, 2019, p. 212).

> O exercício de reconstituição dos que se alinham com Bolsonaro – o "Nós", o positivo – é inseparável da construção do outro antagônico – o "Eles", o negativo. Em ambas situações os conjuntos de elementos articulados no seu discurso constituem cadeias de equivalências, com o objetivo de caracterizar os aliados que reúnem as características positivas e o adversário – nesse caso, o inimigo que articula o que é considerado como negativo e /o que deve ser combatido na sociedade – a ser superado por uma nova ordem, uma nova hegemonia (Vargas, 2018).

[59] "Já o antagonismo que radicaliza a democracia liberal – que Chantal Mouffe chamaria de agonismo –é diferente. Como explica a autora, a palavra agonismo se refere à relação entre adversários, não entre inimigos. Adversário é o opositor em um jogo cujas regras são respeitadas, não um inimigo contra o qual vale tudo. No agonismo, os sujeitos não se movem por fantasias de superação do conflito através da eliminação do outro. O conflito é valorizado como um meio de questionar constantemente as desigualdades e ampliar direitos, sem que nunca se chegue num ponto-final" (Barros; Lago, 2022, p. 90).

Desta forma, o “nós”, os ditos cidadãos de bem, seriam os que defendem a segurança, a moral, a família, os valores cristãos conservadores, armamentistas, a polícia, o agronegócio, a meritocracia, o livre mercado e se consideram patriotas. Por outro lado, o “eles”, apontados como esquerdistas, seriam os corruptos, imorais, a comunidade LGBTQIAPN+, ativistas de direitos humanos, mulheres, desarmamentistas, indígenas, quilombolas, comunistas, movimentos sociais, cotistas, bolsistas e refugiados (Vargas, 2018). A promoção dessa divisão binária mostra-se eficaz na medida em que se estabelecem regimes de verdade a partir da ideologia conservadora, com o objetivo de sustentar e articular a manutenção do bolsonarismo.

As manifestações da personagem acerca de Jair Bolsonaro apresentavam um tom enfático e de alinhamento político, expressando convergência explícita em relação a diversos temas em debate naquele período. Diante disso, selecionam-se algumas dessas posições para fins de análise. Ela, pronunciou-se em oração, ajoelhada e visivelmente emocionada, durante um culto organizado pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), realizado em Brasília, em maio de 2022:

> “Tu és poderoso, Senhor! Tu és poderoso para sarar a nossa nação, Jesus! Tu és poderoso, Senhor, para curar a nossa nação! Aleluia! Obrigada, Jesus! Obrigada por teu amor incondicional. Obrigada porque o teu Espírito se faz presente em nossas vidas. Deus, haja um avivamento em nossa nação, Senhor. Haja um avivamento no Legislativo, no Executivo e Judiciário. Pai, estenda as tuas mãos sobre a nossa amada nação. Nós declaramos, Pai, que a nossa nação é do Senhor. […] Abençoa os líderes desta nação, abençoa a nossa igreja, viva a nossa igreja, desperta a tua noiva, Senhor Jesus!” (Michelle Bolsonaro…, 2022).

A referida fala inscreve-se no campo da teologia política, ao mobilizar uma exaltação ao divino associada a um apelo por um suposto “avivamento nos três poderes” da República, concebido como condição necessária para a regeneração moral, política e social do país. Tal construção discursiva pressupõe a existência de uma crise estrutural no Brasil – de natureza política, social e econômica – cuja superação não se daria prioritariamente por meio de mecanismos institucionais ou democráticos, mas pela intervenção direta da esfera religiosa no funcionamento do Estado.

Além disso, seu discurso se constrói com o objetivo de moldar o imaginário dos fiéis evangélicos por meio de expressões corporais, uma vez que a religiosidade também se manifesta no comportamento do corpo. Ou seja, a construção de subjetividades perpassa as relações de poder, visto que o discurso, como já posto, estrutura identidades e formas de agir (Silveira, 2018). A marcação da presença religiosa nas expressões corporais de Michelle

Bolsonaro constitui uma forma de comunicação com o eleitorado evangélico, de modo que estes fiéis se sintam pertencentes ao espaço público (Smith, 2023).

Essa perspectiva articula-se a uma compreensão sacralizada da política, na qual o campo estatal é submetido a uma lógica religiosa, ao deslocar o debate público para uma chave moral e espiritual. Trata-se de uma concepção que encontra ressonância histórica no contexto da Ditadura Militar brasileira, período em que lideranças religiosas, como o missionário Billy Graham, difundiram a noção de que a prosperidade nacional seria resultado direto da bênção divina. Tal discurso esteve associado à legitimação de um projeto político-econômico alinhado ao liberalismo econômico e ao anticomunismo, tomando os Estados Unidos como modelo civilizatório e referência normativa de nação "abençoada" e próspera (Anéas; Nascimento; Gama, 2023).

A ideia de que a nação só poderia ser abençoada mediante o "despertar" da igreja pressupõe uma atuação ativa dos religiosos no campo político, articulada ao discurso do avivamento dos três poderes da República. Neste enquadramento, o conflito político é reinterpretado como "batalha espiritual", deslocando divergências ideológicas para uma lógica moral-religiosa, na qual o adversário político passa a ser concebido como uma ameaça de ordem espiritual (Anéas, 2024).

Em agosto de 2022, ocorreu um encontro com mulheres evangélicas no Palácio da Alvorada, com a presença de Damares Alves (Republicanos-DF) e de Cristiane Britto (Ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos). Além disso, Lula estava à frente nas intenções de votos. Neste evento, Michelle Bolsonaro afirmou: "Este momento é um momento de guerra espiritual […] Não estamos aqui por poder, não estamos aqui por status. Estamos para cumprir uma missão proposta pelo Senhor" (Behnke, 2022). Tal narrativa legitima a ocupação da esfera pública como dever religioso e contribui para a deslegitimação de projetos políticos concorrentes, enquadrados como forças antagônicas ao plano divino.

Em outro episódio, ocorrido em agosto do mesmo ano, durante um culto na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, Michelle Bolsonaro afirmou que o Palácio do Planalto já teria sido um espaço "consagrado a demônios".

> "Vou continuar orando e intercedendo em todos os lugares, e sabe por que, irmãos? Porque por muitos anos, por muito tempo, aquele lugar foi um lugar consagrado a demônios. Cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios e hoje consagrado ao senhor Jesus. Ali, eu sempre falo e falo para ele [Bolsonaro], quando eu entro na sala dele e olho para ele: essa cadeira é do presidente maior, é do rei que governa essa nação" (Turtelli, 2022).

O uso do termo “consagrado” mobiliza a ideia de um espaço “dedicado” ou “entregue” a determinada finalidade, de modo que o Palácio do Planalto passa a ser simbolicamente interpretado, no imaginário bolsonarista, como um local anteriormente associado a forças negativas, em razão da presença do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República[60]. Ademais, observa-se a construção de uma narrativa que atenua ou desloca a responsabilidade política do ex-presidente, ao apresentar suas decisões como orientadas por uma vontade divina.

> As divindades e as chamadas experiências divinas nascem dos seres humanos e evoluem em sua própria história. Assim, os sentidos que damos aos deuses ou ao Deus único não são estáticos, mas dinâmicos, móveis, culturalizados, contextuais, mesmo acreditando que nossa divindade não muda e que ela exista para além da nossa cultura (Gebara, 2023, p. 19).

Nesse enquadramento, embora Bolsonaro ocupe formalmente o cargo presidencial, o governo da nação é atribuído a Deus, estabelecendo-se uma hierarquia simbólica na qual a autoridade política humana se subordina à autoridade divina, comum aos político-fundamentalistas (Anéas, 2024).

Por se tratar de uma personagem feminina, torna-se fundamental a análise a partir da categoria de gênero. Em um contexto eleitoral marcado por elevada rejeição ao então presidente entre o público feminino, Michelle Bolsonaro mobilizou discursos direcionados especialmente às mulheres evangélicas, enfatizando valores morais e espirituais. Nesse sentido, passou a ser percebida como uma “carta trunfo” da campanha eleitoral de 2022 (Bimbati; Martins, 2022), inserida na estratégia denominada “Mulheres com Bolsonaro”.

A representação pública associada à discrição e à reserva feminina esteve em consonância com a atuação de Michelle Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, caracterizada por intervenções pontuais e pelo engajamento específico na pauta dos direitos das pessoas surdas. Em contraste, no pleito de 2022, a então primeira-dama passou a desempenhar uma função significativamente mais ativa e estratégica, assumindo protagonismo no processo eleitoral (Mori, 2022).

Em um evento realizado na capital paulista, com predominância de mulheres no público, referiu-se a Lula como “insano”, classificou o Partido dos Trabalhadores como um

[60]Em sua conta na rede social Instagram, Michelle Bolsonaro, em agosto de 2022, realizou uma referência em tom de intolerância religiosa ao afirmar que Lula, ao ser apresentado em um vídeo ao lado de lideranças de religiões de matriz africana, teria “entregado sua alma para vencer essa eleição”, acrescentando ainda: “isso pode né! Eu falar de Deus, não!” (Bergamo, 2022).

“câncer” e retomou a retórica da “guerra espiritual”, assumindo um tom messiânico sustentado por um vocabulário de forte inspiração bíblica.

> “A gente ora tanto, intercede tanto para que Deus venha abrir os olhos das pessoas. […] Falem com parentes que moram no Nordeste. Fale o que acontece se esse câncer voltar para o Brasil, porque é um câncer. [...] Nossa liberdade religiosa está sendo atacada. Padre pode estar onde quiser, pastor é para estar onde quiser e bandido é para estar na cadeia. [...] Nós te pedimos Senhor, há promessas que o Brasil precisa viver, há promessas e palavras proféticas sobre esta guerra, há promessas, Senhor, sobre a vida do teu filho Bolsonaro” (Bimbati; Pereira; Borges, 2022).

Não se trata apenas de um discurso político, mas de uma performance que reconfigura os limites entre religião e política: comícios são convertidos em cultos por meio do uso de símbolos religiosos; o processo eleitoral é interpretado como uma guerra espiritual entre o bem e o mal; e a pluralidade das experiências femininas é subordinada a um modelo normativo de feminilidade conservadora evangélica. Choro, orações e manifestações religiosas, como a glossolalia (falar em línguas), inclusive em espaços institucionais como a Câmara dos Deputados, compõem esse repertório. Trata-se, portanto, da ocupação do espaço público por meio de um conjunto articulado de práticas discursivas e corporais que produzem sentidos, organizam percepções e operam como formas de controle simbólico, nos termos de Foucault (1970).

3.4 Esquerda evangélica: mulheres progressistas contra Bolsonaro.

3.4.1 Benedita da Silva (PT)

Benedita Souza da Silva nasceu em 26 de abril de 1942, na favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro, e é uma mulher negra. Filha de Maria da Conceição de Souza e de José Tobias de Souza, ambos oriundos da Zona da Mata Mineira, construiu sua trajetória marcada por experiências de classe, raça e gênero. Já na vida adulta e como mãe, concluiu o ensino médio por meio do exame de Madureza, modalidade voltada à educação de jovens e adultos, evidenciando os obstáculos estruturais enfrentados em seu percurso educacional.

No campo religioso, converteu-se ao pentecostalismo, em 1968, na Igreja Assembleia de Deus, e, atualmente, é membro da Igreja Presbiteriana. Ao longo de sua carreira política, sua identidade religiosa foi, em diferentes momentos, objeto de questionamentos e disputas no espaço público, especialmente diante de sua atuação vinculada a pautas progressistas.

Benedita da Silva destacou-se como pioneira ao tornar-se a primeira mulher negra a ocupar diversos cargos de relevância no cenário político brasileiro. Iniciou sua trajetória institucional como vereadora do Rio de Janeiro em 1982 e, posteriormente, foi eleita a primeira senadora negra do país, em 1994[61]. Durante seu mandato no Senado Federal, teve atuação central na defesa e regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas, contribuindo para a ampliação de garantias como o acesso ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No âmbito do Poder Executivo, exerceu o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Assistência e Promoção Social no primeiro mandato do governo Lula. Nesse período, implementou políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas, e promoveu iniciativas voltadas à inclusão da população negra na administração pública e no acesso à educação. Entre 2011 e 2022, exerceu mandatos consecutivos como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), mantendo-se em exercício parlamentar em nova legislatura a partir de 2023.

Embora sua trajetória política tenha sido frequentemente tensionada por críticas relativas à conciliação entre sua identidade evangélica e a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), suas campanhas eleitorais não se voltaram à mobilização do pertencimento religioso, sendo construídas a partir de pautas mais amplas e plurais.

> A construção da identidade religiosa de Benedita da Silva, a partir da perspectiva de sua pertença evangélica pode ser analisada quando ela diz que os votos que recebe nas eleições são os votos, sobretudo da negritude, quer dizer que não depende de sua religião para ser eleita. Isto não significa que ela não recebe os votos de eleitores evangélicos, mas que o montante de votos recebidos do eleitorado evangélico não é suficiente para a sua vitória no pleito. Por isso, a sua bandeira é concentrada nas questões sociais da população negra, especialmente das mulheres negras e vulneráveis socialmente (Santos, 2024, p. 109).

Isso não significa que tenha suprimido sua identidade religiosa ao longo de seus mandatos. Contudo, tal identidade não foi mobilizada como eixo central de sua atuação eleitoral. Enquanto parlamentar, manifestou-se em diferentes ocasiões de modo a estabelecer um diálogo entre a fé e o campo político progressista (César, 2021), ao compreender a fé como um elemento que promove a luta por políticas públicas.

---

[61] "A participação das mulheres na política partidária começa a ser incrementada no expirar da ditadura e a partir do processo Constituinte. Na legislatura de 1983-1987, oito mulheres, dentre 479 deputados, atuavam na Câmara (1,6%), e na legislatura de 1987-1991, 29 mulheres (5,1% dos 487) foram eleitas deputadas, das quais três eram suplentes. Nessa legislatura foi eleita a primeira mulher negra como deputada federal: Benedita da Silva" (Duarte de Souza, 2015, p. 1271).

Ao conceder entrevista ao *Estadão*, em 2019, no âmbito da websérie Deixa Ela – projeto do site Capitu, realizado em parceria com o Facebook e o International Center for Journalists –, a deputada foi questionada acerca da atuação da então ministra Damares Alves. Na ocasião, afirmou:

> Não há avanço. Há retrocesso. Inventaram de combater uma tal de ideologia de gênero, que até hoje eu não sei o que é. Eu sou evangélica e a Bíblia fala de gênero. A palavra era essa. Nós, mulheres, temos grandes conquistas, até mesmo na igreja. Esse mundo é das mulheres. Nós vamos chegar lá. Mas vamos encontrar resistências também, né? Os homens se sentem ameaçados porque eles sempre estiveram no comando (Gayer; Ortega, 2019).

Diferentemente do campo conservador, Benedita da Silva compreende o debate de gênero como fundamental, sem se submeter a enquadramentos morais como o da "ideologia de gênero", difundido pela direita cristã. Para a parlamentar, a reserva de cadeiras no Parlamento constitui um passo inicial para ampliar o acesso das mulheres aos espaços políticos (Gayer; Ortega, 2019).

Além disso, a parlamentar consolidou-se, em âmbito nacional, como uma figura que provocou debates relevantes na história política brasileira ao articular as identidades de evangélica e de esquerda (Santos, 2024). Em entrevista concedida à *TV 247*, em 2020, Benedita da Silva, candidata à prefeitura do Rio de Janeiro na época, não negou a sua religiosidade. Comentou:

> Eu sou militante da causa dos direitos humanos, eu sou militante religiosa e compreendo a religião como uma libertação. [...] Nós evangélicos, e eu sou pentecostal, por isso eu sempre faço questão de dizer. Eu estou desde a fundação do Partido dos Trabalhadores (TV 247, 2020).

Assim, compreende-se que a posição que a fé ocupa em sua identidade não pode ser manuseada como instrumento político que tenha por finalidade a promoção da moral cristã, de modo que deslegitima as vivências e a identidade das pessoas. Ao ser questionada sobre o discurso messiânico e a retórica da "guerra espiritual" entre candidatos de direita – seja em nível nacional, estadual ou municipal – ela comentou:

> Existe uma intolerância dos partidos de esquerda em relação às igrejas e uma intolerância das igrejas com os partidos de esquerda. Então, ficou um de um lado e o outro de outro. Chegou a direita e foi minando os espaços e foi passando sua mensagem, de mensagem evangelística para uma mensagem política, e uma política da qual os membros de sua igreja passam a acreditar pela fé [...]. Esta é a igreja institucional, esta não é a igreja de Cristo (TV 247, 2022).

Em seguida, ao se colocar com uma fé pública, ela acrescenta:

> Eu trabalho com a igreja institucional. Sabe por onde eu trabalho com a igreja institucional? Trabalho pelo partido. O partido matando a fome, tirando os miseráveis da miséria, defendendo os direitos dos trabalhadores, defendendo os direitos das mulheres, combatendo a homofobia, combatendo toda e qualquer tipo de discriminação. Tendo patriotismo, que está faltando; [estão] entregando as nossas estatais para estrangeiros. Tudo isso acompanha o que eu penso, o que eu tenho de fé no evangelho (TV 247, 2022).

O posicionamento da petista expressa o que André Anéas (2024) define como uma postura de "político-protestante", em contraposição ao campo conservador, por ele conceituado como "político-fundamentalista". Nesse sentido, a "fé no evangelho", destacada pela parlamentar, pode ser compreendida em paralelo ao que Anéas destaca como "sinais do Reino de Deus", que, neste caso, orienta a prática política de Benedita, que enxerga a religião como um espaço de libertação da opressão social, quebra das desigualdades e defesa dos direitos humanos.

> Aqueles que constituem o interesse do bem-estar social de maneira clara e óbvia, conectando os interesses religiosos com os interesses seculares. Exemplos: a busca pela justiça, o cuidado dos empobrecidos, construção de leis e mecanismo políticos que contribuam com a diminuição da desigualdade social, luta pelas minorias e por grupos que não têm quem os defenda e os represente, projetos que contribuam com a dignidade humana, direitos humanos, com uma economia que beneficie toda a população, especialmente os pobres, e que garanta um Estado de Direito e de bem-estar social à nação (independente da visão e estratégia econômica, o interesse é esse dentro dos político-protestantes). A religião contribui com os político-protestantes para os inspirar na atuação política norteados pelos valores do "reino de Deus" anunciados por Jesus, aplicáveis para os interesses sociais em via humanista – atividade que a política deve se ocupar (Anéas, 2024, p. 58-59).

Diferentemente do discurso bolsonarista, Benedita da Silva, enquanto mulher evangélica, negra e de esquerda, não nega seu posicionamento político e partidário. Embora o bolsonarismo se apresenta como uma direita cristã e conservadora, é recorrente, nesse campo, um discurso que busca esvaziar seu caráter ideológico (Anéas, 2024). Nesse sentido, a retórica conservadora se projeta ao deslocar o debate do âmbito político-partidário para o campo religioso, associando os partidos à corrupção e às fragilidades humanas (pecado). Assim, a disputa é apresentada como essencialmente espiritual, sustentando a ideia de que o partido deles é o Brasil, ao enfatizar o discurso nacionalista, e que a luta não se refere a Bolsonaro ou a um grupo específico, mas ao cumprimento daquilo que seria a vontade divina para a nação.

Diante de temáticas mais delicadas, ela não deixou de se posicionar. Em entrevista para o *UOL Universa*, Benedita, ao ser questionada sobre a temática do aborto, afirmou:

> Sempre faço questão de dizer com todas as letras que não sou a favor do aborto, mas tenho o papel de proteger essas pessoas que já conquistaram o direito ao aborto legal. Deveríamos fortalecer as leis para que o aborto não acontecesse. É isso que eu acho que uma bancada evangélica deveria fazer. Deus diz: 'Deixai vir a mim as criancinhas', mas precisa ter terra, casa, emprego, educação, né? (Souto; Rodrigues, 2021).

Sua leitura de mundo sobre o aborto segue uma abordagem distinta, deslocando o debate para a articulação com outras dimensões estruturais do problema. Para ela, a discussão do tema exige a formulação de políticas públicas voltadas à moradia, ao emprego, à educação e à saúde, entre outros fatores sociais. Ademais, ao mobilizar elementos do discurso religioso, faz referência à bancada evangélica, atribuindo também a esse grupo a corresponsabilidade na construção de respostas para a questão.

Em sequência, quanto ao governo de Jair Bolsonaro, a parlamentar formulou críticas ao longo dos quatro anos de mandato, chegando a caracterizar o ex-presidente como racista e imoral. Em outra entrevista concedida à TV 247, em 2021, Benedita da Silva afirmou:

> Nós estamos nas ruas defendendo a vida. São várias as pautas, como a da não privatização dos Correios. É também para que respeitem as mulheres, não matem os negros, parem de nos matar. Estamos também pela democracia, queremos democracia. Queremos comida no prato. Queremos vacina no braço. Ainda não temos 100% dos brasileiros e brasileiras vacinados com a primeira dose, e por outro lado estamos vivendo um governo autoritário, fascista e que nenhum segmento está suportando, nem mesmo aquele que lhe deu total apoio (Benedita…, 2021).

Inserida no contexto da pandemia de Covid-19, a fala da parlamentar evidencia a crítica à condução governamental diante da crise sanitária, destacando a negligência do Estado frente às demandas urgentes e o agravamento das condições de vida de grupos socialmente marginalizados (Mbembe, 2016). Durante o ano eleitoral de 2022 não foi diferente quanto a seu posicionamento em relação ao governo. Fez campanha para o presidente Lula e foi oposição a Bolsonaro (Benedita…, 2022).

Seguindo esse raciocínio, outra parlamentar mostrou-se fundamental para a análise proposta, uma vez que, ao longo de sua trajetória política, posicionou-se publicamente como evangélica alinhada a pautas progressistas. Marina Silva (Rede), com uma longa

carreira na política brasileira e reconhecida atuação na defesa do meio ambiente, configura-se como uma personagem central para este trabalho.

3.4.2 Marina Silva (Rede)

Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima, conhecida como Marina Silva, nasceu em 8 de fevereiro de 1958, na comunidade de Breu Velho, no Seringal Bagaço, em Rio Branco (AC), e é uma mulher negra. Filha de um seringueiro e de uma dona de casa, cresceu em condições socioeconômicas precárias. Proveniente de uma família numerosa, marcada por perdas, teve sua trajetória profundamente impactada pela morte da mãe quando ainda era adolescente.

Formou-se em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre e posteriormente realizou pós-graduações em Teoria Psicanalítica (UnB) e Psicopedagogia (UCB). Evangélica e membro da Igreja Assembleia de Deus, sua identidade religiosa frequentemente suscita debates no espaço público.

A carreira política teve início em 1986. Eleita vereadora de Rio Branco em 1988, tornou-se deputada estadual em 1990 e, em 1994, senadora da República, sendo então a mais jovem a ocupar o cargo. Reeleita em 2002, foi ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008. Marina Silva também disputou a Presidência da República em 2010, 2014 e 2018, consolidando-se como uma das principais lideranças políticas e ambientalistas do país.

Ao longo de sua trajetória política, atuou de forma proeminente na defesa de questões ambientais, ocupando posição de destaque nos debates e nas formulações de políticas públicas relacionadas ao tema. Marina Silva foi amplamente crítica às ações – e omissões – do governo Bolsonaro, colocando-o como um "risco à democracia" (Barbosa, 2021). Militante histórica da causa ambiental, manifestou-se reiteradas vezes contra a atuação do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegando a afirmar que o governo adotou uma postura negacionista e antiambientalista. Ela comentou:

> O governo é negacionista convicto. Não tem a altura e a profundidade do que está colocado no mundo. O prejuízo é para os 220 milhões de brasileiros. O prejuízo é para a economia brasileira. O prejuízo é para as florestas brasileiras. O prejuízo é para aqueles que estão sofrendo as consequências de um governo negacionista e antiambientalista. Os prejuízos são ambientais, são sociais e são econômicos. Isso acontece no contexto em que a gente precisa de parcerias. Parcerias comerciais, parcerias na pesquisa científica, parcerias de cooperação na área de saúde. O Brasil está sendo trancado do lado de fora por uma ação deliberada desse governo. O prejuízo é enorme (Ribeiro, 2020).

No que se refere à religiosidade, embora se identifique como evangélica, essa dimensão não se configurou como estratégia de campanha eleitoral durante suas candidaturas, sendo raras as ocasiões em que sua confissão de fé foi explicitada no espaço público. Em algumas ocasiões, sua fé tornou-se pública sobretudo em contextos de ataques direcionados à sua trajetória. Um exemplo ocorreu durante o debate presidencial de 2018, organizado pela RedeTV!, quando Marina Silva (Rede) e Jair Bolsonaro, então filiado ao PSL, tiveram a oportunidade de expor suas posições. Em determinado momento, Bolsonaro questionou a identidade evangélica da parlamentar, relacionando ela a temáticas compreendidas como morais na sociedade brasileira, ao afirmar:

> Temos aqui uma evangélica que defende o plebiscito para aborto e maconha e quer agora defender a mulher. Você não sabe o que é uma mulher, Marina, que tem um filho jogado no mundo das drogas. Você não sabe o que é isso para defender um plebiscito nesse sentido. Eu defendo a mulher e defendo inclusive a castração química para estupradores (UOL, 2018).

É comum a utilização do aspecto religioso como estratégia de ataque ao campo político adversário. Nesse contexto, considerando que segmentos evangélicos atribuem elevado valor moral a determinados temas – como o aborto e a regulamentação ou legalização da maconha –, a fé passa a ser mobilizada como um mecanismo particularmente eficaz de interpelação desse público, uma vez que tais questões assumem centralidade e sensibilidade no interior desse eleitorado. Ao conceder uma entrevista ao Opiniões – Folha1, ela trouxe a tona esta discussão:

> Feito de desconstrução em 2014, foi um debate duplo, onde uns me acusavam de ser fundamentalista evangélica e outros me acusavam de não ser evangélica, porque eu não fazia discurso de ódio em relação a temas de costume. Eu dizia que era contra o aborto, mas que se deveria fazer o debate. Que já temos uma lei que estabelece a possibilidade do aborto para casos de estupro, quando tem riscos para a mãe ou quando temos uma criança que está sendo gerada sem o cérebro, esta forma já está instituída por decisão da Justiça. E que se fosse para ampliar para além do que já existe, que, em lugar de ser uma decisão do Congresso, que fosse, como é em vários países do mundo, através de um plebiscito. Isso era dito por aqueles que gostam de espalhar fake news no mundo evangélico de que eu seria uma falsa evangélica, de que eu estaria defendendo o aborto, uma série de coisas, porque as mentiras vêm de todos os lados. Obviamente, eu não faço o mesmo discurso de ódio (Barbosa, 2021).

Semelhante a Benedita, ela aponta que sua fé tem sido alvo de ataques, seja por setores progressistas que buscam defini-la como fundamentalista, seja por alas conservadoras que procuram negar sua crença em razão de seu apoio a pautas progressistas. Esse marcador político-religioso evidencia a força de um imaginário homogeneizador e estereotipado acerca

da fé evangélica, que desconsidera sua pluralidade interna e a diversidade de posicionamentos existentes em seu interior (Spyer, 2020).

Ao posicionar-se de forma contrária ao discurso de ódio, especialmente ao fazer referência ao governo Bolsonaro, ela explicitou sua compreensão acerca da relação entre fé e política, bem como entre religião e espaço público:

> Não vou ficar fazendo discurso de ódio contra a população LGBT, não vou dizer que o Brasil deve ter um governo teocrático. O Brasil é um Estado laico, e o estado laico é uma conquista da reforma protestante. Os evangélicos têm que se apropriar desse legado, porque foi graças à separação do Estado com a Igreja que nós pudemos ter, no mundo, a separação para que escolas, hospitais e instituições de pesquisa pudessem estar separadas da Igreja. Nós não podemos fazer esse debate de que você vai ser presidente da República para favorecer um grupo ou para impor, por uma lei civil, a sua fé ou a fé de quem quer que seja à sociedade. Do mesmo jeito que você não pode fazer uma lei para que as pessoas deixem de ter a sua crença. Eu sempre dizia: o eleitor tem que saber o que eu penso para poder fazer livremente a sua escolha. E é nisso que eu acho que nós estamos cometendo um erro: é a instrumentalização da fé pela política e a instrumentalização da política pelo mau uso em relação à fé. Nós temos que ter cidadãos que não importa se são católicos, evangélicos, espíritas, judeus, o que eles tiverem de fé, ou ateus. Que se coloquem. Quem faz a escolha é a sociedade brasileira (Barbosa, 2021).

Em entrevista a BBC News Brasil, ela foi questionada sobre o massivo apoio dos evangélicos a Bolsonaro. Destacou o seguinte:

> Bolsonaro faz a instrumentalização da fé na questão política e existem as lideranças evangélicas que também fazem isso, o que é muito ruim tanto para nós (evangélicos) quanto para a política. Não tem nenhum problema você ter uma confissão religiosa e participar da política. Eu sou cristã evangélica, mas eu tenho como princípio a defesa do Estado laico e da não-manipulação da fé em questões de natureza política e vice-versa (Prazeres, 2022).

O posicionamento de Marina Silva, nestes últimos trechos, marca, aqui já destacado, a imagem do "político-protestante". Nas palavras de Anéas, isso significa que:

> O político-protestante adentra a arena pública aceitando as "regras do jogo" democrático, sem conspirar em favor da sua deterioração em nome de um projeto político-religioso que julga como expressão exata da "verdade". O político-protestante não usa da coisa-pública com interesses religiosos, não é um "missionário proselitista" disfarçado de política profissional (2024, p. 53).

Nas eleições de 2022, ela se colocou em apoio ao candidato Lula e fez voz contra a "guerra espiritual" e a instrumentalização da fé para fins político-partidários.

> O Estado laico é uma benção para todos. Agora, nesse momento, você tem essa manipulação perversa que é péssima para a fé, é péssima para a política. Quando

> alguém mentirosamente diz que, se o presidente Lula ganhar as eleições, ele vai fechar as igrejas, isso é uma forma mentirosa que desabona a própria fé. Lula esteve no governo por dois mandatos, nunca fez isso, muito pelo contrário. [...] A instrumentalização da fé é muito perigosa. O fundamentalismo religioso e o fundamentalismo político também são muito perigosos. Agora quando se juntam as duas coisas é letal para os interesses de um país, da sociedade e da democracia. Nesse momento a gente vive esse risco. Acho que a gente para entender isso, é preciso tratar os evangélicos não como se eles fossem homogêneos, porque existem diferenças e abordagens diferentes, e você tem que aprender a lidar com elas (UOL, 2022).

A fala "O Estado laico é uma benção para todos" marca uma contraposição ao que foi afirmado por Damares Alves: "O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã" (Canalgov, 2019). Na primeira enunciação, a promoção da diversidade estrutura o discurso e a laicidade é apresentada como uma bênção, em tom religioso, de modo que o respeito ao plural é concebido como um valor sagrado (Reis, 2023). Na segunda, por sua vez, a afirmação da fé torna-se sinônimo de ocupação e demarcação de espaço, e a pluralidade religiosa aparece como rejeitada, uma vez que a frase é explicitamente tensionada pelo uso do "mas" após a afirmação de que "O Estado é laico" (Reikdal, 2022).

> Voltando ao Brasil, observamos atualmente a intensa ocupação de cargos na política institucional por religiosos. Embora não seja uma prática de todos, muitos deles se reivindicam representantes de uma maioria cristã que está longe de ser homogênea, e usam espaços institucionais de poder para impor para a minoria não cristã políticas públicas e leis que têm como base moralidades e práticas cristãs de cunho conservador. Não se quer dizer, com isso, que religiosos não possam participar da arena pública de debate ou que o Estado se torne menos laico em decorrência dessa participação. Trata-se justamente do contrário: chamar atenção para o fato de que o Brasil é um país plural, constituído por múltiplas vozes divergentes, e que toda essa diversidade deve ser valorizada e garantida pelo Estado, inclusive nos espaços institucionais (Reis, 2023, p. 24).

A crítica ao uso da fé para fins eleitorais não foi uma posição exclusiva de Marina Silva, mas também do Partido dos Trabalhadores que, em certa medida, adotou como estratégia a aproximação de Lula com o eleitorado evangélico por meio da divulgação de uma carta, deixando evidente seu interesse eleitoral. Em um de seus trechos, afirmou:

> Em meio a este triste escândalo do uso da fé para fins eleitorais, assumo com vocês este compromisso: meu Governo jamais vai usar símbolos de sua Fé para fins político-partidários, respeitando as leis e as tradições que separam o Estado da Igreja, para que não haja interferência política na prática da Fé (Lima, 2022).

Ao participar, em 2022, no Programa Roda Viva, Marina Silva foi questionada sobre a comunicação entre Lula e os evangélicos e respondeu da seguinte maneira:

> Na verdade, o PT e o presidente Lula vem de uma base das comunidades de base que é ligada a igreja católica. Para os evangélicos, durante muito tempo, aproximar-se do PT já era uma grande dificuldade. Eu me lembro que quando eu fui candidata pelo PT, nas vezes em que me elegi, eu ainda não era cristã evangélica, mas a minha irmã mais velha era, e ela tinha que mudar de camisa para poder entrar na igreja, porque era um problema. Houve uma aproximação, durante um período, sim, e aí nós temos que verificar que não há uma atitude homogênea; você tem o campo evangélico progressista que não é tão pequeno assim como as pessoas imaginam, é claro que o outro lado é incomparavelmente maior, mas tem um campo relevante de pessoas que nao tem essa visão de manipular a fé em função da política ou a política em função da fé. Mas, historicamente, a base que dá origem ao PT são as comunidades de base, em grande quantidade, de base popular do PT. O mundo evangélico teve uma aproximação sazonal com o PT e comigo também em 2010 e 2014, mas, obviamente, que o fato, no meu caso, de não sinalizar, em radicalizar na agenda que eles tinham, uma parte tinha expectativa que eu radicalizasse. Então, isso criou digamos, assim, uma frustração por esse grupo que quando encontra alguém que faz questão de ser até mais real do que o rei, que é o caso do Bolsonaro, então encontra aí um desaguadouro. Mas tem um desconforto também, as pessoas não querem ver a fé cristã ser associada à armas, à violência. Houve um incômodo muito grande com aquele revólver enorme na Marcha pra Jesus, a idolatria que se faz do Bolsonaro de entrarem nas igrejas e as pessoas ficarem: “mito mito mito mito…”, isso criou um incômodo, e essas coisas vão sendo processadas depois. Como diz o Lacão, o sentido aparece só depois, e eu sinto que está tendo uma, digamos assim, implosão de sentidos que vai ser muito importante para retomada desse diálogo; e muitas mulheres evangélicas, elas votaram no Lula, porque elas identificavam as políticas públicas que deram certo, que melhoraram suas vidas e a vida de seus filhos (Roda…, 2022).

A personagem traz à tona um outro olhar no interior do campo evangélico, marcado pela frustração diante da associação que o bolsonarismo estabeleceu entre a fé evangélica e um discurso violento. Em 2022, ano de eleições, e com o objetivo de alcançar o eleitorado evangélico, Marina Silva tornou-se uma das principais pontes para tensionar e atenuar a imagem negativa que se consolidou, difundida pela direita cristã, ao longo da década de 2010, em torno de Lula e do PT nesse segmento religioso.

Após anos como adversária política do Partido dos Trabalhadores, inclusive concorrendo à Presidência da República, Marina Silva voltou a se aliar a Lula. Desse modo, sua atuação não se configurou apenas como uma posição de antibolsonarismo, mas também como engajamento direto na campanha eleitoral do candidato petista, que saiu vitorioso no segundo turno das eleições daquele ano. Nesse contexto, não bastava apenas se opor a Bolsonaro, mas era necessário articular um discurso atrativo ao eleitorado evangélico, de modo a contribuir para o êxito eleitoral de Lula (Barros; Lago, 2022). Para tanto, tornou-se imprescindível superar embates travados com o PT em anos anteriores, na medida em que, frente ao bolsonarismo, Marina avaliou estar “diante de um quadro que é democracia ou barbárie” (Correia, 2022).

Além disso, ela amplia a análise ao destacar o reconhecimento de mulheres evangélicas em relação às políticas públicas implementadas nos governos Lula entre 2003 e

2010. Esse destaque conduz à compreensão, já problematizada anteriormente, de que a mulher evangélica não deve ser concebida como um sujeito homogêneo.

Enquanto uma parcela das fiéis apoiou Bolsonaro por razões de ordem moral, outras o criticaram por declarações machistas; algumas o rejeitaram por compreenderem sua atuação como uma instrumentalização da fé; outras, ainda, se identificam com posições políticas de esquerda e apoiaram Lula; há também aquelas que, a partir de experiências com políticas públicas, aderem ao lulismo, mas não necessariamente ao petismo, entre outras possibilidades. Assim, analisar a mulher evangélica implica reconhecer e transitar pela diversidade que caracteriza o universo evangélico.

3.5 Entre os partidos e os templos: discursos femininos em choque e as fiéis evangélicas nas eleições de 2022.

Diante das discussões realizadas anteriormente, torna-se fundamental analisar o impacto dessas narrativas nas eleições de 2022, uma vez que o pleito foi marcado por uma disputa extremamente acirrada entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, além da eleição de um Congresso Nacional com forte predominância conservadora (Valor…, 2022).

Com seus direitos políticos restituídos, Lula voltou a concorrer à Presidência da República e saiu vitorioso com uma diferença de 1,80% dos votos válidos, o que corresponde a 2.139.645 votos em números absolutos. Esse resultado evidencia não apenas a polarização política do período, mas também a centralidade de fatores ideológicos, religiosos e morais no comportamento eleitoral da sociedade brasileira.

A religião constituiu um elemento central nas campanhas eleitorais de ambos os candidatos, de modo a aproximar ainda mais os fiéis evangélicos do processo eleitoral. Tanto Jair Bolsonaro quanto Luiz Inácio Lula da Silva, cada qual à sua maneira, buscaram estabelecer diálogo com igrejas evangélicas com o objetivo de obter o apoio e o voto desse eleitorado. De acordo com dados do Datafolha, as intenções de voto entre os evangélicos mostraram-se majoritariamente favoráveis a Jair Bolsonaro ao longo da campanha.

QUADRO 04 - Intenção de voto entre eleitores evangélicos – Datafolha (2022)

Período da pesquisa	Jair Bolsonaro (%)	Luiz Inácio Lula da Silva (%)
Julho de 2022	43%	33%
Agosto de 2022	49%	32%

Setembro de 2022	50%	32%

Fonte: Datafolha, 2022.

Por meio de um discurso com forte conteúdo moral, Jair Bolsonaro obteve maior apoio no meio evangélico ao mobilizar pautas como o antifeminismo, a oposição às discussões sobre gênero e sexualidade, a defesa da família, a rejeição ao aborto, a narrativa de liberdade de expressão, falas acerca da segurança pública, além do posicionamento antipetista, anticomunista e de cunho patriótico (Vizeu, 2019). Assim, construiu-se uma narrativa cuidadosamente controlada, selecionada, organizada e difundida com o objetivo de dialogar diretamente com o imaginário religioso desse eleitorado.

O discurso constitui um mecanismo de controle por meio do qual os sujeitos são produzidos e posicionados, ao mesmo tempo em que reproduzem sentidos socialmente regulados (Foucault, 1970). A mobilização do pânico religioso e moral – estruturado em preconceitos e discriminações, e, também, legitimado pela retórica da defesa da família e dos chamados "bons costumes" – tende a produzir um eleitorado que debate políticas públicas de forma superficial, influenciado por um efeito placebo de curto prazo.

Nesse contexto, as demandas relacionadas às desigualdades sociais deixam de ser efetivamente contempladas, contribuindo para o agravamento de práticas como a homofobia, o racismo, a transfobia, a misoginia, a aporofobia, o capacitismo, a violência policial e a falta de segurança pública. Esse efeito placebo, sustentado por discursos conservadores, consolidou-se, ainda mais, ao longo da década de 2010 e, com o advento do bolsonarismo, manifestou-se de maneira significativa nas eleições de 2018 e 2022.

> Por isso mesmo, apesar de a violência e a demanda por segurança terem se definido como os temas que mais impactaram as eleições de 2018, e revelarem reclamos legítimos por parte da população, a saída para o problema encontra-se distante das receitas mais imediatas, como apenas recrudescer o policiamento e armar a população. Em períodos de crise é fácil oferecer propostas imediatistas embrulhadas em formatos autoritários. Como define Conrado Hübner Mendes, "o placebo político é […] um estratagema ilusionista. Deixa a patologia social intocada, mas aplaca por um momento os sintomas e gera a sensação efêmera da cura". As questões que assolam os brasileiros são bem mais complexas e estão ligadas à nossa renhida desigualdade social. A tolerância da brutalidade policial, a redução da maioridade penal e o incentivo ao armamento dos cidadãos representam grandes doses de um xarope sem prescrição médica e que atende pelo nome de autoengano (Schwarcz, 2019, p. 158).

Com isso, a direita cristã, com o objetivo de vencer as eleições de 2022, buscou reforçar esse pânico moral e manteve, já com maior ênfase durante o governo Bolsonaro, um discurso pautado no heroísmo e no nacionalismo. A rejeição a Bolsonaro entre as mulheres ampliou-se em 2022, alcançando o índice de 57%. Em contraste, a rejeição a Lula, entre o público feminino, situou-se em torno de 30% (O Globo, 2022). Nesse contexto, tornou-se recorrente, ao longo daquele ano, a aparição das esposas de ambos os candidatos, sobretudo da primeira-dama, uma vez que a rejeição ao então presidente era significativamente mais elevada.

Diversas falas, como já destacado, foram mobilizadas por parlamentares mulheres, tanto favoráveis quanto opositoras ao presidente nas eleições de 2022. A diferença no nível de detalhamento da análise interpretativa entre conservadoras e progressistas decorre do material disponível. Por promoverem, de forma recorrente, um discurso político-religioso com o intuito de estabelecer uma moral cristã no espaço público, há um arcabouço maior de fontes relacionadas às personagens conservadoras.

Outros discursos podem ser observados nos quadros abaixo, referindo-se à figura do presidente, a pautas morais e religiosas, às questões de gênero e às eleições de 2022.

QUADRO 05 - Expressões utilizadas por parlamentares cristãs nas eleições de 2022 – campo conservadora

Personagem	Expressões (fragmentos)	Confissão religiosa	Cor	Índices	Fonte
Clarissa Tércio (PP-PE).	“Está muito claro que nessa eleição, existem dois lados: o do bem e o do mal”.	Evangélica.	Branca.	Relaciona a eleição a um combate espiritual e moral.	Diário de Pernambuco (2022).
Clarissa Tércio (PP-PE).	“O inferno treme e se abala com um presidente ajoelhado diante de	Evangélica.	Branca.	Discurso messiânico.	Conta no Instagram (Tércio, 2022).

	Deus”[62].				
Clarissa Tércio (PP-PE).	“Você resgatou nosso orgulho de ser presidente”.	Evangélica.	Branca.	Discurso nacionalista.	Conta no Instagram (Tércio, 2022)
Bia Kicis (PL-DF).	“É uma missão de Deus, missão de fé, da pátria”.	Católica.	Branca.	Relaciona a eleição a um combate espiritual e moral.	UOL (Bimbati; Pereira; Borges, 2022).
Antônia Lúcia (Republicanos-AC).	“É Jair ou já era”[63].	Evangélica.	Parda[64].	Discurso de pânico moral.	Conta no Instagram (Lúcia, 2022).
Michelle Bolsonaro (PL).	“Uma mulher sábia, edifica a sua casa. Mulheres sábias, edificam seu país”.	Evangélica.	Branca.	Discurso religioso, de gênero e nacionalista.	Conta no Instagram (Bolsonaro, 2022).

Fonte: Elaboração própria.

[62] Na legenda da publicação há o seguinte texto: “Exemplo de homem de fé! O Presidente Bolsonaro mostra toda a sua força e a sua fé em Deus ao ajoelhar-se para orar e colocar os demônios para correr! Estamos vivendo uma verdadeira guerra espiritual, mas vamos vencer! Sabemos que onde há joelhos dobrados não há batalhas perdidas.Rumo à vitória Capitão! Estamos ao seu lado, sempre!”.

[63] Na legenda da publicação há o seguinte texto: “[...] Só existem duas opções agora. De um lado, um candidato (Lula), que defende o aborto, bandido solto, povo desarmado, ideologia de gênero, censura à imprensa, MST invadindo propriedades, carga tributária que inviabiliza os negócios, alianças com o crime organizado e financiamentos de ditaduras comunistas (Cuba, Nicarágua e Venezuela) que persegue os cristãos. De outro lado (Jair Bolsonaro), a defesa da vida (Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância), bandido preso, povo armado (direito de defesa), valores judaico-cristãos (Família, Propriedade, Deus, Pátria e Liberdade), agronegócio forte para alimentar os brasileiros e o mundo, menos carga tributária para gerar emprego e renda, enfim, ordem e progresso, como caminha o Brasil na atualidade. Para que continuemos usufruindo os valores representados (civilizatórios) pelo Governo atual de Jair Bolsonaro, só há um caminho que é apoiar o nosso presidente e nele votar no dia 30 de outubro de 2022”.

[64] “Em 2014, quando concorreu à Câmara dos Deputados, ela se via como amarela. Mudou para parda quatro anos depois. Alterou para branca em 2020 e voltou a se declarar parda em 2022” (Freire; Mazzei, 2022).

QUADRO 06 - Expressões utilizadas por parlamentares cristãs nas eleições de 2022 – campo progressista

Personagem	Expressões (fragmentos)	Confissão religiosa	Cor	Índices	Fonte
Aava Santiago (PSDB - GO).	"Sou evangélica, mãe e votarei no Lula".	Evangélica.	Branca.	Marcação da identidade religiosa diante do campo político.	Conta no Instagram (Santiago, 2022).
Aava Santiago (PSDB - GO).	"Eu tenho que me converter a Jesus Cristo ou a Bolsonaro?".	Evangélica.	Branca.	Crítica à instrumentalização política da fé.	Estado de Minas (Mendonça, 2022).
Eliziane Gama (Cidadania - MA).	"O bolsonarismo está longe da prática do evangelho de Cristo".	Evangélica.	Parda.	Negação da legitimidade religiosa bolsonarista.	CartaCapital (Matos; Ohana, 2022).
Eliziane Gama (Cidadania - MA).	"O amor de Jesus, incondicional, não convive com o ódio e a intolerância, base das principais ações que norteiam o governo Bolsonaro".	Evangélica.	Parda.	Negação da legitimidade religiosa bolsonarista.	UOL (Madeiro, 2022).
Marina Silva (Rede - SP).	"Manipulação bolsonarista prejudica a fé evangélica".	Evangélica.	Negra.	Crítica à instrumentalização política da fé.	UOL (Soares, 2022).
Marina Silva (Rede - SP).	"Armas, intolerância e política de ódio não tem nada que ver com os ensinamentos de Jesus".	Evangélica.	Negra.	Negação da legitimidade religiosa bolsonarista.	UOL (Soares, 2022).
Benedita da Silva (PT -	"O presidente Lula,	Evangélica.	Negra.	Rejeição da instrumentalização	Metrópoles (Lima,

RJ)	historicamente, sempre tomou muito cuidado em não fazer uso eleitoral das atividades religiosas".			da fé por parte de Lula.	2022).

Fonte: Elaboração própria.

Os quadros foram elaborados com o intuito de caracterizar os discursos de mulheres evangélicas inseridas na política brasileira, considerando não apenas os trechos discursivos, mas também o partido, a confissão religiosa, a cor e o aspecto analítico das falas, a fim de destacar elementos que contribuem para a formação de regimes de verdade, bem como para compreender os mecanismos de disciplina, nos termos foucaultianos, que atuam na regulação dos corpos e das condutas.

As eleições de 2022, entre Bolsonaro e Lula, marcaram uma disputa pela estética evangélica, com o objetivo de alcançar esse eleitorado religioso. Ainda que o campo conservador e bolsonarista tenha buscado retirar o caráter político desse movimento, afirmar que algo não é político constitui, em si, uma forma de fazer política (Sartre, 2014). Ambos disputaram o eleitorado evangélico, cientes de que não são, como se popularizou durante o período eleitoral, faces de uma mesma moeda.

Ao realizar uma comparação entre os dois quadros, é possível visualizar o que já foi debatido em sessões anteriores. Por um lado, o quadro de número cinco representa uma aproximação com os discursos de Damares Alves e Michelle Bolsonaro, com um marcador discursivo messiânico, nacionalista e de pânico moral. Por outro, o quadro de número 06 se aproxima dos discursos de Benedita da Silva e Marina Silva, com um marcador discursivo crítico à instrumentalização política da fé e que nega a legitimidade religiosa bolsonarista.

É importante considerar a categoria de interseccionalidade por parte das personagens. Enquanto as do segmento progressista incorporam, em seus discursos, o marcador racial como elemento constitutivo das desigualdades, as do campo conservador, em nome de uma perspectiva universalizante da mulher, tendem a não problematizar as diferenças raciais como questão política (Butler, 2020). Dessa forma, evidenciam-se distintas formas de compreender as opressões e de articular demandas no interior do campo político-religioso, como postulado nos objetivos.

As estratégias adotadas e as formas de fazer política diferiram entre os dois candidatos, de modo que o discurso populista de ambos fosse concretizado nas urnas (Barros; Lago, 2022). Assim, ao se afirmar que as narrativas estavam em torno de uma estética evangélica, compreende-se que os discursos são construídos e sustentados de modo a produzir sentidos para um público específico (Foucault, 1970). Trata-se de selecionar e organizar, para controlar, não apenas um discurso verbal, mas também não verbal, ao se apropriar de elementos no universo evangélico (expressões de exaltação a Deus, orações, termos de saudações, imagens religiosas etc.). Desse modo, cada um, à sua maneira e em intensidades diferentes, apropriou-se de uma linguagem religiosa com fins eleitorais (Smith, 2023).

Outro fator relevante é a presença das mulheres analisadas neste trabalho como linha de frente de campanhas masculinas. Embora Bolsonaro, ao lado de sua esposa, tenha promovido a iniciativa "Mulheres com Bolsonaro", em resposta à sua baixa popularidade junto ao eleitorado feminino, Lula, ainda que de modo distinto – tanto por não recorrer a pautas morais quanto por apresentar menor intensidade, uma vez que não adotou um slogan de campanha semelhante ao de Michelle Bolsonaro –, contou com o apoio de diversas lideranças evangélicas femininas, como Benedita da Silva, Marina Silva e outras aqui mencionadas.

A forma de vivenciar o espaço político e religioso difere em razão da condição de serem mulheres. A legitimidade política dos homens é reforçada pela dominação masculina (Bourdieu, 2022), que busca moldar a subjetividade e perpetuar a subordinação feminina. O patriarcado tem como objetivo manter a ordem do *status quo*, apontando para a naturalização e manutenção da dominação do corpo feminino.

Ao discutir gênero no campo político, não se trata apenas de alcançar determinado eleitorado, mas de identificar quem atua como facilitador ou facilitadora na construção de pontes políticas. O discurso ultrapassa a mera comunicação verbal, manifestando-se como linguagem estruturada culturalmente, por meio da qual a transmissão de ideias é organizada de modo a ser naturalizada, aceita e assimilada, de forma consciente ou inconsciente (Foucault, 2008).

Nesse contexto, as mulheres desempenharam papel fundamental na aproximação do público evangélico em relação às candidaturas de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo. De um lado, Michelle Bolsonaro, Damares Alves e sua comitiva atuaram na linha de frente da estratégia voltada à aproximação de Bolsonaro com o eleitorado feminino, incluindo as mulheres evangélicas. De

outro, Benedita da Silva, Marina Silva e outras lideranças, como Aava Santiago, funcionaram como pontes centrais no esforço de atenuar a imagem negativa que se consolidou, nos últimos anos, em torno de Lula e do Partido dos Trabalhadores no meio evangélico.

Como já foi afirmado neste trabalho, choro, orações, a presença de parlamentares em cultos e outras expressões religiosas configuram o plano não verbal que acompanha os discursos verbalizados de pauta moral e de guerra espiritual, de modo que as ações dos bolsonaristas, ainda que violassem direitos humanos, fossem legitimadas pelo uso da autoridade do sagrado (Anéas, 2024). Os fins eram definidos e assegurados por meio do uso do nome de Deus (Anéas; Nascimento; Gama, 2023). Assim, é possível afirmar que as evangélicos conservadores que apoiaram Bolsonaro se orientaram por uma moralidade específica (político-fundamentalistas), por discursos normativos de comportamento e por um patriotismo de caráter nacionalista, sendo os candidatos e políticos considerados "candidaturas religiosas"[65].

Por outro lado, a relação entre a agenda progressista e os evangélicos sempre encontrou dificuldades para ganhar densidade, visto que o discurso conservador apresenta maior ressonância nesse segmento religioso. Diante disso, nas eleições de 2022, tendo Lula como a principal liderança a representar a esquerda, o PT precisou se articular de modo que a linguagem evangélica estivesse incorporada à sua comunicação. Assim, não bastava à esquerda se opor a Bolsonaro; tornou-se necessário produzir um discurso capaz de mobilizar o eleitorado evangélico e de neutralizar as *fake news* disseminadas pelo bolsonarismo acerca de Lula, como a alegação do fechamento de igrejas (Domingos, 2022).

À vista disso, ocorreu, em 19 de outubro de 2022, em São Paulo, um encontro de Lula com evangélicos, que reuniu diversas personalidades, como Marina Silva (Rede-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), o pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Eliziane Gama (Cidadania-MA), o cantor Leonardo Gonçalves, o pastor Ariovaldo Ramos, entre outros (Lula, 2022). Trata-se de um aceno mais direto do petista ao eleitorado evangélico (Teixeira, 2022). Nesse encontro, é possível identificar diversos elementos religiosos, como orações, saudações, entoação de hinos, presença de múltiplas expressões religiosas e a promoção da diversidade e das tradições no meio evangélico. Observa-se, assim, que se criou um ambiente

[65] "Aquelas nas quais o vínculo religioso é central para o candidato ou para a candidatura, independentemente da tendência ideológica ou do partido político. É o caso das candidaturas oficiais de igrejas, das que fazem uso do nome na urna, daquelas nas quais as moralidades religiosas aparecem como pautas centrais para mobilização do eleitorado ou em que discursos ou gramática marcadamente religiosos emergem como apelo à adesão de eleitores. Candidatos que lideram grupos religiosos ou projetos assistenciais são assumidos como candidaturas religiosas, uma vez que essas formas de atuação nos territórios são importantes e associadas ao grupo religioso que as promove" (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 63).

com características de culto. Além disso, não há registros de Lula em templos evangélicos durante as eleições.

Diferentemente do campo conservador e bolsonarista, a esquerda não se aproxima do eleitorado religioso por meio de pautas de costumes (Teixeira, 2022); logo, seus candidatos e políticos com fé confessional podem ser considerados políticos/candidatos religiosos[66]. Como se observa nas falas de Benedita da Silva e Marina Silva, as pautas econômicas e sociais assumem maior centralidade no discurso da esquerda ao se dirigir ao público evangélico. Desse modo, o campo progressista se orientou, durante as eleições, por discursos favoráveis à liberdade dos evangélicos, contrário às *fake news* e de caráter antibolsonarista. Uma das estratégias adotadas foi desassociar a fé evangélica da figura de Bolsonaro, por meio da menção às falas agressivas e desumanas do então presidente, conforme apresentado no quadro 06.

Além disso, a homogeneização e a estereotipação dos evangélicos foram narrativas contestadas por Benedita da Silva, Marina Silva, Aava Santiago e Eliziane Gama, aqui analisadas, ao pontuar a diversidade deste segmento. Além disso, esteve presente a crítica recorrente à dificuldade da esquerda em estabelecer diálogo com o campo evangélico. Assim, é possível afirmar que as evangélicas progressistas, contrárias a Bolsonaro, pautaram-se pela valorização da diversidade das tradições e identidades evangélicas (pentecostal, reformada, carismática etc.), pela busca por justiça social e por um patriotismo que valorize e promova políticas públicas, questionando, assim, a estrutura conservadora que legitima a autoridade e a moralidade cristã na política.

Apesar da divisão, adotada neste trabalho, entre conservadoras e progressistas, faz-se imprescindível reconhecer a heterogeneidade existente entre essas mulheres. Tal diversidade expressa-se tanto nas distintas filiações denominacionais no campo evangélico quanto nas diferentes vinculações partidárias, as quais conformam trajetórias, discursos e práticas políticas singulares.

Em suma, observa-se que os antagonismos entre esses dois polos políticos se manifestam por meio da forma como interpretam o ser mulher, das pautas políticas que levantam e da compreensão da presença religiosa no campo social-político. Quanto às

[66] "Aqueles que, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, explicitam algum pertencimento religioso, mas não acionam esse vínculo durante a campanha. Nesses casos, são reconhecidos como religiosos por este ser um fato de conhecimento público que antecede o período eleitoral (figuras políticas conhecidas) ou porque tal vínculo foi exposto nas mídias sociais fora do período eleitoral. Também foram classificados nessa categoria aqueles que optaram por separar os perfis pessoais dos criados exclusivamente para a campanha eleitoral em mídias sociais, explicitando seu pertencimento religioso apenas nos primeiros" (Reis; Owsiany; Cunha; Pestana, 2024, p. 63).

convergências, foi possível destacar a diversidade existente dentro dos próprios espectros ideológicos, bem como o questionamento sobre a baixa participação feminina em contextos religiosos e políticos e a presença da religiosidade na política institucional, ainda que com interesses distintos. Ademais, o estudo revela a heterogeneidade das mulheres evangélicas em seus segmentos político-ideológicos.

Considera-se, assim, a relevância deste trabalho para pesquisas que envolvem as categorias de gênero, religião e política, destacando seu caráter contributivo. Problematizar essas questões visa tanto à produção acadêmica quanto à colaboração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões e dos resultados apresentados, constatamos um maior ingresso de evangélicos conservadores na política institucional, sobretudo a partir da década de 2010, em consonância com o fortalecimento do antipetismo, do antiesquerdismo e com a consolidação da chamada direita cristã no Brasil, fortemente influenciada pelo contexto estadunidense. Ademais, essa década, marcada por tal conjuntura política, foi o berço do advento do bolsonarismo, que se consolidou com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Embora a formação da bancada evangélica remonte ao final do século XX e tenha adquirido maior expressividade nos anos 2000, o termo "direita cristã", de orientação conservadora, ainda que já utilizado anteriormente, consolida-se de maneira mais sistemática a partir da década de 2010, especialmente como oposição à esquerda brasileira. Para esse campo conservador, não há a possibilidade de uma "esquerda cristã". Presente na política brasileira, a direita cristã caracteriza-se pela centralidade de pautas morais e comportamentais e por uma postura veementemente contrária à esquerda.

Nesse sentido, torna-se possível identificar uma problemática relacionada à história e à memória, uma vez que esse campo político apresenta um olhar de enaltecimento ao período ditatorial compreendido entre 1964 e 1985 – perspectiva que se intensificou com o bolsonarismo. A memória dos 21 anos de ditadura militar permanece em constante disputa, atravessando, ainda hoje, a política brasileira. Assim, faz-se necessário lembrar para não esquecer e, ao lembrar, impedir que violências de tal magnitude se repitam.

Outra constatação relevante diz respeito à intensificação da disputa pelo voto do eleitorado evangélico. Da passagem do século XX para o século XXI, observou-se a popularização do lema "irmão vota em irmão" e o enfraquecimento da máxima de que "crente não se mete em política". Com o crescimento expressivo desse segmento – especialmente até 2010 –, o voto evangélico passou a ser cada vez mais disputado, sobretudo pela ala conservadora, cujo discurso frequentemente mobiliza a noção de uma guerra espiritual e de uma ameaça diabólica iminente, identificada, no campo político, com o comunismo, a esquerda, o PT ou quaisquer partidos, grupos ou indivíduos que critiquem sua ideologia.

Tal cenário permitiu observar diferenças significativas entre conservadores e progressistas quando o foco era o eleitorado evangélico. Conforme apontado, o espectro mais à direita constrói uma narrativa centrada na ideia de ameaça à fé cristã e à moralidade. Em

contrapartida, o campo da esquerda busca criticar essa apropriação da fé evangélica pelos conservadores, procurando confrontar discursos considerados violentos e dissociar a fé religiosa de posicionamentos que atentam contra os direitos humanos. Além disso, enfatiza pautas relacionadas à justiça social e às políticas públicas.

Percebemos, assim, que há, inicialmente, uma disputa pela estética evangélica entre conservadores e progressistas. Não se trata apenas de criticar a oposição, mas de incorporar uma linguagem evangélica, mobilizando elementos próprios desse meio religioso, que, em determinados contextos, chegam a assumir contornos litúrgicos. Desse modo, comícios se aproximam de cultos e políticos passam a ser apresentados como figuras ou lideranças religiosas.

No que se refere à categoria central deste trabalho – o debate de gênero –, concluímos que as mulheres evangélicas devem ser analisadas a partir de sua pluralidade, considerando-se uma abordagem interseccional. É imprescindível levar em conta categorias como raça, classe e territorialidade nas discussões de gênero. Ademais, por se tratar de uma temática religiosa, o fator denominacional deve ser incorporado à análise, visto que diferentes tradições evangélicas produzem perspectivas teológicas distintas, as quais influenciam a forma como as mulheres constroem e percebem sua identidade.

Ao adentrar o campo político, essa complexidade não pode ser ignorada. As mulheres evangélicas com filiação partidária partem de determinados lugares sociais, possuem cor e classe, categorias que se manifestam tanto em seus discursos quanto em seus corpos. A imagem do "ser mulher" foi – e continua sendo – instrumentalizada para fins eleitorais, seja como elemento articulador de campanhas políticas, seja na condição de eleitoras.

Nesse contexto, considerando o objeto desta pesquisa, constatamos que as personagens selecionadas representam debates que atravessam o universo evangélico e que, ao se deslocarem para o campo político, inserem-se nas divergências entre alas conservadoras e progressistas. Assim, a fé evangélica não pode ser compreendida a partir de um único espectro político.

As eleições de 2022 revelaram-se centrais para a análise proposta, uma vez que foram marcadas por uma intensa aproximação com o eleitorado evangélico por parte de ambos os campos políticos – movimento que, no caso do PT, ocorreu de forma menos expressiva em 2018. Dessa maneira, ao analisar os embates políticos por meio dos discursos de mulheres evangélicas com filiação partidária, constatamos que o pleito de 2022, no que se refere às discussões sobre religião e gênero, configurou-se como um período de acirrada

disputa eleitoral no meio evangélico, com destaque para a presença feminina tanto como articuladora política quanto como eleitora.

Diante do exposto, registramos que, ao longo da pesquisa, enfrentamos desafios de ordem pessoal e acadêmica. Contudo, à medida que as análises avançaram e o texto foi se consolidando, tornou-se evidente a construção de um corpo textual consistente, o que contribuiu para o fortalecimento do ânimo ao longo da trajetória e possibilitou a finalização deste trabalho. Assim, entendemos que a presente pesquisa pode servir como referência para estudos futuros, cientes de que nossa contribuição representa apenas uma gota d'água diante das miríades produções que compõem o oceano acadêmico.

Consideramos, a partir das análises realizadas e do texto produzido, que alcançamos tanto o objetivo geral – analisar os discursos político-religiosos de mulheres evangélicas filiadas a partidos, considerando seus posicionamentos de apoio ou crítica ao então presidente e os sentidos atribuídos à relação entre gênero, religião e política no contexto do governo e das eleições de 2022 – quanto os objetivos específicos: (1) discutir abordagens teóricas que problematizam a relação entre religião, gênero e política, destacando como essas categorias se articulam na constituição de discursos e práticas no espaço público brasileiro; (2) contextualizar historicamente a presença dos evangélicos na esfera política brasileira, da segunda metade do século XX às primeiras décadas do século XXI, enfatizando a heterogeneidade desse segmento religioso e sua atuação como ator político relevante; e (3) analisar a pluralidade da identidade da mulher evangélica e os conteúdos dos discursos de mulheres com filiação partidária acerca do governo, da figura de Bolsonaro e da disputa eleitoral de 2022, estejam elas vinculadas a alas consideradas conservadoras ou progressistas.

Por fim, a partir da opção metodológica e do referencial teórico adotados – apresentados em seções específicas do trabalho – e dos objetivos aos quais nos comprometemos, apresentamos este material como uma contribuição inédita para a análise do confronto de discursos político-religiosos em torno da categoria de gênero durante o governo Bolsonaro e as eleições de 2022, problematizando as ideologias conservadoras e progressistas. Assim, sustentamos que este trabalho oferece uma contribuição relevante tanto para a Academia quanto para a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio *et al. Democracia em risco*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADVEC - Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Culto de aniversário. Pra. Elizete Malafaia, Michele Bolsonaro. Youtube, 20 de nov. de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/rVuz0vqJ49A>. Acesso em: 02 out. 2023.

AGÊNCIA BRASIL – EBC. *Conselho leva à ONU alerta sobre avanço do neonazismo no Brasil*. 09 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/conselho-leva-onu-alerta-sobre-avanco-do-neonazismo-no-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2024.

AGÊNCIA SENADO. *DataSenado: falta de apoio dos partidos é principal obstáculo para mulheres na política.* Brasília, 02 out. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/02/datasenado-falta-de-apoio-dos-partidos-e-principal-obstaculo-para-mulheres-na-politica>. Acesso em: 7 nov. 2024.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Pólen; Selo Sueli Carneiro, 2019.

ALENCASTRO, Catarina. *Dilma recebeu cantoras gospel no Palácio do Planalto.* O Globo, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-recebeu-cantoras-gospel-no-palacio-do-planalto-9041806>. Acesso em: 20 set. 2025

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *"Pelo Senhor, marchamos":* os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985) /Adroaldo José Silva Almeida. – 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, p. 310, 2016.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, Damares Regina. *Biografia*. Disponível em: <https://www.damaresalves.com.br/#biografia>. Acesso em: 20 maio 2024.

ALVES; Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. -- Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANÉAS, André. *Manual do comportamento político dos evangélicos:* quem são os político-fundamentalistas e os político-protestantes. São Paulo: Editora Recriar, 2024.

ANÉAS, André; NASCIMENTO, Lucas Merlo; GAMA, Rafael da. *Evangélicos e política*. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

ARAÚJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 71, p. 77-112, 2025.

ARRAES, Jarid. *Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma*. Revista Fórum, 01 jul. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2015/7/1/adesivos-misoginos-so-nova-moda-contra-dilma-20474.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ATWOOD, Margeret Eleanor. *O conto da aia.* — Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BARBOSA, Marialva. *Meios de comunicação:* lugar de memória ou na história? Contracampo, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria e formação do historiador*. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARROS, José D'Assunção (Org.). *História digital:* a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. *Do que falamos quando falamos de populismo*. — São Paulo: Companhia de Letras, 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEHNKE, Emilly. *Michelle cita "guerra espiritual" em encontro com evangélicas*. Poder360, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/michelle-cita-guerra-espiritual-em-encontro-com-evangelicas/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BENEDITA DA SILVA: *"Nenhum setor suporta mais Bolsonaro, nem mesmo os que antes lhe deram apoio"*. Brasil 247, 02 out. 2021. Disponível em: <https://es.brasil247.com/regionais/sudeste/benedita-da-silva-nenhum-setor-suporta-mais-o-bolsonaro-nem-mesmo-os-que-antes-lhe-deram-apoio>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BENEDITA DA SILVA: *"nós, evangélicos, fomos os primeiros a defender o Estado laico. Temos que voltar a ele"*. Brasil 247, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/benedita-da-silva-nos-evangelicos-fomos-os-primeiros-a-defender-o-estado-laico-temos-que-voltar-a-ele>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BERGAMO, Mônica. *Michelle compartilha vídeo contra Lula que associa religiões africanas a 'trevas' e diz: 'Isso pode, né?'*. Folha de S. Paulo, 09 ago. 2022. Disponível em: <://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/08/michelle-compartilha-video-contra-lula-que-associa-religioes-africanas-a-trevas-e-diz-isso-pode-ne.shtml>. Acesso em: 19 maio 2024.

BIMBATI, Ana Paula; MARTINS, Leonardo. *Por que Michelle é vista como 'carta trunfo' na campanha de Bolsonaro*. UOL, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/15/michelle-importancia-campanha-bolsonaro.htm>. Acesso em: 19 maio 2024.

BIMBATI, Ana Paula; PEREIRA, Felipe; BORGES, Stella. *Michelle Bolsonaro fala contra a abstenção e pede voto de mulheres para Bolsonaro em SP*. UOL, São Paulo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/19/michelle-fala-contra-abstencao-e-por-voto-de-mulheres-para-bolsonaro-em-sp.htm>. Acesso em: 19 maio 2024.

BITENCOURT, Leandro de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. 'Meninos vestem azul e meninas vestem rosa': Análise do Discurso Crítica sobre a 'ideologia de gênero'no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. *Saúde em Debate*, v. 47, p. e9092, 2024.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. — Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLSONARO, Jair. *Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro (Bloco/PSC-RJ) na sessão do Plenário da Câmara dos Deputados*, Brasília, 17 abr. 2016. Texto disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?Data=17%2F04%2F2016&d

tHorarioQuarto=14%3A04&etapa=5&nuInsercao=359&nuOrador=1&nuQuarto=3&nuSessao=091.2.55.O&sgFaseSessao=OD&txApelido=JAIR+BOLSONARO%2C+PSC-RJ>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BOLSONARO, Michelle. Uma mulher sábia, edifica a sua casa. Mulheres sábias, edificam seu país. Instagram, 08 out. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CjegVdmApv5/>. Acesso em: 08 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina:* a condição feminina e a violência simbólica. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003.* Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), incluindo organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado. Diário Oficial da União, 23 dez. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10825-22-dezembro-2003-490579-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.025, de 3 de setembro de 2009.* Institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus. Diário Oficial da União, 4 set. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12025.htm>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.328, de 15 de setembro de 2010.* Institui o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado em 30 de novembro de cada ano. Diário Oficial da União, 16 set. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12328-15-setembro-2010-608528-norma-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL DE FATO. *Mulheres na política: número de filiadas é expressivo, mas não se traduz em candidatas.* Brasil de Fato, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/25/mulheres-na-politica-numero-de-filiadas-e-expressivo-mas-nao-se-traduz-em-candidatas>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e a subversão da identidade. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Benedita da Silva – Perfil do Deputado Federal*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Marina Silva – biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220637/biografia?utm_source>. Acesso em: 02 ago. 2024.

CANALGOV. *Cerimônia de transmissão de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves*. YouTube, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg>. Acesso em: 25 maio 2024.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Documento da Área – Área Ciências da Religião e Teologia. Brasília: DAV/CAPES, 2019.

CARDOSO, Jéssica Matos; SOARES, Alex Sales; LIMA, Carlos Henrique Lucas. A subversão do gênero e o gênero da subversão. *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 3, n. 4, p. 133-144, 2017.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade:* A construção do outro como não ser como fundamento do ser. — rª ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* / Sueli Carneiro - São Paulo: Selo Negro, 2011,

CARTA CAPITAL. *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*. São Paulo: CartaCapital, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CAVALCANTI, Erinaldo. Medo, comunismo e repressão em tempo de ditadura militar: Pernambuco (1964-1968). In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. *A história e suas práticas de escrita:* leituras do tempo. — Recife: Editora UFPE, 2015.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAR, Marília de Camargo. *O grito de Eva:* a violência doméstica em lares cristãos. — 1.ed. — Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

CESAR, Tiago da Silva. Pinceladas de Foucault: "Talvez ainda não saibamos o que é poder". *MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA*, v. 5, n. 10, 2006.

COLARES, Karen. *Submissão feminina:* uma leitura bíblico-feminista. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

CORREIA, Victor. *Marina Silva declara apoio a Lula em "reencontro político e programático"*. **Correio Braziliense**, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5036194-marina-silva-declara-apoio-a-lula-em-reencontro-politico-e-programatico.html>. Acesso em: 01 out. 2024.

COSTA, Ana Alice Alcantara. *As donas no poder:* Mulher e política na Bahia. — Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia, 1998

CRUZ, Maria Isabel da. *A mulher na igreja e na política*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CUNHA, Christina Vital da. "Evangélicos à esquerda na 57ª legislatura da Câmara Federal (2023-2027)". Religião e Poder, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://religiaoepoder.org.br/artigo/evangelicos-a-esquerda-na-atual-legislatura-da-camara-federal>. Acesso em: 28 de dezembro de 2025.

SILVEIRA, Emerson Sena da. *Como estudar as religiões:* metodologias e estratégias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

DA SILVA NASCIMENTO, E. P.; MACEDO, M. dos S.; DA SILVA, S. M. C. (2023). MULHERES EVANGÉLICAS E CONSERVADORISMO: aproximações analíticas sob as lentes de gênero e raça. Revista Periferia UERJ, 15(1), e74542.

DE BEAUVOIR. O Segundo Sexo: a experiência vivida. — São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do Tempo Presente*. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DEUTSCHE WELLE (DW)**.** *Bolsonaro abre vantagem entre evangélicos, aponta Datafolha*. DW Brasil, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-abre-vantagem-entre-evang%C3%A9licos-aponta-datafolha/a-62865622>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Na luta contra o tempo, os Tércio buscam fortalecer candidatura de Bolsonaro em Pernambuco*. Recife, 18 set. 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2022/09/na-luta-contra-o-tempo-os-tercio-buscam-fortalecer-candidatura-de-bol.html>. Acesso em: 04 abr. 2025.

DOMINGOS, Roney. *É #FAKE mensagem que diz que Lula declarou que irá fechar igrejas em 2023*. Fato ou Fake – Eleições, G1, 7 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/07/e-fake-mensagem-que-diz-que-lula-declarou-que-ira-fechar-igrejas-em-2023.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. A instrumentalização de gênero e religião nas eleições brasileiras de 2022: O(s) voto(s) das mulheres evangélicas. *Estudos de Religião*, v. 37, n. 3, p. 113-131, 2023.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. A relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião. *Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, v. 6, n. 1, p. 13-32, 2008.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. Masculinidade e religião: trajetórias de gênero no Brasil. *Mandrágora*, v. 12, n. 12, p. 15-20, 2006.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. *Horizonte*. Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, jul./set. 2015.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. "Não à ideologia de gênero!" A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, 2014.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. — Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. — São Paulo: Contexto, 2021.

FOLHA DE S.PAULO. *Damares Alves – tópicos*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/damares-alves/>. Acesso em: 20 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. — Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2019.

FREIRE, Simone; MAZZEI, Beatriz. *Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos. UOL Notícias*, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Benedita da Silva*. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/benedita-da-silva>. Acesso em: 05 jun. 2024.

G1. *Apuração Eleições 2018 – Presidente*. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

G1. *Bolsonaro diz que tem "idiota" que pede compra de vacina: "só se for na casa da tua mãe"*. 04 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/03/04/bolsonaro-diz-que-tem-idiota-que-pede-compra-de-vacina-so-se-for-na-casa-da-tua-mae.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

G1. *Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19*. G1 – Saúde/Covid-19, Globo, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2025.

G1. *Dilma Rousseff é primeira mulher a assumir presidência do Brasil*. Jornal Nacional, Globo, 1 jan. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/01/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-assumir-presidencia-do-brasil.html>. Acesso em: 2 jul. 2025.

G1. *Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT*. Política – Eleições 2018, Globo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2025.

G1. *Junho de 2013, 10 anos depois: os protestos que mudaram o país*. São Paulo: G1, 4 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois-os-protestos-que-mudaram-o-pais.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2025.

G1. *"Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos"*. 16 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. *"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?", diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus no Brasil*. G1, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GAYER, Eduardo; ORTEGA, Pepita. "A Bíblia fala de gênero", diz Benedita da Silva. *O Estadão*, São Paulo, 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/brasil,a-biblia-fala-de-genero-diz-benedita-da-silva,1048434>. Acesso em: 07 jun. 2024.

GEBARA, *Ivone. Para compreender a teologia feminista*. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Pedro Henrique. *"Não sou coveiro, tá?", diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus*. G1, 20 abr. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GONÇALVES, Glauce Caroline Sandaniel da Cunha. *A mulher "sumida" e "desumanizada" na política brasileira: a recepção nas redes sociais de Marina Silva*. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político no Brasil*: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos:* o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.* Agência de Notícias IBGE, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *Pesquisa do ISER levanta identidade religiosa de vereadoras eleitas nas capitais brasileiras*. Rio de Janeiro, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-de-vereadoras-eleitas-nas-capitais-brasileiras/>. Acesso em: 06 out. 2025.

JUCÁ, Beatriz. *Michelle Bolsonaro, uma discreta primeira-dama evangélica*. El País Brasil, Brasília, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LIMA, Luciana. *Evangélica, Benedita da Silva defende diálogo com setor sem concessões*. Metrópoles, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/evangelica-benedita-da-silva-defende-dialogo-com-setor-sem-concessoes>. Acesso em: 05 out. 2025.

LIMA, Taynara. *Em carta a evangélicos, Lula critica uso eleitoral da fé e diz ser contra aborto; leia íntegra*. O Povo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/eleicoes-2022/2022/10/19/em-carta-a-evangelicos-lula-critica-uso-eleitoral-da-fe-e-reforca-ser-contra-o-aborto-leia-na-integra.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. Católicos e protestantes unidos contra o comunismo: a marcha da família com Deus pela liberdade no Recife. In: Lain, Vanderlei (Org.). *Mosaico religioso*: faces do sagrado. — Recife: FASA - Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas, historiografia e escrita da História*. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2021.

LÚCIA, Antônia. É Jair ou já era. *Instagram*, 07 out. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjazozCO-7_/>. Acesso em: 07 out. 2025.

LULA. *Encontro de Lula com apoiadores evangélicos*. YouTube, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cHr1JcW4jvw>. Acesso em: 04 out. 2025.

MADEIRO, Carlos (colaboração). *Eliziane Gama: amor de Jesus não convive com intolerância de Bolsonaro*. *UOL Universa*, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/19/senadora-eliziane-gama.htm>. Acesso em: 08 out. 2025.

MALI, Tiago. *Covid está entre maiores causas de morte de 5 a 11 anos*. Poder360, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/covid-esta-entre-maiores-causas-de-morte-de-5-a-11-anos/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MARINA SILVA. *Trajetória de sucesso*. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/trajetoria-de-sucesso/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Petrópolis: Vozes, 2019.

MATOS, Alisson; OHANA, Victor. Eliziane Gama: 'Bolsonaro está longe da prática do evangelho de Cristo'. *CartaCapital*, 21 out. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/eliziane-gama-bolsonaro-esta-longe-da-pratica-do-evangelho-de-cristo/>. Acesso em: 08 out. 2025.

MAURICIO JUNIOR, Cleonardo Gil de Barros. "O crescimento mais explosivo da história das religiões": analisando as razões da expansão pentecostal. In: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (Orgs.). *História das religiões no Brasil*. — Recife: AIP - Associação da Imprensa de Pernambuco; Carpe Diem Edições e Produções, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016.

MELO, Mônica Santos Souza (Org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. — Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

MENDONÇA, Ana. Aava Santiago: "Eu tenho que me converter a Jesus Cristo ou a Bolsonaro?". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/13/interna_politica,1406763/amp.html. > Acesso em: 08 out. 2025.

MESGRAVIS, Laima. *Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2021.

MICELI, Paulo. *História moderna*. - 1. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

MICHELLE BOLSONARO se ajoelha e pede 'avivamento' dos Poderes na Câmara. UOL, 04 maio 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/05/04/michelle-bolsonaro-ajoelha-e-pede-avivamento-dos-poderes-em-ato-na-camara.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.

MÕES, Malu. *"Vamos ficar ainda muito tempo no poder", diz Damares sobre evangélicos*. *Poder360*, 05 out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/vamos-ficar-ainda-muito-tempo-no-poder-diz-damares-sobre-evangelicos/>. Acesso em: 02 jun. 2024

MONTENEGRO, A. T. *História e memória*: combates pela história. História Oral,v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. — São Paulo: Contexto, 2018.

MALTA, Magno. Solidariedade ao ex-Presidente Lula; e outros assuntos. Pronunciamento realizado em 7 nov. 2011, durante a 201ª Sessão Não Deliberativa, no Senado Federal. *Diário do Senado Federal*, Brasília, DF, 8 nov. 2011. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/390668>. Acesso em: 20 set. 2025.

MORI, Letícia. *Michelle Bolsonaro: a trajetória da primeira-dama que promete 'Jesus no governo' em cruzada por Bolsonaro entre evangélicas*. BBC News Brasil, São Paulo, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/08/30/michelle-bolsonaro-a-trajetoria-da-primeira-dama-que-promete-jesus-no-governo-em-cruzada-por-bolsonaro-entre-evangelicas.htm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MORI, Letícia. *Michelle Bolsonaro: como a primeira-dama passou a ser um dos trunfos do presidente para as eleições de 2022*. **BBC News Brasil**, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62668831>. Acesso em: 01 out. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. *História Contemporânea 2*: do entreguerras à nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República:* da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2021.

NASCIMENTO, Houldine. *Número de candidaturas religiosas sobe 29% em 2022*. Poder360, 18 set. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/numero-de-candidaturas-religiosas-sobe-29-em-2022/>. Acesso em: 20 set. 2025.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância Religiosa*. — São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

O GLOBO. B*olsonaro diz que objetivo é fazer Brasil semelhante ao que tínhamos há 40-50 anos*. 15 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-objetivo-fazer-brasil-semelhante-ao-que-tinhamos-ha-40-50-anos-23158680>. Acesso em: 15 out. 2023.

O GLOBO. *Damares Alves – tudo sobre*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/tudo-sobre/politico/damares-alves/>. Acesso em: 20 maio 2024.

O GLOBO. *Rejeição de mulheres a Bolsonaro chega a 61% mesmo após propaganda voltada para o público feminino*. O Globo, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/06/rejeicao-de-mulheres-a-bolsonaro-chega-a-61percent-mesmo-apos-propaganda-voltada-para-o-publico-feminino.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2024.

O GLOBO. *Tudo sobre a candidata à Presidência Marina Silva (Rede)*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/tudo-sobre-candidata-presidencia-marina-silva-rede-23124668?utm_source>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PODER360. *"Quem entra na pilha só dá vacina é um idiota útil", diz Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/quem-entra-na-pilha-so-da-vacina-e-um-idiota-util-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTINARI, Natália. *"Homens e mulheres não são iguais", diz futura ministra de Direitos Humanos*. O Globo, 07 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/homens-mulheres-nao-sao-iguais-diz-futura-ministra-de-direitos-humanos-23285553>. Acesso em: 22 maio 2024.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. — São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina.* São Paulo: Contexto, 2021.

PRAZERES, Leandro. *Pessoas com fé não podem ser vistas como "risco à civilização", diz Marina Silva*. BBC News Brasil, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60690643>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RANGEL, Kalebe. *Messianismo à brasileira: percurso de um imaginário social da salvação política*. *Estado da Arte* (Estadão). Publicado em 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/historia/messianismo-brasileiro-precurso-salvacao-kaleb e/>. Acesso em 12 de outubro de 2025.

REIKDAL, Bruno *Fascismo como religião* [livro eletrônico]/Bruno Reikdal. -- São Paulo: Pajeu, 2022.

REIS, Lívia; ROSAS, Nina (org.). *Mulheres evangélicas, política e cotidiano – 2024*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2025.

REIS, Lívia. et al. *Dicionário para entender o campo religioso*: volume 1. - Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos da Religião, 2023.

RESENDE, Thiago. *Bolsonaro cortou 90% da verba de combate à violência contra a mulher*. *Folha de S.Paulo*, 17 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/bolsonaro-cortou-90-da-verba-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher.shtml>. Acesso em: 24 maio 2024.

RIBEIRO, George. *Marina Silva: governo é negacionista convicto e antiambientalista*. JB – Jornal do Brasil, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/ecologia/2020/07/1024637-marina-silva---governo-e-negacionista-convicto-e-antiambientalista.html?utm>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RODA VIVA. *"As pessoas não querem ver a fé cristã ser associada a armas", diz Marina Silva*. YouTube, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/_NcqxgsN9_8>. Acesso em: 15 set. 2024.

SAFFIOTI, H. (2004). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, (2), 59–79. https://doi.org/10.23925/ls.v0i2.18789

SÁ NETTO, Rodrigo de. *O partido da fé capitalista*: organizações religiosas e o imperialismo norte-americano na segunda metade do século XX. 2022. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. p, 806, 2022.

SANTIAGO, Aava. Sou evangélica, mãe e votarei no Lula. *Instagram*, 06 out. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CjZQCkTAi95/>. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, Átila Augusto dos. *Manual antirracista pentecostal*. São Paulo: Literando Editora, 2025.

SANTOS, Eder William dos. Crer e legislar: religiosidade e atuação política da deputada federal evangélica Benedita da Silva. 2024. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)

– Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2024.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro*: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SANTOS JÚNIOR, José Romélio Rodrigues dos. "Olhe para mim, que sou uma serva do senhor":o discurso político-religioso de Michelle Bolsonaro e o eleitorado feminino e evangélico (2018-2022). In: AMARAL, Walter Valdevino (org.). *Florescendo gênero*: volume 02 [recurso eletrônico].– Cachoeirinha : Fi, 2025.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. — São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. — São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. — São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SENADO. *PT e PSL elegem as maiores bancadas da Câmara dos Deputados*. Brasília: Senado Federal, 08 out. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/pt-e-psl-elegem-as-maiores-bancadas-da-camara-dos-deputados?utm_source=>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SENADO FEDERAL (Brasil). *Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. Senado Notícias, Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVEIRA, Emerson J. S. Uma metodologia para as ciências da religião? Impasses metodológicos e novas possibilidades hermenêuticas. *Paralellus*, Recife, v. 7, n. 14, p.73-98,jan./abr., 2016.

SMITH, Amy Erica. Religião e a democracia brasileira: dos bancos das igrejas para as urnas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOARES, Esequias. *Credos e confissões de fé:* breve guia histórico do cristianismo. — Recife: Editora Bereia, 2013.

SOARES, João Pedro. *Marina Silva: "Manipulação bolsonarista prejudica a fé evangélica"*. *UOL Notícias* (Deutsche Welle), São Paulo, 26 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/10/26/marina-silva-manipulacao-bolsonarista-prejudica-a-fe-evangelica.htm>. Acesso em: 08 out. 2025

SOUTO, Luiza; RODRIGUES, Júlia. *Benedita à prova*. *UOL Universa*, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/sem-filtro---benedita-da-silva/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SOUZA, Talita de. *"O inferno tá com muita raiva do presidente Bolsonaro", diz Damares em culto*. *Correio Braziliense*, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5043379-o-inferno-ta-com-muita-raiva-do-presidente-bolsonaro-diz-damares-em-culto.html>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus* [recurso eletrônico]: Quem são os evangélicos e porque eles importam. — São Paulo: Geração Editorial, 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas*. Portal STF, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1>. Acesso em: 02 jun. 2024.

TEIXEIRA, Lucas Borges. *Carta a evangélicos: Lula defende liberdade religiosa e estado laico*. UOL Notícias, 19 out. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/19/lula-carta-evangelicos-encontro-sp.htm. Acesso em: 05 out. 2025.

TÉRCIO, Clarissa; TÉRCIO, Júnior. O inferno treme e se abala com um presidente ajoelhado diante de Deus. Instagram, 07 out. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CjaWtN8OWY6/. Acesso em: 04 abr. 2025.

TÉRCIO, Clarissa. Você resgatou nosso orgulho de ser presidente. Instagram, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkW_lDDMI_B/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

TERRA. *Damares Alves é conhecida por defender direito à vida e políticas conservadoras*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/damares-alves-e-conhecida-por-defender-direito-a-vida-e-politicas-conservadoras%2Ce437381af58aa39c380cac1f7ada2f481v8v2i9t.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política*. Brasília, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 2 nov. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *TSE Mulheres - Portal*. Brasília. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

TURTELLI, Camila. *Michelle Bolsonaro em culto: Planalto já foi "consagrado a demônios"*. UOL, 07 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/07/a-evangelicos-michelle-diz-que-planalto-ja-foi-consagrado-a-demonios.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.

TV 247. *Bom dia 247, especial com Benedita da Silva*. YouTube, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/8nsM2C9TNwc>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UOL. *Evangélica, Marina critica fake news contra Lula: nunca fechou igrejas*. UOL – Política, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/22/evangelica-marina-critica-fake-news-contra-lula-nunca-fechou-igrejas.htm?utm_source>. Acesso em: 10 set. 2024.

UOL. *Marina ataca Bolsonaro por mulher e armas: "acha que resolve tudo no grito"*. UOL Notícias, 18 ago. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/18/marina-ataca-bolsonaro-por-mulher-e-armas-acha-que-resolve-tudo-no-grito.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

UOL. Marina Silva diz que, após anos de PT e PSDB no poder, a *"semente que brotou foi o Bolsonaro"*. UOL – Política, 13 ago. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/13/marina-silva-diz-apos-anos-de-pt-e-psdb-semente-que-brotou-foi-bolsonaro.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

UOL Notícias. *Datafolha: Lula lidera entre católicos e espíritas; Bolsonaro, entre evangélicos*. UOL, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/07/29/datafolha-lula-lidera-entre-catolicos-e-espiritas-bolsonaro-entre-evangelicos.htm>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UOL Notícias. *Pesquisas revelam como está disputa pelo voto evangélico entre Lula e Bolsonaro*. UOL, 23 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/09/23/pesquisas-revelam-como-esta-disputa-pelo-voto-evangelico-entre-lula-e-bolsonaro.htm>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UOL Redação. *"Brasil supera China em número de mortes por coronavírus; casos e óbitos em 24 de março". UOL Notícias*, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/24/coronavirus-brasil-casos-mortes-24-marco.htm?utm_source=>. Acesso em: 20 ago. 2024.

UOL Redação. *"Covid-19: Brasil registra casos e mortes em 4 de março de 2021". UOL Notícias*, 04 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/04/covid-19-coronavirus-casos-mortes-04-de-marco.htm?utm_source=>. Acesso em: 20 ago. 2024.

UOL Redação. *"Leia o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na íntegra". UOL Notícias*, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

VALLE, Thaís Chianca Bessa Ribeiro do. Quantos Brasís cabem em um Brasil? Uma denúncia à fantasia contida no discurso de perseguição cristã no Brasil IN: SILVA, Drance

Elias da; BARBALHO, José Ivamilson Silva (Orgs.). *Em defesa dos pobres: espiritualidade, justiça e libertação*. - Recife: Edupe, 2021.

VALOR ECONÔMICO. *Congresso eleito é feito para permanência do governo Bolsonaro, afirma Lira*. Eleições 2022, Valor Econômico, 06 out. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/06/congresso-eleito-feito-para-permanncia-do-governo-bolsonaro-afirma-lira.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VARGAS, Alex L. B.; ROMANO, Jorge O.; FEITOSA, Annagesse de Carvalho; BALTHAZAR, Paulo A. A.; BITTENCOURT, Thais P.; BARBOSA, Yamira R. de Souza. *O discurso político de Bolsonaro: cidadãos de bem, segurança e moral*. Le Monde Diplomatique, 10 set. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/>. Acesso em: 10 maio. 2024.

VARGAS, Myriam Aldana. Feminismo e religião: uma imbricação necessária. *Revista Mandrágora*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 171-187, 2020.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da igreja presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970*. — Recife: Editora UFPE, 2015.

VIOLIN, Tarso Cabral. *Bolsonarismo*: o Fascismo-Neoliberal Brasileiro do Século XXI [recurso eletrônico]. Violin -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

VIZEU, Rodrigo. *Os presidentes*: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. — Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.